

Marisa S. Albrecht

**DECIFRANDO A DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NAS
UNIDADES FAMILIARES DO
BALNEÁRIO DE INGLESES: COTIDIANO E RELAÇÕES DE
GÊNERO**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós- Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina. Área de concentração:
Direitos Humanos e Questão Social.
Linha de Pesquisa: Serviço Social,
Exclusão, Violência e Cidadania.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Teresa Kleba
Lisboa.

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Albrecht, Marisa Sirlei

Decifrando a divisão do trabalho doméstico nas unidades
familiares [dissertação] : cotidiano e relações de gênero.

/ Marisa Sirlei Albrecht ; orientadora, Teresa Kleba

Lisboa - Florianópolis, SC, 2012.

160 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Divisão sexual do trabalho. 3.
Trabalho doméstico. 4. Desigualdade de gênero. I. Lisboa,
Teresa Kleba. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

MARISA SIRLEI ALBRECHT

**DECIFRANDO A DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NAS
UNIDADES FAMILIARES DO
BALNEÁRIO DE INGLESES: COTIDIANO E RELAÇÕES DE
GÊNERO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 31 de agosto de 2012.

Prof^a. Dr^a. Helenara Silveira Fagundes
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação-UFSC

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Luciana Patrícia Zucco
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho aos meus três grandes amores: à minha querida mãe Eli, à minha querida filha Giovana, e ao meu amor Giovani.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, pela vida, pelo amor, fé, força, saúde e a persistência concedida, fazendo-me, ultrapassar os obstáculos e as mais diversas dificuldades encontradas durante esta etapa da vida.

A construção de uma dissertação só se torna possível quando é feita de forma coletiva, sendo resultado de um longo caminho percorrido, trilhado a partir de ideias compartilhadas, leituras sugeridas, reflexões aprofundadas e, principalmente, da dedicação requerida durante o processo de orientação. Por isso agradeço imensamente à orientadora deste trabalho, Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa, pelo incentivo, dedicação e paciência com que me orientou. Pelas férteis discussões, pelas horas que passamos juntas trabalhando e aperfeiçoando o trabalho em questão. Teresa, você faz parte da minha formação profissional e pessoal, muito obrigada.

Às professoras membros da banca: Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff e Prof^a. Dr^a. Luciana Patrícia Zucco. Muito obrigada pela disponibilidade, pela atenção e contribuições referentes a esta pesquisa. Aos professores do Curso de Pós Graduação em Serviço Social desta Universidade, verdadeiros mestres na arte de ensinar. Agradeço à secretária da pós-graduação, Paola, por sempre me acolher de forma carinhosa e espontânea, e por sempre esclarecer as minhas dúvidas, muito obrigada!

Agradeço a todos os homens e as mulheres que disponibilizaram seu precioso tempo para me ouvirem e, conseqüentemente, participarem da pesquisa, relatando assim suas vivências pessoais, suas necessidades e anseios.

Não poderia deixar de registrar aqui os meus agradecimentos à turma do mestrado (2010), mas em especial a minha amiga Angelita com a qual dividi os doces e amargos momentos da pós-graduação. Momentos que certamente deixarão saudades, pois compartilhamos viagens, sorrisos e sofrimentos, mas vibramos a cada etapa concluída.

Às amigas Lucimar, Juliana, Nelza, Ana Flávia, e Greice, que me acompanharam durante a graduação e fizeram parte deste novo processo de construção de conhecimento. Agradeço especialmente à amiga Lucimar que muito me motivou e me incentivou para a conclusão da pesquisa em questão.

Agradeço aos meus pais Eli e Willy que sempre me inspiram e incentivam. Agradeço especialmente à minha mãe por ser esta pessoa tão especial que sempre me motivou para a ir além do percurso. Aos

meus familiares, que compreenderam a minha ausência física. Agradeço pelo apoio e pela compreensão dos meus irmãos Vanderlei e Marlei e, em especial, a minha querida irmã Tânia que muitas vezes escutou os meus desabafos e me incentivou a continuar. Agradeço aos meus primos e primas: Adriana, Cristiano, Sonia, Sandra e Danieli e em especial ao Tiago, sua ajuda foi fundamental para que este trabalho tivesse um sumário. Querido primo, muito obrigada!

Agradeço de forma muito especial ao Giovani, meu amor, meu amigo, meu companheiro de todas as horas e de todos os momentos que sempre me incentivou a continuar, a ir em frente, afinal, foi a partir de seus incentivos e de sua insistência que me inscrevi na seleção do mestrado, ou seja, este trabalho só foi possível devido à sua persistência. Agradeço-te imensamente por sua compreensão, paciência, cumplicidade e, principalmente, por sua tolerância nos momentos que precisei te deixar sobrecarregado para continuar este percurso. Muito obrigada, meu amor!

Agradeço ainda de forma muito carinhosa à minha pequena Giovana, pelos seus questionamentos referentes ao mestrado, pelo seu carinho, pela sua paciência e compressão durante os momentos que precisei me ausentar fisicamente, pois em meus pensamentos e no coração você sempre estava presente. Filha te amo muito, e a vida de mestranda está chegando ao fim!

Muito obrigada a todas as pessoas que participaram desta caminhada!

“Que a felicidade não dependa do tempo, nem da paisagem, nem da sorte, nem do dinheiro. Que ela possa vir com toda a simplicidade, de dentro para fora, de cada um para todos. Que as pessoas saibam falar, calar, e acima de tudo ouvir. Que tenham amor ou então sintam falta de não tê-lo. Que tenham ideais e medo de perdê-lo. Que amem ao próximo e respeitem sua dor. Para que tenhamos certeza de que: Ser feliz sem motivo é a mais autêntica forma de felicidade.”

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo conhecer as diferentes visões sobre a divisão do trabalho doméstico de homens e mulheres casados ou que vivem com companheira (o), que moram no Balneário de Ingleses, e tenham filhos (as) em idade escolar. Tivemos como norte as seguintes questões problematizadoras: 1) Como ocorre a divisão do trabalho doméstico entre casais com filhos em que ambos exercem uma ocupação remunerada? 2) Quais os principais desafios que homens e mulheres encontram para conciliar suas ocupações no espaço público e dividir o trabalho doméstico com suas/seus companheiras (os) na esfera privada? Os sujeitos dessa pesquisa foram 15 homens e 17 mulheres moradores do Balneário de Ingleses, casados ou que vivem com companheira (o), em que ambos exercem uma ocupação remunerada fora do espaço doméstico e possuem filhos em idade escolar. Para a coleta dos dados realizamos entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário e duas entrevistas em profundidade, com o intuito de conhecermos o cotidiano de duas mulheres casadas e que exercem uma profissão remunerada. Podemos auferir que na maioria das famílias entrevistadas a mulher conquistou um espaço na esfera produtiva, porém sua inserção no mercado do trabalho nem sempre vem acompanhada de uma divisão das tarefas domésticas no âmbito familiar. Na maioria das famílias, homens e mulheres possuem jornadas de trabalho semelhantes, mas mesmo assim as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos (as), enfrentando assim uma dupla jornada de trabalho. Concluímos que as famílias (e dentro delas, as mulheres) vêm assumindo as maiores responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, desempenhando papéis de cuidado em relação aos idosos, doentes, crianças, enfim, substituindo as políticas públicas e amortizando o impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Trabalho doméstico. Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The present study aimed to understand the different views on the division of housework between men and women married or living with a partner (o), who live in Balneário Ingleses, and have children (as) school age. We had as a stronger point, problematizing the following questions: 1) How does the division of household labor among couples with children in which both exert a paid occupation? 2) What are the main challenges that men and women meet to reconcile their occupations in the public and share the housework with his / her companions (the) private sphere? The subjects of this study were 15 men and 17 women, married or living with a partner (o), in which both exert a gainful occupation outside the household who live in Balneário Ingleses, and have school-age children. To collect the data we conducted, questionnaires and two in-depth interviews, with the aim of knowing the routine of two married women and engaged in a gainful occupation. We can derive that in most families interviewed the woman won a place in the productive sphere, but their insertion in the labor market is not always accompanied by a division of housework within the family. In most families, women and men have similar work hours, yet women are still primarily responsible for household chores and the care of children (as), thus facing a double workload. We conclude that families (and within them women) have assumed greater responsibilities in the face of the fragility of state actions, playing roles care about the elderly, the sick, children, finally replacing public policies and amortizing the impact of economic policies and capitalist restructuring.

Keywords: Sexual division of labor. Domestic labor. Gender inequality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de filhos (as).....	70
Gráfico 2 – Renda mensal média das famílias pesquisadas.....	78
Gráfico 3 – Diferença salarial na família.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atividades reprodutivas (esfera pública).....	80
Quadro 2 - Tipos de atividade desenvolvidas por homens e mulheres no espaço familiar.....	109
Quadro 3 – Entrevistas em profundidade.....	113
Quadro 4 – Políticas públicas demandas e propostas.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aumento percentual das populações de Florianópolis e Ingleses do Rio Vermelho (também conhecido como Balneário de Ingleses).....	61
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 INICIANDO A CONVERSA E JUSTIFICANDO A ESCOLHA	23
2 A INTER-RELAÇÃO ENTRE: FAMÍLIA, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E GÊNERO	33
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA: UM BREVE ESBOÇO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE.....	33
2.1.1 Pelas tramas da industrialização: mulher e produção no Brasil	37
2.1.2 A divisão sexual do trabalho: refletindo papéis e espaços na família e na sociedade	40
2.1.3 Trabalho doméstico: um olhar sobre o âmbito familiar	46
2.1.4. Abrindo o debate: a divisão do trabalho doméstico e a questão do gênero.....	50
3 A VISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO DE HOMENS E MULHERES RESIDENTES NO BALNEÁRIO DE INGLESES.....	57
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	57
3.1.1 A escolha do local a ser pesquisado	59
3.1.2 Localizando o Balneário de Ingleses	59
3.1.3 A pesquisa empírica - a entrevista como instrumento de coleta de dados	63
3.1.4 Definindo a análise da pesquisa e a forma da apresentação dos dados	65
3.2 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA COMO “A FÁBRICA DOS SONHOS”	67
3.3 NÚMERO DE FILHOS E ARRANJOS FAMILIARES ...	70
3.4. RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS E FORMAS DE MORADIA.....	77
3.5 PROFISSÕES E NÍVEL DE ESCOLARIDADE	79
3.6 CORRELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO REMUNERADO.....	82
3.7 QUANDO O SONHO ACABA E O “TRABALHO DOMÉSTICO” VIRA REALIDADE, QUEM O ASSUME.....	89
3. 8 CONTABILIZANDO AS TAREFAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO	104

3.9 CONCILIANDO TRABALHO E FAMÍLIA E DISCUTINDO POSSIBILIDADES E DESAFIOS	115
3.10 A CONSTANTE TENTATIVA EM CONCILIAR O PÚBLICO E O PRIVADO	122
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE A QUESTIONÁRIO – LEVANTAMENTO SÓCIOECONÔMICO.....	149
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPANTES DA ENTREVISTA	159

1 INTRODUÇÃO

1.1 INICIANDO A CONVERSA E JUSTIFICANDO A ESCOLHA

A escolha deste objeto de estudo, a “divisão sexual do trabalho”, inicialmente é resultante da minha vivência pessoal, pois fui criada em uma família simples e muito humilde, na qual o homem era o provedor e a mulher “a rainha do lar”. A rainha do lar deveria estar confinada ao espaço privado, ser multifuncional, ou seja, mulher, esposa, dona de casa, mãe, educadora, enfim, deveria estar sempre pronta para servir o marido e os filhos. Ao homem, cabia-lhe a tarefa primordial de sustentar a família, bem como o poder de decisão.

Vivemos em um mundo com regras pré-estabelecidas, que dividem e separam homens e mulheres, e tornam as mulheres aptas para o trabalho doméstico. A clássica frase de Simone de Beauvoir (2002, p. 20) “não se nasce mulher, torna-se mulher...” ilustra e complementa tal realidade.

Certo slogan de uma campanha publicitária¹: “Porque quando nasce um bebê nasce também uma mãe” [...] representa parte das responsabilidades naturalizadas que as mulheres devem assumir a partir do nascimento de uma criança, a questão do cuidado ainda é fortemente reconhecida como um campo feminino na vida em sociedade.

A chegada de um filho (a) estabelece um novo contexto para um casal, para uma família, logo poderíamos descrever que é nesse momento que nasce a verdadeira divisão sexual do trabalho na vida daquele casal, ou então que é nesse momento que se concretiza a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Esse novo contexto desencadeia uma série de interrogações em relação ao trabalho remunerado, às tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos, e estas interrogações nem sempre possibilitam escolhas, muitas vezes geram imposições.

¹ Disponível em: <<http://familia.sapo.pt/johnson/dossiers.html>>.

Logo, os meus questionamentos acerca da divisão sexual do trabalho foram surgindo e se tornando ainda mais fortes a partir da minha participação como mestranda na disciplina: “A construção Social da identidade: classe, gênero e etnia”², bem como a partir das diversas discussões realizadas junto ao NUSSEGE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero) do qual sou integrante.

Nos referidos espaços de estudo floresceram discussões sobre gênero a partir de Joan Scott (1990), aliadas às discussões sobre a dominação masculina com base nos escritos de Pierre Bourdieu (2010), bem como as discussões sobre a divisão sexual do trabalho, tendo como referência as autoras Danièle Kergoat (2007,2009), e Helena Hirata (2002,2007,2009,2010) e o trabalho doméstico a partir das reflexões de Julia Chávez, Dominique Schwebel (2005,2009) e Bruschini (2006, 2007). Tais reflexões teóricas oportunizaram uma aproximação ainda maior com a realidade existente e trouxeram indagações que se materializaram nesta pesquisa.

Além disso, estas teorias aliadas à minha vida pessoal, bem como à cenas que acompanho no cotidiano do meu bairro, por exemplo, constatando que quem leva os filhos para a escola são, em sua grande maioria, as mulheres e, ainda, acompanhando os noticiários e dados estatísticos de pesquisas nacionais e locais, mostram o quanto a divisão sexual do trabalho reflete as desigualdades de gênero e ainda dificulta a vida de homens e mulheres.

Outra questão que também me impulsionou a pesquisar sobre a divisão do trabalho doméstico é o fato dessa temática ter pouca visibilidade no Serviço Social, área na qual sou formada. Podemos ilustrar o quanto a nossa profissão se identifica com essa temática e justificar a necessidade de pesquisarmos tal assunto a partir de dois dos princípios que regem o código de ética do assistente social:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem

² Ministrada pela professora Doutora Teresa Kleba Lisboa.

societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; (Lei: 8. 662/93).

Nós, profissionais de serviço social, temos todo um aporte teórico e metodológico, bem como um código de ética que nos respalda e nos direciona pela luta da igualdade, da equidade, pela busca de uma sociedade sem preconceitos, livre de dominação e exploração. Estas questões nos remetem ao cotidiano de homens e mulheres marcados fortemente pela divisão sexual do trabalho e nos convidam a conhecer melhor tal realidade, para assim olharmos além das aparências e propormos políticas públicas que atendam tais demandas.

O simples fato de vivermos em uma sociedade que se organiza a partir do modo de produção capitalista, ou seja, sistema que gera exploração, opressão, desigualdades, discriminações variadas, seria uma justificativa suficiente para pesquisarmos tal temática. Vivemos em uma sociedade que tende a reforçar os papéis sociais que homens e mulheres devem reproduzir, ou seja, mesmo quando uma mulher possui um trabalho remunerado é ela quem, na maioria das vezes, assume as responsabilidades domésticas e o homem permanece como seu papel de provedor.

Nesse contexto e a partir da delimitação do tema, definimos como objetivo geral da pesquisa: conhecer a visão sobre a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres casados ou que vivem com companheira (o), que moram no Balneário de Ingleses, e tenham filhos (as) em idade escolar. Logo, os objetivos específicos que nos orientam no sentido de compreendermos a temática de estudo, a partir da vivência cotidiana desses sujeitos, são:

- Conhecermos como ocorre a divisão do trabalho doméstico nas unidades familiares.
- Identificarmos os tipos de estratégias utilizadas pelas famílias para conseguirem conciliar a trabalho doméstico, trabalho remunerado e vida familiar.

Sabemos que, no último século, os movimentos feministas alcançaram avanços em termos de leis e benefícios para as mulheres. Mas, apesar das conquistas, muitas mulheres ainda enfrentam preconceitos, são discriminadas e sofrem desigualdade social. Além disso, enfrentam cotidianamente uma dupla ou até mesmo uma tripla jornada de trabalho, pois muitos são os homens que ainda não querem ou não conseguem dividir com suas companheiras as responsabilidades familiares e as tarefas domésticas. A sociedade, como um todo, ainda não reconhece os afazeres domésticos como trabalho, ou seja, as donas de casa não são reconhecidas como pessoas que trabalham.

Isso também é um reflexo da forte presença do machismo e do patriarcado³, que ainda imperam em muitos lares e deixam marcas na sociedade que são repassadas através das instituições tais como a família, a igreja, a escola, a mídia e tantas outras. Estas instituições contribuem para perpetuar e naturalizar a ideia de que o trabalho doméstico e a educação dos filhos “é coisa de mulher”, e que o homem, por ser o real provedor, deve receber um salário maior, ter prestígio social e reconhecimento profissional, esquecendo que tanto os homens como as mulheres se encontram hoje na vida pública, possuem desejos e aspirações frente ao mercado de trabalho.

A desigualdade entre homens e mulheres pode ser visualizada através de publicações como o Anuário das Mulheres Brasileiras (2011) que aponta que em 2009 o tempo médio semanal em horas dedicado aos afazeres domésticos por homens economicamente ativos foi em média 9,8 horas, enquanto as mulheres economicamente ativas na mesma época gastaram 22,4 horas semanais.

Logo, podemos afirmar que, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho refere-se a uma distribuição distinta entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões; havendo variações no tempo e no espaço dessa distribuição.

³ Cumpre esclarecer que, segundo Scott (1990), o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas.

As autoras também analisam como essa distribuição se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

É possível percebermos que com o passar do tempo os papéis assumidos por homens e mulheres tornaram-se papéis “sexualizados”, ou seja, a definição dos papéis estava diretamente atrelada ao sexo, ao fator biológico, os homens eram vistos como fortes e viris, as mulheres como frágeis e indefesas. O mundo social como descreve Bourdieu (2010) construiu o corpo como realidade sexuada, definindo papéis para homens e mulheres, utilizando a diferença biológica existente entre os sexos como uma justificativa para estabelecer diferentes papéis para homens e mulheres. Bourdieu complementa que a diferença biológica entre os sexos pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente na divisão social do trabalho.

A partir dessa lógica, o papel social da mulher fica vinculado à maternidade, devendo gerar e cuidar dos filhos (as), bem como assumir as atividades domésticas, pois tais atividades são entendidas como uma habilidade natural das mulheres. Suas ações são vistas como movidas pelo afeto e pelo amor, por isso suas atividades na esfera privada não são entendidas enquanto “trabalho” ou como uma atividade fundamental à economia, visto que se trata de algo quase “natural”. Esta imagem construída do trabalho doméstico condena às mulheres a esfera privada, esfera que durante muito tempo permaneceu invisível, ofuscando-as assim enquanto sujeitos da história.

É importante pontuar que a mulheres, principalmente as pertencentes às classes populares, sempre trabalharam, porém muitas vezes esta questão permaneceu obscura, pois na maioria das vezes as mulheres eram retratadas apenas pelo trabalho desenvolvido no espaço doméstico.

Para Hirata e Kergoat (2007) foi a partir do advento das grandes indústrias que aconteceu a separação entre a esfera reprodutiva e a esfera da produção, as quais passaram a configurar espaços distintos, trazendo diversas consequências na dinâmica familiar. E concomitante a esse fato vai acontecendo processo de industrialização bem como a crescente incorporação da mão de obra feminina e infantil ao mundo do trabalho. Ocasionalmente assim profundas modificações na vida de homens e mulheres na esfera da família e da produção.

Os papéis sociais destinados para homens e mulheres ainda são reproduzidos, e nesse sentido pontua Victória Camps (2001, p.15): [...] “Mudaram as leis, mas não mudaram os costumes. Ou mudam tão lentamente que nem prestamos atenção. Estamos longe daquela igualdade paritária que seria o razoável numa democracia.”

Esta autora nos convida a uma reflexão muito pertinente quando lança uma questão polêmica afirmando que ocorreu um movimento muito significativo de saída das mulheres do espaço privado para o público, que deveria ser acompanhado do movimento inverso, ou seja, dos homens, cujo espaço é o público, adentrarem o espaço privado para dividir as tarefas domésticas com suas companheiras e/ou esposas.

Enquanto não ocorrer esse movimento, ainda permanecem as desigualdades entre homens e mulheres, evidenciadas no cotidiano através da divisão sexual do trabalho, da dupla jornada de trabalho, dos baixos salários, da violência doméstica [...]. Em outras palavras:

[...] o gênero feminino é aquele que mais trabalha, recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho, enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social, possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (Lagarde, 1996, p. 170).

Concordamos que as mulheres são as que mais sofrem com as desigualdades sociais, que por sua vez são reflexos da divisão sexual do trabalho, a qual reforçou as relações de exploração, de dominação, e da opressão dos homens sobre as mulheres. Porém, não concordamos com a expressão enquanto “gênero feminino” utilizada por Lagarde, pois não estamos entendendo gênero como sinônimo de feminino e masculino, mas sim com uma construção social baseada em relações de poder⁴.

Logo de início tínhamos como realidade que as mudanças sociais e econômicas, bem como as contribuições dos movimentos feministas, não foram suficientes para erradicar as desigualdades de gênero, as quais ainda se fazem presentes na vida social e podem ser observadas a

⁴ No decorrer do trabalho delimitaremos melhor como estamos entendendo a categoria gênero.

partir da vida familiar através de ações cotidianas que homens e mulheres desempenham principalmente na esfera da produção e da reprodução.

E essas desigualdades nos faz indicar uma hipótese para esta pesquisa:

1. Muitas mulheres, moradoras do Balneário de Ingleses (Florianópolis/SC) desempenham atividades remuneradas e na maioria das vezes estas se configuram como uma extensão do espaço doméstico. E apesar de estarem na esfera produtiva, ainda continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos (as), enfrentando assim uma dupla jornada de trabalho.

Por meio desta pesquisa pretendemos apresentar a realidade cotidiana no âmbito da divisão do trabalho doméstico, abarcando a questão do trabalho remunerado, vivenciada por homens e mulheres, moradores do Balneário de Ingleses (Florianópolis/SC). Estes homens e mulheres muitas vezes são reféns da contradição existente entre capital e trabalho e consequentemente vivenciam as mais diversas expressões da questão social, entre as elas as desigualdades de gênero, inscritas na divisão sexual do trabalho, as quais serão destacadas nesta pesquisa.

Desta forma, nossa investigação tem como norte as seguintes questões problematizadoras:

- 1.Existe uma diferença significativa em relação às atividades remuneradas (fora do espaço doméstico) exercidas por homens e mulheres em termos de valorização, prestígio e reconhecimento?
- 2.Como ocorre a divisão do trabalho doméstico entre casais com filhos em que ambos exercem uma ocupação remunerada?
- 3.Quais os principais desafios que homens e mulheres encontram para conciliar suas ocupações no espaço público e dividir o trabalho doméstico com suas /seus companheiras (os) na esfera privada?

4.Quais as estratégias que as mulheres vêm utilizando para romper a relação de submissão e de opressão estabelecida ao longo dos séculos no cotidiano da esfera doméstica?

E na tentativa de efetivarmos os objetivos estabelecidos e respondermos as questões norteadoras é fundamental descrevermos as orientações metodológicas que marcaram o desenvolvimento da nossa pesquisa. Devido à complexidade que envolve a temática da divisão do trabalho doméstico, adotamos a pesquisa qualitativa que, conforme argumenta Minayo (1994, p.22), o que difere o quantitativo do qualitativo é que, enquanto o primeiro apreende os fenômenos apenas na região do visível e concreto, “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Durante a pesquisa foram realizadas as técnicas da entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Segundo Minayo (1994) a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, pois se insere como um meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, os quais vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Para Gil (2007, p. 39) “o questionário é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar.”

Após o período da coleta de dados e organização do material através dos instrumentos, iniciaremos a análise interpretativa desses com base nos objetivos do trabalho e do referencial teórico utilizado. Nessa etapa da pesquisa trabalharemos com a “Análise de Conteúdo” e, segundo Chizzotti (1991), a técnica aplica-se à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação oral, visual, ou gestual relativa a um texto ou documento.

Pereira (1998, p. 94) pontua que a principal característica da análise de conteúdo “é a de realizar uma descrição analítica, sistemática, com objetividade científica, propiciar a compreensão qualitativa dos conteúdos das mensagens”.

E é com o intuito de sistematizarmos o conhecimento, de compreendermos os conteúdos das mensagens coletadas, penetrando em

uma realidade que muitas vezes apresenta-se invisível aos olhos que optamos pela análise de conteúdo.

O universo da pesquisa abarcou em um primeiro momento de um total de 30 pessoas, ou seja, inicialmente participaram 15 homens e 15 mulheres, casados ou que vivem com companheira (o), que moram no Balneário de Ingleses, que possuem filhos que convivem na mesma unidade familiar, sendo que ambos exercem uma ocupação remunerada fora do espaço doméstico. Em um segundo momento, por sugestão da banca de qualificação, optamos por entrevistar mais duas mulheres, de acordo com o perfil já citado, porém realizando agora entrevistas em profundidade.

O Balneário de Ingleses, também conhecido como Praia dos Ingleses, ou ainda como Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, se localiza na região Norte de Florianópolis. É uma das localidades mais populosas. Também se configura como um dos polos turísticos mais frequentados de Florianópolis, e nas últimas décadas vem registrando um crescimento acelerado, porém esta não é única realidade do local.

Com esta pesquisa queremos mostrar uma outra realidade a partir de homens e mulheres que constituíram família e precisam conciliar a divisão das tarefas domésticas, o trabalho remunerado e a vida familiar. Queremos identificar como essa divisão influencia na dinâmica familiar, como ela constrói papéis diferenciados para homens e mulheres nos diferentes âmbitos: público e privado. Havendo assim a necessidade de repensarmos as políticas públicas destinadas a garantir os direitos sociais desses sujeitos, que ao mesmo tempo são trabalhadores e trabalhadoras, mães e pais, homens e mulheres, ou simplesmente cidadãos e cidadãs.

Logo a dissertação está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo tivemos como objetivo elucidar os aportes teóricos referentes às categorias centrais da nossa pesquisa. Desta maneira apresentamos algumas aproximações conceituais acerca das transformações na esfera familiar, na esfera da produção, discorrendo brevemente sobre os distintos momentos e evidenciando as mudanças ocorridas. Em seguida, analisamos os papéis assumidos por homens e mulheres na vida social, a divisão sexual do trabalho e a divisão do trabalho doméstico, abarcando assim as relações de gênero no espaço público e privado.

No segundo capítulo, primeiramente indicamos o caminho metodológico percorrido para a elaboração da pesquisa. No momento

posterior, apresentamos os dados empíricos coletados, procedendo a análise do conteúdo e construindo as categorias.

Para finalizar, apresentamos breves considerações sobre as principais observações empreendidas no discorrer da pesquisa e da análise dos dados empíricos. No entanto, cabe pontuar que não temos como propósito esgotar o debate, mas sim, apontar elementos para subsidiarem reflexões e quem sabe possíveis ações em prol da igualdade entre homens e mulheres.

Assim construída a presente dissertação, esperamos que o leitor aproveite a leitura e compreenda o esforço realizado com o intuito de recuperarmos mesmo que de forma breve alguns dos acontecimentos que demarcaram a vida social e privada de homens e mulheres.

2 A INTER-RELAÇÃO ENTRE: FAMÍLIA, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E GÊNERO.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA: UM BREVE ESBOÇO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE.

A família enquanto uma construção social sempre esteve suscetível as mais diversas mudanças, sejam elas de caráter político, econômico, social ou cultural, as quais influenciaram direta ou indiretamente a construção dos papéis sociais para homens e mulheres. Foi no decorrer das transformações ocorridas nos últimos séculos que a família foi transitando, se transformando, assumindo uma nova configuração e, aos poucos, novos arranjos familiares e novas funções foram se estabelecendo.

Seguindo uma perspectiva histórica, Elisabeth Roudinesco (2003) apresenta três definições de família de acordo com três diferentes contextos históricos. O primeiro contexto vai da antiguidade até o final do século XVIII, nesta época os casamentos eram arranjados pelos pais, não havia preocupação com vida afetiva e sexual dos futuros casais. Nesse período “a família era tradicional” e servia principalmente para assegurar a transmissão de um patrimônio e estava submetida a uma autoridade patriarcal.

O segundo período para Roudinesco (2003) compreende o final do século XVIII até meandros do século XX, onde temos a chamada família “moderna”, fundada no amor romântico, sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos por intermédio do casamento, havendo a valorização da divisão do trabalho e as responsabilidades na educação dos filhos entre os cônjuges. O terceiro e último período ocorre a partir da década de 1960, impõe-se a família “contemporânea” ou “pós-moderna” que une ao longo de uma duração relativa dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual.

Rocha-Coutinho (1994) descreve que a transição da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, não se atendo apenas para a história da vida cotidiana. A autora aponta traços-chaves que vão desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade, as identidades pessoais e o uso de nomes e sobrenomes particularizados, entre outras coisas. Somente com o advento da sociedade industrial que a temática da individualidade e da identidade pessoal começam a se desenvolver, ao mesmo tempo em que os domínios públicos e privados vão se instalando.

Nesse sentido Ariès (1981) afirma que é no século XVIII que a família começa a manter certa distância da sociedade, e as relações de intimidade vão progredindo. A vida profissional, social e privada vai se instalando e se desenvolvendo em locais distintos, ocorrendo assim uma privatização da família.

Rocha-Coutinho (1994) esclarece que a família humana é uma construção social, uma superação da família biológica (macho-fêmeas) e seus membros sempre estiveram reunidos por uma rede complexa e precisa de direitos e proibições sexuais, de direitos e obrigações econômicas e, mais modernamente, por laços afetivos habitualmente acompanhados de laços legais e religiosos.

Esse grupo de pessoas denominado família foi se remodelando conforme o passar do tempo em decorrência das mudanças sociais, as quais ocasionaram impactos na vida familiar. Dentre esses impactos temos o modo de produção capitalista que, ao consolidar a indústria, construiu e separou lugares e tempos diferenciados para a produção e a reprodução definindo papéis para homens e mulheres.

É preciso considerar que nas sociedades pré-industriais homens e mulheres trabalhavam juntos, o trabalho era realizado em casa ou nos arredores, nas propriedades rurais ou em tarefas artesanais, e todos os membros da família se empenhavam nas tarefas produtivas com o intuito de garantir o sustento da família. Nesse mesmo ambiente também ocorria o cuidado com as crianças e a educação dos filhos, configurando-se como um espaço de produção e consumo. Esta relação familiar não se configurava como algo perfeito e sem problemas, porém naquele período era vista e disseminada como um ideal a ser seguido.

Rocha-Coutinho (1994) complementa pontuando que no período que antecede a sociedade industrializada moderna, a família extensa constituía um espaço onde conviviam o marido, a mulher e os filhos,

junto aos serviçais, parentes e agregados. Havia uma estrutura de parentesco extensa, onde alguns de seus membros estavam vinculados por laços de consanguinidade e outros não. Era comum jovens passarem de uma família para outra para aprenderem um ofício, e se incorporavam a esta como um membro. E evidencia que:

Nesse espaço se desenrolavam as funções domésticas – o que hoje se conhece como trabalho doméstico, atenção e cuidado das crianças, e socialização primária – e as funções sociais – que incluíam a aprendizagem de habilidades e técnicas necessárias para desempenhar-se na produção da familiar. É por isso que análise marxista fala da família neste momento como unidade de produção e consumo. (Rocha-Coutinho, 1994, p.31).

Mas a partir da revolução industrial na Inglaterra em meados do século XVIII, iniciou-se um processo de grandes transformações sociais e econômicas, as quais trouxeram impactos para toda a sociedade, especialmente para a esfera familiar e para o mundo do trabalho. Porém é importante pontuar que o processo de industrialização ocorreu em diversos países, mas em alguns casos em épocas e com intensidades distintas.

A introdução do sistema industrial acarretou mudanças na divisão do trabalho familiar, a unidade doméstica que até então abrigava ao mesmo tempo a família e a produção, passa por uma divisão. Os espaços foram fortemente delimitados, e tanto a unidade doméstica como a unidade de produção passaram a constituir duas esferas distintas. Na esfera pública ocorria o trabalho remunerado da produção social, e na privada, no espaço doméstico, acontecia a reprodução da família.

Nesse período a família passa a ser vista como unidade de consumo e a produção passa a ter um lugar fora dela. A força de trabalho é vendida ao mercado e, em troca, o trabalhador recebe um salário equivalente, utilizado para suprir as necessidades da família.

Com a separação da esfera doméstica da produção, os espaços públicos e privados aos poucos são delimitados e os papéis sociais vão sendo destinados para homens e mulheres e, nesse sentido, pontua Rocha-Coutinho (1994 p. 32-33):

[...] Os homens ficam com o espaço público da produção, ficam com as grandes decisões e com o poder. Para as mulheres são atribuídas as responsabilidades da reprodução, em todas as suas formas no seio da família, e tal trabalho de ‘reprodutora’ é naturalizado. É assim que o trabalho doméstico da dona-de-casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem-estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social.

O trabalho doméstico, a reprodução do cuidado, a manutenção diária da esfera doméstica não se expressam em cores nítidas, muito pelo contrário, são quase que invisíveis aos olhos, pois não possuem valor monetário e muito menos prestígio social. As mulheres donas de casa são trabalhadoras duplamente desvalorizadas, e nesta perspectiva pontua Rocha-Coutinho. (1994 p. 33):

As mulheres portando, as donas-de-casa, passam a ser trabalhadoras que nunca vão conhecer os benefícios que aos poucos a sociedade capitalista nascente vai outorgando a outros trabalhadores – salário, descanso, limite de jornada, férias, licença, aposentadoria ou seguro social - a não ser de forma indireta, através do homem que dependem. Sua dedicação exclusiva ao trabalho doméstico impede ou dificulta a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos, que ficam restritos aos homens, levando-as a uma marginalidade social.

Segundo Rocha-Coutinho (1994) a demarcação dos dois setores, o público e o privado, bem como das diferenças biológicas entre homens e mulheres foram tomadas pelo discurso social para explicar e manter diferenças sociais e profissionais.

Para Scott (1991 apud Ávila 2007, p.2):

Mais do que refletir um processo objetivo de desenvolvimento histórico, a história da separação do lar e do trabalho contribuiu para esse

desenvolvimento; essa separação forneceu os termos de legitimação e as explicações que construíram o problema da mulher trabalhadora, minimizando continuidades, assumindo que as experiências de todas as mulheres eram iguais e acentuando as diferenças entre homens e mulheres. Para a autora, o discurso do século XIX sobre a separação entre o lar e o trabalho 'conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho natural.'

Podemos perceber que especificamente a partir da delimitação dos espaços público e privado, a manutenção, a reprodução da esfera privada foi fortemente estabelecida como uma atividade exclusivamente feminina destinada para as mulheres. Os papéis sociais foram assumidos, a mulher assumiu sua condição de inferioridade e o homem sua posição de superioridade como sinônimo de poder.

2.1.1 Pelas tramas da industrialização: mulher e produção no Brasil

Expressivas transformações podem ser observadas desde o início do processo de industrialização do Brasil, no que se refere à inserção da mulher no mundo do trabalho. Toledo (2003, p. 40) pontua que a mulher foi convocada a trabalhar nas fábricas somente após a chegada das máquinas, pois com a introdução da maquinaria, alegava-se que estas dispensavam o uso da força bruta. Ignorando assim o período que antecede o início das grandes indústrias, no qual a mulher já realizava diversos trabalhos pesados como “arar a terra, cuidar de animais, esfregar o chão, transportar e carregar os filhos”.

Logo, a ideia da fragilidade feminina foi sendo imposta culturalmente pela sociedade burguesa, que segundo Bruschini (1990, p. 46) transformou a “rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão natural, própria à biologia de cada sexo”, sendo que casa e família passaram a ter o mesmo significado apesar da distinção existente: “enquanto a casa é uma unidade material de produção e de consumo, a

família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos”.

Os diversos acontecimentos decorrentes da industrialização no Brasil como a ascensão da burguesia, a consolidação do sistema capitalista, o crescimento da urbanização, bem como o surgimento das indústrias acompanhadas pelo grande avanço tecnológico, trouxeram novas perspectivas para o mundo do trabalho, as quais influenciaram novas dinâmicas de sociabilidade e uma reorganização da vida familiar.

Cabe pontuar que:

A industrialização brasileira teve início no Nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta no século XIX – especialmente, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia – e deslocou-se progressivamente para a região Sudeste. Na passagem desse século, o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920. (RAGO, 1997, p. 580)

O processo de industrialização no Brasil trouxe novos ares para a economia, que até então enxergava somente a produção artesanal e agrícola. Esses novos ares evidenciavam o processo de industrialização como uma mola propulsora para a economia brasileira, e demarcaram o início de diversas mudanças, inclusive passaram a visualizar a mulher enquanto trabalhadora.

No que se refere ao processo de inserção das mulheres nas atividades da indústria têxtil, Perrot (2005, p.225) sugere que:

[...] nesta união mulher-máquina celebra-se um perfeito casamento de conveniência, fruto de uma harmonia preestabelecida. O discurso sobre a máquina é também um discurso sobre a natureza feminina. Frágil, a mulher não pode tratar diretamente com os materiais duros que requerem o esforço viril: ela é destinada aos moles: fios, tecidos. Incapaz de invenção, ela convém às tarefas parciais, repetitivas, originárias de uma divisão do trabalho que a máquina aumenta.

Como estratégia a combinação mulher-máquina foi instituída, consolidando a exploração da mão-de-obra feminina e o seu possível

controle. Ao considerá-la frágil o controle sobre as mulheres seria facilmente exercido e aceito. E estas se submeteriam às mais diversas atividades precárias e repetitivas.

No entanto as mudanças econômicas trouxeram impactos para as famílias, muitas deixaram as áreas agrícolas para viverem nos centros urbanos e industriais. O homem já era visto como o provedor, porém o salário oferecido pelas indústrias já não era mais suficiente para o sustento da família, desta forma muitas mulheres e até mesmo diversas crianças passaram a ser inseridas no mercado de trabalho.

Neste ínterim, segundo Rago (1997), era significativo o número de mulheres e crianças imigrantes trabalhando no Brasil nas primeiras fábricas, era uma força de trabalho abundante e barata. De modo geral, um grande número de mulheres e crianças trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, as quais possuíam escassa mecanização. Segundo a autora, em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo, constatava que as mulheres representavam 49,95% do operariado têxtil, enquanto as crianças respondiam por 22,79%, ou seja, 72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças.

Tais mudanças estavam diretamente vinculadas às mulheres e traziam uma gama de modificações não apenas para elas, pois refletiam de forma direta no espaço familiar e na sociedade de modo geral.

A partir do processo de industrialização as mulheres passam a ser vistas como trabalhadoras, porém nesse espaço encontravam as mais diversas dificuldades, era um espaço que precisa ser conquistado cotidianamente. Nesta perspectiva, Rago (1997) esclarece que dentre as barreiras encontradas estavam a variação salarial, a intimidação física, a desqualificação intelectual e o assédio sexual. E complementa:

As mulheres tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família.

As dificuldades iniciavam na esfera familiar e perpassavam os mais diversos espaços, pois a sociedade já havia naturalizado o papel social da mulher, vinculada à esfera doméstica, à esfera privada. Aos

poucos esse novo contexto estabelecia novas relações sociais para homens e mulheres, e gradativamente evidenciava as transformações e rupturas na vida em sociedade. Evidenciando assim espaços e obrigações para homens e mulheres, os quais podem ser destacados através da divisão sexual do trabalho que veremos a seguir.

2.1.2 A divisão sexual do trabalho: refletindo papéis e espaços na família e na sociedade.

O conceito “divisão sexual do trabalho” possui uma longa trajetória e é uma temática presente na vida de homens e mulheres, pois envolve a vida cotidiana, a qual passa pelo âmbito público e privado, pela esfera familiar, econômica e cultural e, consequentemente, reflete as questões de gênero. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho nasce de uma forma de divisão existente em decorrência das relações sociais de sexo. É construída e determinada historicamente e corresponde a cada tipo de sociedade, tradicionalmente traduzida numa designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.

Segundo Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho foi objeto de estudos precursores em diversos países, mas foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos os quais estabeleceram as bases teóricas desse conceito.

Para Gamba (2007 p. 99-100):

A divisão sexual do trabalho é um fenômeno facilmente observável, que se expressa na concentração de mulheres no trabalho de reprodução no âmbito doméstico, e em determinados postos de trabalho, o que produz diferenças salariais. O conceito refere-se a uma inserção diferenciada de homens e mulheres, por ramos, setores de atividade, conforme o tamanho das empresas e no interior delas, por determinados

processos de trabalho, seções, artigos e habilidades profissionais. (tradução livre).

Nessa perspectiva, divisão sexual do trabalho é um fenômeno que pode apresentar-se de diferentes formas, variando no tempo e no espaço. Esta variação ocorre em decorrência da economia e da cultura de um país e, conseqüentemente, das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres.

Ainda segundo Kergoat (2009) a divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o de separação e o de hierarquização. A separação refere-se aos diferentes trabalhos que existem para homens e para mulheres. E a hierarquização aos diferentes valores que são pagos para homens e mulheres, ou seja, um trabalho realizado por um homem “vale” mais do que um trabalho realizado por uma mulher. Para a Kergoat (2009) esse princípio de separação e de hierarquização está diretamente vinculado às relações sociais estabelecidas entre os sexos, definindo diferentes papeéis para homens e mulheres. A separação e a hierarquização indicam que a sociedade instaura patamares de poder e dominação na vida pública e privada com base no sexo de cada indivíduo.

Hirata (2002, p. 235) pontua que:

Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres, ao trabalho doméstico, à esfera do privado ou à da reprodução. Muito pelo contrário, trata-se de uma problemática (e não abertura de um novo campo regional), e de uma problemática que atravessa e dá sentido ao conjunto das relações sociais que a expressão ‘divisão social do trabalho’ abrange.

Logo, a divisão sexual do trabalho contempla um conjunto de relações sociais e abrangendo a divisão social do trabalho. Hirata (2002, p. 277) esclarece que a problemática da divisão sexual do trabalho é compreendê-la em um “caráter multidimensional”, ou seja, ela abrange tanto o trabalho doméstico como a atividade produtiva ou assalariada,

nas dimensões objetivas e subjetivas. E essas dimensões estão presentes nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, na vida familiar e cotidiana.

Por outro lado, Pierre Bourdieu (2010) descreve que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada, como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante,

Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. [...] (BOURDIEU, 2010, p.19-20)

O mundo social como descreve Bourdieu (2010) construiu o corpo como realidade sexuada, definindo papéis para homens e mulheres, utilizando a diferença biológica existente entre os sexos como uma justificativa para estabelecer diferentes atribuições para homens e mulheres. Bourdieu complementa que a diferença biológica entre os sexos, entre o corpo masculino e o feminino, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente na divisão social do trabalho.

Apesar de o mundo social estar em constante transformação, tais justificativas biológicas foram muitas vezes aceitas, naturalizadas, difundidas e aplicadas nos mais diversos âmbitos. Logo, podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho destinou espaços específicos para homens e mulheres. Privilegiando o homem no setor público e a mulher no setor privado, tendo como prioridade a maternidade, o cuidado e os afazeres domésticos e, mais tarde, os empregos secundários e mal pagos.

Segundo Melo e Castilho (2009 p.137):

As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim,

fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado ‘trabalho produtivo’) e as mulheres dividem seu tempo ‘naturalmente’ entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito ‘trabalho reprodutivo’).

A divisão de espaços e a delimitação de papéis tanto no espaço produtivo como no reprodutivo mostram o quanto a divisão sexual do trabalho está presente em ambos os espaços, reafirmando as relações de opressão e reproduzindo os valores da sociedade patriarcal, da paradoxal dominação masculina e da submissão feminina.

As reflexões de Bourdieu (2010) nos fazem perceber que a dominação masculina encontra todas as condições para seu pleno exercício, o autor trata especificamente da dominação do masculino sobre o feminino, demonstrando que o fato está presente no processo evolutivo e histórico do ser humano.

Para o referido autor a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos do *habitus*, conforme explicitado:

[...] O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc) se exerce não na lógica pura das consciências *cognoscentes*, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2010, p. 49-50).

Por outro lado, se existe a dominação masculina, esta só é possível devido ao efeito da dominação simbólica ou da submissão feminina. Nesse sentido discorre Bourdieu (2010, p.49 - 50):

[...] a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem.

As relações de poder existentes entre homens e mulheres permanecem arraigadas na reprodução da ordem social e, com o passar dos tempos, receberam uma dose aparente de harmonia para parecerem naturais, próprias das relações entre homens e mulheres. Mas tais relações podem ser perceptíveis através de um olhar atento sobre o cotidiano, pois estão inscritas na divisão sexual do trabalho, a qual poderá apresentar de forma evidente a dominação masculina.

Os trabalhos femininos na maioria das vezes são caracterizados por sua inferioridade hierárquica, pelos baixos salários, por atividades específicas, e por típicas profissões femininas. Para Gamba (2007) existe uma desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres e isso se reflete em suas profissões que em geral:

[...] Sempre são uma extensão da assistência prestada no lar, no âmbito doméstico. **As habilidades das mulheres determinam os tipos de trabalhos, especialmente aqueles não assumidos pelos homens**, tais como cuidar de crianças, doentes, idosos ou realizar tarefas industriais monótonas e repetitivas. (Gamba, 2007, p. 102, grifos nossos) (tradução livre).

Tais diferenças sempre existiram e ainda continuam presentes na sociedade capitalista brasileira. E essa divisão na esfera da reprodução é de certa maneira aceita por homens e mulheres e está diretamente ligada às hierarquias construídas no seio familiar e reforçadas na vida em

social. Para Bourdieu (2010) as ações continuadas, silenciosas e invisíveis no mundo sexualmente hierarquizado preparam as mulheres “a aceitar como evidentes naturais e inquestionáveis prescrições e proscritções arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos.” (Bourdieu, 2010, p.71).

Mas, ao não aceitarem estas “ações continuadas, silenciosas e invisíveis no mundo sexualmente hierarquizado”, vivenciam diversos obstáculos, pois percebem sua condição social frente às dificuldades que estão postas como: remuneração inferior, discriminação para o acesso aos postos de trabalho, dificuldades para a ascensão profissional, dificuldades até mesmo para executar seu exercício profissional no ambiente de trabalho.

É interessante observar que ainda hoje, apesar de as mulheres terem conquistado o espaço produtivo, cobra-se delas responsabilidades em relação à maternidade e aos afazeres domésticos. Como se estes fossem um campo exclusivo das mulheres, o que nos leva a discutir a categoria gênero. Portanto pensamos que a divisão sexual do trabalho não é autossuficiente para explicarmos as relações estabelecidas na atualidade, pois homens e mulheres encontram-se na esfera produtiva, logo o trabalho remunerado virou uma condição essencial ou simplesmente um modo de sobrevivência para muitos.

Apesar da divisão sexual do trabalho se referir ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico (não remunerado), ela não tem por objetivo definir, discorrer e aprofundar o debate sobre trabalho doméstico. Então destacamos que:

A ‘tradicional’ divisão sexual do trabalho que consiste na especialização dos homens no papel de provedores do lar e das mulheres como cuidadoras da família tem sido alterada nas últimas décadas pela rápida incorporação dos cônjuges ao mercado de trabalho. (SORJ ET AL, 2007, p. 582).

Desta forma, além de trilharmos o importante caminho abordando a divisão sexual do trabalho, se faz necessário complementá-la discorrendo e definindo o que vem a ser o trabalho doméstico e, ainda, adentrarmos na questão de gênero. Parte-se da ideia de que o espaço doméstico se configura como lócus privilegiado de vivência e convivência familiar, é onde ocorre a divisão do trabalho doméstico, das

tarefas, do cuidado, das responsabilidades, bem como da construção social dos indivíduos. Então primeiramente definiremos o que estamos entendendo por trabalho doméstico, para posteriormente discutirmos a divisão do trabalho doméstico e sua configuração de gênero entre homens e mulheres no âmbito familiar.

2.1.3 Trabalho doméstico: um olhar sobre o âmbito familiar

Durante muito tempo, as obrigações referentes ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos foram consideradas e, em muitos casos, ainda continuando, sendo responsabilidades da família, mais precisamente das mulheres, as quais passaram a terem como atividade primordial o cuidado, a esfera doméstica, a criação e educação dos filhos, e o homem, continuou sendo visto e conhecido como o provedor.

Neste sentido, Abramo (2007, p. 26) reforça que:

[...] destinam à mulher a função básica e primordial de cuidar da vida privada e doméstica, ao mesmo tempo atribuem a esse universo um valor social inferior ao mundo 'público' (e desconhecem por completo seu valor econômico). Para as mulheres isso significa não apenas uma limitação de tempo e de recursos para investir na própria formação e no trabalho remunerado, como também está fortemente relacionado com uma subvalorização (econômica e social) do trabalho feminino e de seu papel na sociedade.

Destinaram e continuam destinando o espaço privado para as mulheres, pois a delimitação do espaço doméstico como algo exclusivo para as mulheres foi veementemente reproduzida, e mesmo com o passar dos anos e com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a mulher ainda é chamada a assumir a esfera privada.

Sorj et al (2007), analisam que o novo modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da “esfera pública,” mas não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a “esfera privada”, mantendo assim uma divisão sexual do trabalho com forte viés de gênero.

Podemos verificar também através de dados publicados pelo IBGE referente à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD de 2001 e de 2005, o quanto o espaço doméstico continua sendo naturalizado como um espaço tipicamente feminino. Nesta perspectiva destacamos:

As meninas, desde cedo, são orientadas para o trabalho doméstico, cerca de 83% delas realizam tais tarefas, enquanto que, entre os meninos, a proporção é de 47,4%. O tempo despendido diferencia-se significativamente: eles 8,2 e elas, 14,3 horas semanais. Observa-se, também, que a jornada de trabalho remunerado semanal média da população de 10 a 17 anos é de 27,8 horas semanais para os meninos e 26,1 para as meninas. São valores próximos, de onde se conclui que, desde cedo se observa uma nítida divisão sexual das tarefas domésticas nos lares. (IBGE/PNAD, 2001-2005).

Os dados da pesquisa do IBGE apenas materializam a realidade brasileira de meninas e meninos, homens e mulheres, confirmando a existência das desigualdades de gênero no cenário brasileiro.

Mas cabe colocar que o trabalho doméstico, segundo Shwebel (2007), pode ser definido como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família, do domicílio conjugal e parentela é um trabalho gratuito, realizado essencialmente por mulheres.

De acordo com Chávez (2005) o conceito de trabalho doméstico refere-se ao conjunto de atividades e tarefas diárias destinadas à produção de valores de uso, bem como os serviços necessários para atender às necessidades da reprodução da força de trabalho. E pontua:

[...] Essas atividades e tarefas são realizadas dentro da família. Essas características do

trabalho, da força de trabalho permitem uma abordagem para a relação capital-trabalho, uma vez que requer produção, manutenção e reprodução. Estas tarefas incluem: preparar refeições, lavar roupas, passar, costurar, limpar a casa, educar e acolher as crianças, cuidar dos doentes e idosos, a administração da economia doméstica, em suma, o conjunto de valores de uso que contribuem diretamente para a manutenção e re-produção da força de trabalho. (Chávez, 2005, p.26 - 27) (tradução livre)

Para Chávez (2005) todas as tarefas cotidianas realizadas no interior da família contribuem diretamente para a manutenção e reprodução da força de trabalho. Por sua vez, para Gamba (2007), o desenvolvimento do sexo masculino na esfera pública é garantido pela mulher, pois ela se dedica a reproduzir as condições e possibilidades para o exercício da liberdade do homem, que é o indivíduo do espaço público.

Ainda segundo Gamba (2007), quando a mulher trabalha fora ela divide seu tempo entre o trabalho remunerado (fora de casa) e o trabalho da unidade doméstica, e isso é algo raro entre os homens. E complementa:

[...] O trabalho tem se apresentado como questão de rigorosa pesquisa e sistematização. Marina Bianchi (1994) classifica o trabalho doméstico, realizado por mulheres em múltiplas atividades: reprodução (procriação, parentalidade, educação, socialização), internas (manutenção de roupas, alimentos, compras, limpeza), burocráticas (relacionados com os serviços, instituições) e assistências (cuidar dos doentes, idosos ou portadores de necessidades especiais). Obviamente, todas essas atividades são gratuitas e, portanto, não são contadas como uma força de trabalho economicamente ativas de um país. [...] (GAMBA, 2007, p.102) (tradução livre).

As ideias das autoras: Chávez, Gamba, e Bianchi (apud Gamba, 2007, p.102) apenas se complementam, pois para elas o trabalho doméstico se configura como um trabalho de reprodução. Além disso, as

diferentes atividades domésticas realizadas pelas mulheres de forma gratuita contribuem para a manutenção do trabalho masculino realizado na esfera pública.

Perrot (2007, p. 115), nos lembra que o trabalho doméstico é:

[...] invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constante.

Neste sentido reforça-se a ideia de que é um trabalho manual ao qual não se pode agregar um valor monetário, pois é invisível.

Cabe colocar que tais atividades domésticas eram e ainda continuam sendo atribuídas ou desempenhadas primordialmente pelas mulheres, pois desde meninas elas foram e continuam na maioria das vezes ensinadas a se sacrificarem e a negligenciarem as suas próprias necessidades para suprir as necessidades de seus maridos e de seus filhos. Priorizam os projetos de vidas de seus entes queridos, mas se esquecem dos seus, enquanto isso, seus sonhos, seus objetivos diluem-se no trabalho doméstico, na vida cotidiana e ambos se tornam invisíveis e desconhecidos.

Entendemos então que o trabalho doméstico se apresenta cotidianamente na vida das famílias e ele propicia a manutenção do trabalho produtivo realizado no âmbito público, porém muitas vezes se apresenta de forma invisível na sociedade. Sabe-se que a divisão do trabalho doméstico ocorre primordialmente na esfera familiar, pois é nesse espaço que homens e mulheres aprendem as suas responsabilidades públicas e privadas, ou simplesmente reproduzem as hierarquias estabelecidas. Então abordaremos no item seguinte a divisão do trabalho doméstico e a questão de gênero.

2.1.4. Abrindo o debate: a divisão do trabalho doméstico e a questão de gênero.

As mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres, como o adiamento da maternidade e a diminuição do número de filhos ou a opção de não tê-los refletem também na necessidade que as famílias possuem em conciliarem as tarefas domésticas com as exigências do mercado de trabalho. Seguir uma carreira profissional ou ter um trabalho remunerado tornou-se uma condição imprescindível na vida de homens e mulheres, pois hoje ambos encontram-se na esfera pública desempenhando diversas funções.

No entanto, as mulheres continuam responsáveis pelas tarefas minuciosas e repetitivas, pelo trabalho doméstico, pois ao adentrarem na esfera produtiva não conseguiram se desvincular da esfera doméstica, do papel de mãe e de cuidadora. Conforme assevera Toledo (2003, p. 37 e 39), a mulher foi “confiscada pelo capital para ir à fábrica”, mas isso não a libertou do trabalho doméstico e, conseqüentemente, o trabalho fora de casa “impôs [à mulher] a duplicação da jornada de trabalho”. Logo, a mulher passou dedicar-se ao trabalho assalariado, como também continuou sendo a única ou a principal responsável pelo trabalho doméstico. Desde então a dupla jornada de trabalho tornou-se algo comum principalmente para as mulheres.

Gamba (2007) destaca que estudos sobre as mulheres e trabalho no início dos anos 90 (Balbo, 1994; Witz, 1997, entre outros):

[...] têm abordado o trabalho das mulheres a partir de duas dimensões: trabalho doméstico e trabalho assalariado, ou seja, a vida das mulheres e a dupla jornada de trabalho. [...] Outro debate abordado trata do mundo do trabalho como o mundo dos homens. Portanto a categoria mulher é diluída no conjunto da classe trabalhadora. Em geral, o conceito classe trabalhadora menciona como uma classe neutra, sem qualquer referência ao sexo dos sujeitos sociais, como se o local de produção fosse um elemento unificador que compreende uma série de comportamentos e atitudes relativamente

inequívoca. Assim, a invisibilidade do trabalho feminino é retratada em duas dimensões, tanto na doméstica, como na assalariada. (tradução livre).

A partir das autoras compreendemos que o trabalho doméstico aparece como invisível e o trabalho realizado pela mulher na esfera pública geralmente é remunerado de forma inferior quando comparado ao trabalho masculino. No âmbito doméstico torna-se invisível por ser um trabalho repetitivo e que não produz valor, um trabalho gratuito. No âmbito privado a mulher aparece enquanto parte do conjunto da classe trabalhadora, não havendo uma referência específica ao fato ser mulher.

Percebe-se que, mesmo quando a mulher trabalha fora de casa, ela continua ainda vinculada ao trabalho doméstico e, ao longo de um único dia, ela multiplica-se em muitas, pois assume o trabalho remunerado profissional, a tarefa de mãe, de cozinheira, faxineira, cuidadora, até mesmo de professora ao ajudar os filhos (as) nas tarefas escolares, enfim, é um ser multifuncional. E esse trabalho realizado no âmbito familiar é concebido pela sociedade como natural e é justificado pelas relações afetivas, de amor e de benevolência, entre a mulher e os demais membros familiares.

Dados publicados pelo IPEA (2012), que utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, mostram que as mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, elas gastam em média 26,6 horas semanais, enquanto os homens dedicam em média 10,5 horas. E a jornada média de trabalho na ocupação principal dos homens é cerca de sete horas maior que a das mulheres. Mesmo assim, a carga global de trabalho para as mulheres é maior, ou seja, 57 horas por semana contra 53 horas semanais para os homens. Esses valores se correspondem à soma das duas jornadas, a do trabalho para o mercado e a do trabalho de reprodução social.

Segundo Araújo e Scalon (2005) o gênero é um referencial importante quando se trata de aferir a igualdade de forma mais ampla na sociedade, sendo que o lugar que a mulher ocupa é determinado também por seu papel na família.

O movimento feminista ao lançar a discussão da condição de subordinação das mulheres, percorrendo sobre as relações de poder presentes não apenas na vida social, ressaltou, politizou e publicizou um problema social que afetava em maior grau as mulheres. Ao fazer tal discussão, o movimento feminista evidenciou a forma como a categoria

sexo, o fator biológico determinava oportunidades diferenciadas para homens e mulheres e o quanto isso influencia na vida das pessoas.

Neste sentido, Pedro (2005) pontua: a palavra “gênero” passou a ser usada pelo feminismo no interior dos debates que se travavam dentro do próprio movimento, na busca por uma explicação para a subordinação das mulheres. A autora esclarece que o feminismo, enquanto movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”, explicando que:

O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’. (PEDRO, 2005, p. 79).

Ainda segundo Pedro (2005) foi na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres, os quais ganharam visibilidade nos anos 60, nos Estados Unidos. Desde então o movimento feminista se tornou essencial para diversos avanços na vida social, bem como nos estudos relacionados à categoria gênero, pois foi a partir das abordagens feministas que surgiram as primeiras discussões referentes à categoria. Tais abordagens passaram a ser propagadas em nível mundial e também foram ampliadas dentro do movimento feminista, o qual vivia intensamente as lutas pelo sufrágio em diversos países.

Pedro (2005) ressalta que foi do interior da categoria “mulheres” que surgiu a categoria “gênero”, e foi entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre a história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Estas foram inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990.

Os escritos da historiadora Joan Scott (1990) foram essenciais ao reafirmar a diferença entre sexo e gênero, articulando-a com a noção de

poder. Para Scoot (1990) gênero é uma forma de organização social da diferença sexual, isto é, estabelece significados para as diferenças corporais, o que não significa que gênero reflita diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres.

Logo, a definição de gênero para Scott (1990, p. 14):

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Para Scott (1990) gênero é uma categoria ampla, que vai muito além do determinismo biológico, pois envolve relações sociais e subjetivas, e ainda relações de poder entre homens e mulheres. O núcleo central da sua concepção é que gênero seria parte integrante das relações sociais entre os sexos, e uma forma primária de oferecer significado às relações de poder entre os indivíduos, homens e mulheres.

Para Lisboa e Manfrini (2005, p. 71):

A categoria gênero é uma categoria relacional que busca explicar a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos que não pode ser reduzida a mulher. Gênero é mais que uma categoria, é uma teoria ampla que abrange hipóteses, interpretações, outras categorias e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo.

Gênero é uma categoria ampla, permeada por relações, por interpretações que não devem estar restritas apenas ao universo feminino, pois também envolvem os homens. Então a formação dos sujeitos, homens e mulheres, está diretamente ligada às relações de gênero, relações que estes estabelecem entre si, e entre o mundo em que vivem.

Para Faria e Nobre (1997, p. 19) gênero é uma categoria, um conceito que procura explicar as relações existentes entre mulheres e homens, e relembram que tal conceito surgiu após muitos anos de luta por parte das feministas. As autoras pontuam que a ideia da existência de uma construção social do ser mulher já estava presente há muitos anos, mas mesmo assim:

[...] permaneciam dificuldades teóricas sobre a origem da opressão das mulheres, sobre como inserir a visão de opressão no conjunto das relações sociais, sobre relação entre essa opressão, como por exemplo, a relação entre a opressão das mulheres no capitalismo. Não existia uma explicação que articulasse os vários planos em que se dá a opressão sobre as mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade) e, principalmente, uma explicação que apontasse com mais clareza os caminhos para a superação dessa opressão. [...] (FARIA e NOBRE 1997, p. 20-21)

Para as referidas autoras o conceito de gênero surge para responder a vários impasses e nos permitir analisar tanto as relações de gênero quanto a construção da identidade de gênero. Faria e Nobre (1997) enfatizam que usamos as expressões “identidade de gênero” e “relações de gênero” para evidenciarmos que as desigualdades de gênero entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos.

No entanto, diferentemente de Faria e Nobre (1997) estamos entendendo que gênero não se refere apenas às relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, mulheres e mulheres, ou seja, contempla uma série de relações que estes estabelecem na vida social. E ainda utilizam o termo “gênero” como um conceito, diferentemente de Scott (1990) e Lisboa (2005) que o apresentam como uma categoria, algumas definições se aproximam, e até contribuem para o debate.

Mas cabe pontuar que a concepção de gênero defendida por Scott (1990), apesar de ser uma referência mundial, é alvo de críticas consistentes, que partem de Thomas Laqueur (2001), Linda Nicholson

(2000), e recentemente de Judith Butler⁵. As críticas ocorrem devido ao fato de que as diferenças são percebidas entre os sexos e através delas se constroem as diferenças de gênero, diferenças estas percebidas enquanto uma construção.

E é a partir dos estudos de Scott que estamos entendendo gênero e percebemos que as relações de gênero não são determinadas pelo sexo masculino ou feminino, não são determinadas apenas por um fator biológico, mas são edificadas socialmente. E estão inscritas nas relações cotidianas do passado e do presente, nos mais diferentes espaços, e são visíveis em diversas esferas da sociedade, mas queremos aqui destacar a esfera produtiva, bem como a reprodutiva. Desta forma no próximo capítulo apresentaremos o percurso metodológico e a análise dos dados.

⁵ Recentemente Butler (2003), desmontou-se a dualidade entre sexo/gênero, adotada pelo feminismo, e tentou retirar da noção de gênero decorreria do sexo e discutir em que medida essa distinção sexo/gênero era arbitrária.

3 A VISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO DE HOMENS E MULHERES RESIDENTES NO BALNEÁRIO DE INGLESES

Neste capítulo, inicialmente, apresenta-se o percurso metodológico desenvolvido para este estudo, identificando o local da pesquisa empírica e explicando de que forma aconteceu a escolha do local em questão, bem como a aproximação com os sujeitos. Nos itens subsequentes apresentaremos o perfil dos participantes e a análise dos dados coletados. Utilizaremos a modalidade temática para enfatizar as respostas obtidas pelos sujeitos da pesquisa destacando as principais categorias elencadas.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Iniciamos nossa pesquisa com um levantamento bibliográfico referente às temáticas: inserção da mulher no mundo do trabalho, divisão sexual do trabalho, divisão do trabalho doméstico, concepções de família e relações de gênero. E para nos aproximarmos da realidade de homens e mulheres que vivem com suas famílias no Balneário de Ingleses, recorremos a uma investigação empírica que constituiu-se na aplicação de um questionário com 15 homens e 15 mulheres. A escolha da pesquisa qualitativa como forma de abordagem ocorreu por incorporar um universo de significados e, nesta perspectiva, Minayo (1994, p.21) destaca:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nossa pesquisa se caracteriza, ainda como exploratória, por entender que poucos trabalhos referentes a essa temática foram desenvolvidos junto ao curso de Serviço Social e por reconhecer que este tipo de pesquisa envolve experiências práticas referentes ao problema pesquisado, vivenciados pelos sujeitos entrevistados. Conforme Gil (1999), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade:

[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisas, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento (GIL, 1999 p.43).

Na tentativa de desenvolvermos, esclarecermos, e até mesmo formulamos novos problemas e hipóteses mais precisas sobre o cotidiano familiar no Balneário de Ingleses, optamos pela pesquisa exploratória.

3.1.1 A escolha do local a ser pesquisado

Definida a temática de pesquisa, passamos a observar o cotidiano e a realidade do Balneário de Ingleses em distintos locais e percebemos que, na maioria das vezes, são as mulheres as responsáveis por levarem diariamente seus filhos (as) para as escolas ou para as creches (o que foi confirmado por duas diretoras com as quais falamos), bem como para os Postos de Saúde; são elas que fazem as compras na feira, no supermercado, na padaria, geralmente acompanhada por seus filhos (as) nos horário de saída da escola. Muitas dessas mulheres estão vestidas com seus uniformes de trabalho dando a entender que, além de ocuparem um posto no mercado formal de trabalho (esfera pública), continuam assumindo as responsabilidades da esfera doméstica (vida privada).

Observando os quintais das casas ou sacadas de apartamentos, são as mulheres que estão na lida da roupa, da faxina, varrendo as calçadas, enfim, o cotidiano de muitas mulheres é preenchido com tarefas no âmbito doméstico.

Essa realidade não acontece unicamente no Balneário de Ingleses, porém, pelo fato de ser moradora do local, a partir dessa observação surgiu a motivação para realizarmos uma pesquisa empírica neste local, que tem como particularidade o fato de ser o Balneário com a maior população residente da cidade de Florianópolis/SC. Além disso, seus núcleos habitacionais abrigam diferentes classes sociais, sendo um local de nítidos contrastes.

3.1.2 Localizando o Balneário de Ingleses

Desde 1823, o Estado de Santa Catarina tem como capital a ilha de Florianópolis, colonizada por imigrantes portugueses vindos das Ilhas dos Açores. Inicialmente a cidade era conhecida como Nossa Senhora do Desterro, em referência a sua padroeira, mas em 1984, com termino da Revolução Federalista, a cidade passou a ser chamada de Florianópolis em homenagem ao ex-presidente da República, Floriano Peixoto.

Com passar do tempo, a capital foi se desenvolvendo e sua população foi aumentando. Conforme dados do IBGE (2010), na ultima

década a capital catarinense registrou uma alta na taxa de crescimento de 23.2%, contabilizando 421.240 habitantes.

Florianópolis é uma das três ilhas-capitais do Brasil. A cidade se destaca pelas diversificadas paisagens, ou seja, é um reduto de lagoas, cachoeiras, ilhas e fortalezas, o que vem se tornando um atrativo cada vez maior para o polo turístico. Há pouco tempo se relatava que havia 42 praias em Florianópolis, mas atualmente afirmam⁶ existir mais de 100.

O Balneário de Ingleses, também conhecido como Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, localiza-se na parte insular norte de Florianópolis, e situa-se a aproximadamente trinta e seis quilômetros do Centro. A origem do nome Ingleses é atribuída ao local devido ao naufrágio de um navio inglês ocorrido em meados do século XVIII.

O início do crescimento populacional e turístico aconteceu na década de 80 e aos poucos o tranquilo distrito da ilha de Santa Catarina passou a atrair olhares de muitos empresários e de diversos moradores, os responsáveis por esses olhares seriam as belezas naturais aliadas ao baixo custo imobiliário. Com o passar do tempo foram a construídas rodovias de acesso à comunidade e os serviços de infraestrutura foram sendo instalados. Essas questões, aliadas às belezas naturais, atraíram muitas pessoas em busca de lazer ou de uma oportunidade de trabalho, ocasionando assim a urbanização do Balneário de Ingleses, cujos moradores são provenientes de diversas cidades e estados.

Aos poucos a vila pesqueira de Ingleses foi cedendo espaço à especulação imobiliária e foram surgindo grandes prédios, construções de bares, restaurantes, hotéis, pousadas entre outros, possibilitando o surgimento de empregos na área da construção civil, turismo e hotelaria. Ao longo desse processo também ocorreram ocupações irregulares na localidade, inclusive em áreas de preservação. Uma das mais conhecidas é a comunidade da "Vila Arvoredo", localizada nas dunas dos Ingleses que inicialmente ficou conhecida como a "Favela do Siri".

A ocupação da Vila do Arvoredo teve início na década de 80; a comunidade foi construída sobre uma área de preservação permanente, constituída de dunas fixas e móveis. O local foi ocupado de forma irregular e sem critérios, a maioria dos acessos é caracterizada por ruas estreitas e sem calçamento; o local não possui infraestrutura e as

⁶ <http://www.belasantacatarina.com.br>

ligações de água e luz são clandestinas; a coleta de lixo ocorre regularmente, mas apenas nas ruas principais foram construídas lixeiras comunitárias. De modo geral, as casas da Vila do Arvoredo são precárias, foram construídas com materiais reaproveitados de outras construções.

A menção à Vila do Arvoredo tem como objetivo retratar os contrastes socioeconômicos e culturais do Balneário de Ingleses que muitas vezes passam despercebidos em meio às belezas naturais. Ao mesmo tempo em que o Bairro abriga shoppings, supermercados, grandes hotéis, empreendimentos internacionais como Costão Golf, também abriga homens e mulheres em estado de pobreza e vulnerabilidade social.

A população residente de Ingleses, 29.814 habitantes, é maior do que muitas cidades de pequeno porte localizadas no interior de Santa Catarina. O Balneário de Ingleses tem vida própria, consegue gerar e movimentar a economia local, devido ao desenvolvimento do turismo na região e ao número de moradores permanentes.

Apresentaremos, a seguir, alguns dados que confirmam o vertiginoso aumento populacional do Bairro, comparado ao do Município de Florianópolis/SC.

Localidade	1996	2000	2010
Florianópolis	271.281	341.781	421.240
% de aumento*	--	25,99%	23,25%
Ingleses do Rio Vermelho	7.741	16.439	29.814
% de aumento*	--	112,36%	81,36%

Tabela 1 - Aumento percentual das populações de Florianópolis e Ingleses do Rio Vermelho (também conhecido como Balneário de Ingleses)

Fonte: IBGE.

* percentual de aumento com relação ao período anterior –

A Tabela 1 ilustra períodos distintos do crescimento populacional e faz um comparativo entre os períodos e as localidades, ou seja, entre 1996-2000, a população de Florianópolis aumentou 25,99%, enquanto a população do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho aumentou em 112,36%. No período mais recente entre 2000-2010, Florianópolis registrou aumento de 23,25% na sua população, e Ingleses do Rio Vermelho registrou outra vez um aumento acima da média: 81,36%.

Com intuito de visualizarmos a ilha e as suas localidades, segue o mapa abaixo:



3.1.3 A pesquisa empírica - a entrevista como instrumento de coleta de dados

Para a coleta dos dados optamos pela realização de entrevistas e aplicação de um questionário (Anexo A) contendo perguntas abertas e fechadas, nos permitindo, assim, uma maior interação entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa. O questionário foi utilizado em dois momentos, ou seja, quando a entrevista individual não foi possível ele foi preenchido pelos sujeitos da pesquisa e, quando esta se concretizou, a partir do questionário foi realizada a entrevista semiestruturada.

Mas, cabe pontuar que sempre que possível priorizamos a entrevista, por esta favorecer o processo de investigação de uma determinada realidade, propiciando interação tanto verbal como não verbal entre a pesquisadora e os sujeitos envolvidos; é através dessa técnica que os pesquisadores passam a conhecer uma determinada realidade e, quando necessário, intervir de forma criativa.

De acordo com Minayo (1994, p.57):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A amostragem da pesquisa configura-se de 15 homens e 15 mulheres, casados ou em união estável; ambos devem exercer uma atividade remunerada, possuírem filhos em idade escolar e morar ou trabalhar no Balneário de Ingleses.

A busca pelos sujeitos da pesquisa ocorreu em três momentos: no primeiro, visitamos dois centros educacionais públicos (um Núcleo de Educação Infantil e uma Escola Estadual); no segundo, entramos em contato com pessoas em suas residências (conhecidos, amigos, vizinhos); e, no terceiro, fomos até os estabelecimentos comerciais da região indagar se as pessoas aceitavam participar como sujeitos da pesquisa.

Não foi possível realizar entrevistas nos centros educacionais, pois entre outros fatores, deveríamos solicitar uma autorização da Secretaria de Educação, o que levaria muito tempo devido aos trâmites da burocracia.

Na segunda opção de busca por sujeitos para as entrevistas também enfrentamos desafios, pois passamos por diversas residências do Bairro encontrando grande número de casas e apartamentos fechados, e as poucas pessoas que nos atenderam alegaram estar muito ocupadas, sem tempo para nos receber. A maioria delas parecia estar com receio ou até mesmo com medo de nos atenderem em suas casas.

O terceiro momento da busca pelos sujeitos da pesquisa, a visita aos estabelecimentos comerciais, foi o mais bem sucedido. Recebemos algumas respostas positivas, outras negativas, mas aos poucos conseguimos delimitar os primeiros sujeitos da pesquisa.

Realizamos o pré-teste⁷ com o objetivo de verificarmos o entendimento dos (as) possíveis entrevistados (as) frente às perguntas elaboradas. Segundo Gil (1999) o pré-teste tem por objetivo assegurar a validade e precisão do questionário, através dele o pesquisador poderá evidenciar possíveis falhas. O pré-teste foi imprescindível para verificarmos a compreensão das perguntas por parte dos sujeitos, a partir dele percebemos que todas as questões foram bem entendidas, interpretadas e respondidas com facilidade.

Em alguns casos tivemos que agendar mais de três vezes a mesma entrevista e, mediante a falta de tempo por parte de alguns participantes, optamos por marcar um horário em seus locais de trabalho para que eles preenchessem os questionários. Desta forma, com a autorização dos chefes, treze pessoas participaram preenchendo o questionário nos locais de trabalho e outras dezessete foram entrevistas individualmente (estamos incluindo as duas primeiras entrevistas

⁷ Para o pré-teste foram escolhidos aleatoriamente um homem e uma mulher, as entrevistas aconteceram no mês de março e foram orientadas por meio de um questionário (anexo A).

realizadas para o pré-teste). Seguindo a recomendação da banca de qualificação, realizamos mais duas entrevistas em profundidade com duas mulheres, totalizando um total de 32 participantes (15 homens e 17 mulheres). As entrevistas e os encontros foram realizados durante os meses de março e abril de 2012.

Todos os sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), autorizando a entrevista, garantindo e formalizando assim a privacidade bem como o sigilo ético dos dados.

Após a aplicação de todas as entrevistas e/ou o preenchimento dos questionários por parte dos sujeitos da pesquisa, iniciamos a análise dos dados coletados, com vistas a contemplar os objetivos que foram previamente definidos nesta pesquisa. No próximo item abordaremos os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos dados e posteriormente a análise realizada.

3.1.4 Definindo a análise da pesquisa e a forma da apresentação dos dados

Após cada entrevista, foi realizada uma leitura minuciosa das respostas, tendo como objetivo o máximo de entendimento e aproveitamento das informações coletadas, uma vez que nenhum dos entrevistados aceitou gravar a entrevista. Depois do processo de leitura e organização dos dados empíricos, iniciamos a codificação das respostas, elencando as possíveis categorias apresentadas a partir das falas dos sujeitos participantes da pesquisa.

Para estabelecermos uma compreensão dos dados e ampliarmos o conhecimento teórico, utilizamos a técnica da análise de conteúdo na modalidade temática. Segundo Bardin (1977, p. 42) a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo tem por finalidade explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem emitida pelo sujeito pesquisado, bem como o significado desse conteúdo, tendo como referência sua origem e o contexto da mensagem.

Optamos por utilizar a técnica da análise de conteúdo na modalidade temática e segundo Bardin (1979, p. 229), é necessário desdobrarmos tal técnica em três partes, sendo elas:

1ª) pré-análise: leitura flutuante e vertical das entrevistas, com a identificação das falas prioritárias que serão submetidas à análise; reformulação das hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa por meio do material coletado; elaboração de alguns indicadores que orientarão a interpretação final;

2ª) exploração do material: consiste essencialmente na codificação dos dados brutos (falas), a partir de núcleos de sentido, referenciados por categorias teóricas previamente elencadas e advindas com o empírico, com vistas à construção dos núcleos de sentido, presentes no texto;

3ª) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: construção dos dados com base no quadro de referência teórico adotado, ou seja, à luz das categorias de análise.

A técnica da análise de conteúdo na modalidade temática nos proporcionou uma organização dos dados, momentos de reflexão teórica sobre eles e a possibilidade de construção de possíveis categorias analíticas. No próximo item apresentaremos o perfil dos participantes, os depoimentos mais significativos, bem como a análise dos dados.

3.2 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA COMO “A FÁBRICA DOS SONHOS”

Durante muito tempo a constituição de uma família estava atrelada aos casamentos formados em prol de alianças familiares, visando apenas à procriação dos filhos e a reprodução dos bens materiais. A questão dos sentimentos e da afetividade, portanto, não era um fator que pudesse influenciar na formação dessa nova família.

No entanto, a ideia de família baseada no amor romântico, na intimidade entre os cônjuges tão evidenciada nos casamentos da contemporaneidade se estrutura, segundo Araújo (2002), somente partir do século XVIII, e nesse período a sexualidade passa ocupar um espaço importante na vida do casal.

As transformações sociais foram alterando a organização familiar. Atualmente a escolha do cônjuge torna-se cada vez mais livre, o amor se associou ao vínculo matrimonial, ao amor romântico, na busca pela felicidade, criando expectativas que quando não se concretizam podem gerar sofrimentos.

A formação de uma família ainda perpassa o imaginário dos homens e das mulheres entrevistadas; constituir uma família ainda é algo desejado, idealizado e sonhado. Ao perguntarmos aos participantes da pesquisa sobre a importância da família todas as respostas ficaram vinculadas a uma noção idealizada de família. Os participantes da pesquisa se referiram à família como um espaço de amor e carinho, denominando-a como algo prioritário em suas vidas. Vejamos alguns depoimentos:

A família é tudo de bom: amor, união, carinho, companheirismo, etc. Sem uma família não vivemos felizes (mulher 17).

É minha prioridade, é a coisa mais importante da minha vida. É para quem trabalho pensando em proporcionar o melhor, conforto, lazer, alimentação, vestuário. Enfim, seria o primeiro de uma lista de importâncias, é realmente vital (homem 2).

Família é a motivação, é o que nos leva a buscar uma vida melhor, a lutar para que ela tenha uma vida digna, é tudo pra mim (mulher18).

Minha família é tudo em minha vida, é tão importante como o ar que respiro. Amo meus filhos, meu marido, minha família me completa (mulher 22).

Ela vem sempre em primeiro lugar (homem 3).

Somente um depoimento destoou dos demais e, apesar de concordar na felicidade e no amor, incluiu instabilidade e uma dicotomia entre “doce e amargo”, como podemos ver a seguir:

A família é o um momento de instabilidade da vida de ambos, pois significa a responsabilidade pela felicidade e pelo do amor do outro, no caminho amargo e doce da vida (homem 6).

A maioria dos entrevistados retratou a família a partir de uma visão idealista, a qual se inscreve no imaginário social expressando valores da sociedade e das Igrejas. A música Oração da Família⁸, colocando todas as famílias no modelo ideal (o casal perfeito que se sacrifica tanto pelos filhos como um pelo outro), retrata essa idealização através do amor incondicional. Além de idealizar a família através da questão afetiva, a referida canção também exalta a família nuclear e heterossexual, como se este fosse o único arranjo familiar existente.

Constantemente somos levados a pensar na família enquanto algo ideal e perfeito como ilustram muitos “comerciais de margarina”⁹. A imagem da família vem sendo construída e apresentada de forma geral como um espaço mágico, repleto de amor, havendo sempre finais felizes como se a vida familiar fosse um conto de fadas.

É claro que os de laços de afeto em uma família também são importantes e existem, porém, é importante termos claro que cada família se configura como uma realidade concreta; suas relações se configuram como uma construção diária, um espaço onde existem conflitos, responsabilidades, limites e obrigações a serem negociadas.

⁸ Padre Zezinho, disponível em: <<http://letras.mus.br/padre-zezinho/205789/>>. Acesso em: 27.07.2012.

⁹ Há sempre uma família (nuclear, branca e heterossexual) muito feliz, um mesa farta e, é claro, um pote de margarina. Esses comerciais mostram um modelo “idealizado” de família, diferente de muitas realidades.

Logo, a família não pode ser vista e entendida apenas como sinônimo de felicidade, de realização, de plenitude. Nesta perspectiva relata Mioto (1997, p. 117):

[...] a família pode se constituir no decorrer de sua vida ou em alguns momentos dela, tanto num espaço de felicidade como num espaço de infelicidade. Tanto num espaço de desenvolvimento para si e para seus membros, como num espaço de limitações e sofrimentos.

Com isso, constatamos que a família também se configura como um espaço de variadas emoções, sentimentos e até mesmo frustrações decorrentes de situações diversas, como ressalta Mioto (1997, p.117) a:

[...] dinâmica relacional estabelecida em cada família não é dada, mas é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e externamente com o meio social mais amplo.

A família constitui, portanto, um campo de interação capaz de influenciar, organizar, gerir seus membros e socializar sua percepção de mundo e de valores; configura-se como um campo de convivência, onde ocorrem conflitos e relações hierárquicas e de gênero. As mudanças econômicas que incidem sobre as famílias vêm causando impactos, os quais muitas vezes exigem que esta adote novas estratégias de sobrevivência, redefinindo assim responsabilidades que podem alterar a dinâmica familiar.

3.3 NÚMERO DE FILHOS E ARRANJOS FAMILIARES

Durante a nossa pesquisa procuramos entrevistar homens e mulheres que já tivessem filhos (as), então não entrevistamos casais sem filhos. E quanto ao número de filhos (as), encontramos os seguintes resultados nas famílias pesquisadas:

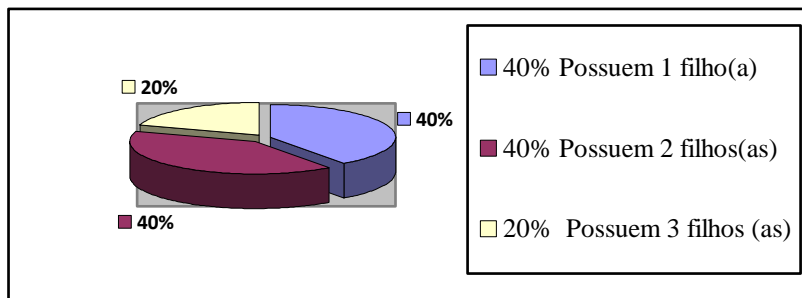


Gráfico 1- Número de filhos (as)

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados encontrados ilustram um pouco da tendência apontada pelo IPEA através do estudo realizado por Camarano e Kanso (2009). As pesquisadoras descrevem as projeções realizadas com base na contagem populacional do ano de 2000 e afirmam haver uma redução do número de filhos nas famílias brasileiras. Para Camarano e Kanso (2009) a taxa de fecundidade da população “alcançaria 1,8 filho por mulher residente nas áreas urbanas e 2,1 filhos na rural no período da projeção, ou seja, 2015-2020”. (CAMARANO; KANSO, 2009, p.16-17).

Percebe-se que a redução no número de filhos compreende uma realidade nacional abarcando o perímetro urbano e rural, configurando-se como mais uma mudança na esfera familiar. O declínio do número de filhos pode estar fortemente relacionado às necessidades das mulheres de aumentarem sua inserção no mercado de trabalho e das famílias terem que conciliar trabalho e tarefas domésticas.

Além da redução do tamanho, a própria composição das famílias vem se modificando especialmente nas últimas décadas. O Brasil vem apontando algumas tendências em relação à redução do tamanho das famílias, a redução do número de casais com filhos e sinalizando o crescimento do tipo de família formado por casais sem filhos, havendo assim uma multiplicidade de arranjos familiares.

Neste sentido pontua Szymanski (2002, p.9):

Tal diversidade obriga a se mudar o foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, para a consideração das novas questões referentes à convivência entre as pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próxima e com a sociedade mais ampla.

O modelo de família nuclear difundido como ideal aos poucos vai abrindo espaço para os novos arranjos familiares que estão se configurando na contemporaneidade, conquistando espaço e reconhecimento. Podemos falar que o que existe atualmente é uma família edificada nas experiências individuais e coletivas dos sujeitos, a qual se expressa através de múltiplos e diferentes arranjos. Entre eles podemos citar:

- famílias reconstituídas: após uma separação conjugal, o indivíduo constitui uma nova família;
- famílias constituídas através de uniões estáveis;
- famílias monoparentais femininas (mãe e filhos(as))
- famílias monoparentais masculinas (pai e filhos(as))
- famílias unipessoais (pessoas que moram sozinhas); e
- famílias formadas por uniões homoafetivas.

Mediante o exposto, vale ressaltar que não existe um único modelo de família, o que é confirmado por Schwebel (1994, p. 336) quando sinaliza que, após os anos 60, a instituição da família é marcada por grandes e diversificadas transformações, suas formas se diversificam, tanto que hoje podemos falar que [...] “não há modelo único de família, porém famílias”.

Logo, cabe colocar que estamos entendendo família como:

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo

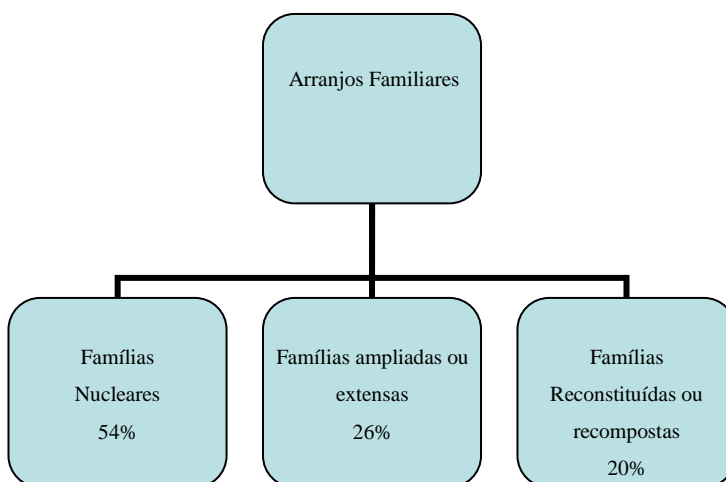
mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida. (MIOTO, 1997, p.120)

Mioto (2004, p. 14-15) ainda complementa que:

[...] estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenhem uma com as outras, de modo contínuo, estável e não-casual [...] quando subsiste um empenho real entre as diversas gerações.

A família então é compreendida como um grupo de pessoas que podem ou não estar ligadas por laços de parentesco, que convivem umas com as outras por determinado tempo estabelecendo relações de cuidado e de afeto, havendo obrigações e responsabilidades entre elas.

Os arranjos familiares na contemporaneidade são tantos que se torna difícil delimitá-los. Durante a nossa pesquisa empírica encontramos três diferentes arranjos familiares que destacaremos abaixo:



Percebermos que o arranjo familiar predominante se refere às famílias nucleares que, segundo Goldani (1984), são formadas por pai, mãe e filhos. Esse modelo composto pelo casal com filhos, cujos valores perpassam pela monogamia, pelo poder paterno e indissolubilidade das uniões, foi historicamente estimulado como referência pela sociedade brasileira, igreja católica e pelo estado (GOLDANI, 1993).

Para Mioto (1997), apesar das diferentes constituições familiares no Brasil, ainda existe o predomínio das famílias nucleares, mas em menor número quando comparada ao século passado.

Em segundo lugar, com cerca de 26%, temos a família extensa ou ampliada que em nossa pesquisa podemos defini-la como um grupo de pessoas ligadas por elos de parentesco, vivendo em uma mesma casa ou unidade doméstica, onde pais, filhos e netos convivem em um mesmo ambiente familiar, beneficiando assim tanto as gerações mais novas como as mais velhas.

Cabe lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 25, caput, ressalta que “entende-se como família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”, e acrescenta, no parágrafo único, que:

entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança e o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (BRASIL, 2009, p.22).

A família ampliada ou extensa pode ser resultante das relações de troca e a ajuda mútua estabelecidas entre pais e filhos ao longo de suas vidas assegurando as responsabilidades do cuidado nos diversos estágios da vida como nascimento e envelhecimento.

No Brasil, a família sempre foi convocada para prestar a proteção social, principalmente às crianças e aos idosos. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso centralizam a família como o lócus privilegiado da garantia da proteção social ao idoso. Segundo Campos e Mioto (2003, p.177) as diretrizes básicas da Política Nacional do Idoso:

[...] afirmam, entre suas nove diretrizes básicas, a prioridade para a família enquanto instituição mais capaz de produzir o bem-estar do idoso, já que a internação em asilos ou hospitais só deve ocorrer como última alternativa. Esta diretriz está de acordo com outras, relativas à importância da ‘integração social’ do idoso à sociedade, sua convivência com várias gerações e participação em associações, evitando o isolamento.

Estas leis e diretrizes transferem as responsabilidades do Estado ao definirem e centralizarem na família as responsabilidades e o cuidado referentes à pessoa idosa, porém isso não exclui os conflitos entre as gerações e entre os membros da família. Logo, a família é entendida como fonte primária de auxílio e cuidados aos seus integrantes desde o nascimento até a morte.

A chegada de uma pessoa idosa¹⁰ para uma família faz com que esta estabeleça uma rede de ajuda em prol das novas demandas que lhe são apresentadas. Para Miotto (2002, p. 53) esta rede é entendida como primária e estão “[...]muito mais vinculadas ao apelo moral sobre suas funções, do que sobre análise de suas possibilidades objetivas de cumprirem as expectativas sociais.”

Esta rede configura-se praticamente como uma obrigação, devido ao peso que a moralidade possui na sociedade, a família é pressionada moralmente a prover as necessidades de seus membros, instituindo por vezes o cuidado intergeracional, o qual envolve pais, avós e netos, porém não está livre de conflito. Goldani (2004, p. 228) pontua:

Uma interpretação convencional sustenta que o contrato intergeracional entre os membros da família é mantido por um conjunto de fatores, como laços de afeto, sentimentos de reciprocidade sobre a vida, poderosos incentivos econômicos ou sanções negativas, e amplos valores culturais. [...]

¹⁰ Representa um período de transição tanto para a família que recebe a pessoa idosa, como para o idoso, podendo haver conflitos, pois envolve decisões, questões afetivas, subjetivas, financeiras, inclusive perda de autonomia e o reconhecimento desta perda para aquele que necessita de ajuda e cuidados. Refere-se a um processo denso.

Recursos limitados e a ausência de filhos são, talvez, as razões mais importantes para explicar por que as pessoas idosas com algum tipo de deficiência podem ser negligenciadas, esquecidas, ou mesmo abandonadas. Então, sob algumas circunstâncias, o contrato pode falhar, como, por exemplo, na ausência dos filhos.

Em nossa sociedade está estabelecida culturalmente e moralmente a questão do cuidado entre pais e filhos devido aos laços de afeto de solidariedade. Os filhos ou os demais integrantes das famílias devem se encarregar dos cuidados e das responsabilidades dos pais quando estes não conseguem mais prover. Tal cuidado fixa a centralidade da família como provedora dos seus membros, existindo assim a formação de uma rede em prol das novas demandas que lhe são apresentadas no decorrer do tempo, o que pode ser percebido através dos relatos:

Trabalhamos muito e só conseguimos conciliar o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos com a vida profissional porque a minha sogra e a minha cunhada moram em nossa casa e nos ajudam diariamente nas tarefas do lar. (homem 8)

Alguém precisava cuidar dos meus pais, então resolvi trazê-los para minha casa onde moro com minha esposa e meus filhos, na verdade é uma troca, cuidamos deles e eles cuidam dos netos. (homem 3)

Minha mãe mora comigo, assim ela me ajuda com as crianças, ela já é aposentada e contribui também com os gastos mensais. (mulher 19).

Para Bilac (1990), é no âmbito da família que devem ser desenvolvidas estratégias que garantam não apenas a existência cotidiana, mas também a reprodução das gerações. Percebemos através dos sujeitos pesquisados que a família extensa ou ampliada tem se mostrado como uma alternativa eficaz para estas famílias em que homens e mulheres, pais e mães necessitam trabalhar e muitas vezes não

encontram no sistema público os serviços necessários como creches e escolas no período em que estão trabalhando.

Outro fato que nos chama a atenção a partir dos relatos é que nestas famílias extensas ou ampliadas encontramos pessoas idosas morando com os seus filhos que já constituíram novas famílias, ou seja, percebemos em nossa pesquisa que isso ocorre por dois motivos: por necessitarem de cuidados e /ou por oferecerem cuidado. Tal cuidado no espaço familiar pode se caracterizar como um trabalho, pois requer tempo, esforço e comprometimento de quem o realiza.

Para Letablier (2007) a questão do cuidado refere-se como trabalho para os outros realizado dentro e fora de casa, o que implica na realização de serviços, de atenção e preocupação com os outros. Se refere ao mesmo tempo um campo de interceptação entre a família e as políticas sociais vinculado às questões da cidadania social. Esta definição de cuidado compreende o trabalho cotidiano de cuidados destinados às pessoas que apresentam alguma dependência, como as crianças, os adultos e os idosos. Para a autora o cuidado tem uma dupla origem, pois de um lado se apresenta como um trabalho voluntário desempenhado pelas mulheres na família e nas comunidades, e por outro uma forma da família desempenhar a proteção social aos indivíduos.

A questão do cuidado está atrelada ao universo feminino e em grande medida é oferecido primordialmente pelas mulheres, quanto à provisão de recursos nas famílias ampliadas ou extensas, observamos que em apenas uma das famílias pesquisadas a pessoa idosa não consegue auferir seu próprio sustento e devido a isso mora com a filha auxiliando-a em todas as atividades domésticas e no cuidado das crianças pequenas. E em outra família a pessoa idosa necessita de cuidados e por isso mora na casa do filho. Nas demais famílias extensas os idosos contribuem com os gastos mensais através de suas aposentadorias e auxiliam no cuidado das crianças e nas tarefas domésticas. Estas ações mostram o quanto a família constitui-se como uma fonte direta de apoio, cuidado e proteção e a pessoa idosa tanto pode ser alguém a ser cuidado como uma fonte de renda e de cuidado necessário às famílias, formando assim uma rede de apoio.

Camarano et al. (2004, p. 137) nos lembram que os membros da família se ajudam na busca pelo bem-estar coletivo, no entanto a família também pode se constituir como um espaço de “conflito cooperativo” onde se cruzam as diferenças de gênero e as intergeracionais. O que nos faz refletir que não existe uma família

perfeita, e sim famílias que convivem com múltiplas diferenças, sejam elas intergeracionais ou de gênero expressas no cotidiano familiar independente de seu arranjo.

A família reconstituída ou recomposta diz respeito a 20% dos participantes da pesquisa, tal arranjo familiar é caracterizado por Kaslow (apud SZYMANSKI, 2002), por casais com filhos/filhas de relações distintas, criados sob o mesmo teto, neste caso, com filhos/filhas de relacionamentos anteriores, caracterizando-se assim como famílias reconstituídas após a dissolução das uniões anteriores.

As famílias reconstituídas não se configuram como um fenômeno novo, pelo contrário, estão em constante crescimento o qual se encontra atrelado à crescente independência econômica das mulheres, à possibilidade de divórcio, ao processo de individualização na sociedade, onde cada qual busca a sua felicidade. Todos esses fatores têm contribuído para o aumento desse arranjo familiar. Nessas famílias o relacionamento familiar amplia-se, pois muitas vezes há os filhos de um relacionamento anterior (filhos de outros casamentos) bem como os filhos do relacionamento atual. As famílias reconstituídas ou recompostas caracterizam-se pela convivência com um segundo ou terceiro companheiro (a).

3.4. RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS E FORMAS DE MORADIA

Dentre os entrevistados, 57% declararam residir em casa própria e 43% em casas alugadas, quanto à renda média mensal das famílias, 40% delas recebem até 2.000 reais, 33% até 3.000 reais, 13% até 4.000 reais, 8% até 5.000 e 5% entre 6.000 e 8.000 reais.

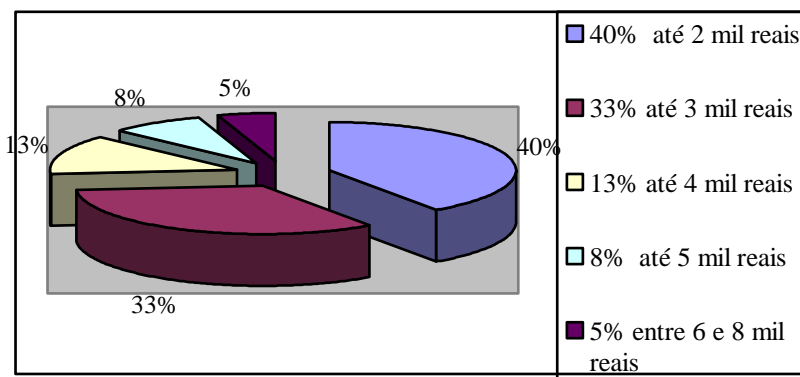


Gráfico 2 - Renda mensal média das famílias pesquisadas

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

As famílias extensas ou ampliadas são as que possuem as maiores rendas, com exceção apenas de uma família que possui renda de 2.000 reais. Um dado interessante é que as famílias que possuem renda entre 2.000 e 3.000 reais são as que pagam aluguel, e as que possuem renda acima desse valor possuem casa própria.

Através da pesquisa empírica constatamos que, das famílias que residem no Balneário de Ingleses, 53% delas são provenientes de diferentes Estados: oito famílias são provenientes do Rio Grande do Sul, quatro famílias vieram do interior do Paraná, duas de São Paulo, uma do Rio de Janeiro e uma do Estado do Mato Grosso do Sul. Por outro lado, 47% dos entrevistados são do Estado de Santa Catarina, ou seja, sete são do interior de Santa Catarina (das cidades de Campos Novos, Palmitos e Lages), e outras sete são de Florianópolis.

3.5 PROFISSÕES E NÍVEL DE ESCOLARIDADE

As profissões dos participantes e o nível de escolaridade apresentam variações. Os homens possuem mais escolaridade quando comparado às mulheres; dos quinze homens participantes da pesquisa, seis deles possuem ensino superior completo e, destes, quatro exercem a profissão pra qual estudaram e dois possuem curso técnico e atuam na área de formação. Seis cursaram o ensino médio e um deles estudou até o sétimo ano não concluindo assim o ensino fundamental.

As profissões variam, os homens que possuem ensino superior atuam como advogado, gerente, professor, comerciante e vendedor, os que possuem curso técnico um deles trabalha como cozinheiro e outro como mecânico, os que têm ensino médio trabalham como vendedores e um deles como motorista. Aquele que não concluiu o ensino fundamental trabalha como pedreiro.

Das dezessete mulheres participantes da pesquisa, apenas três possuem ensino superior completo e atuam em suas respectivas áreas de formação, uma iniciou faculdade no início deste ano, três possuem curso técnico, sete delas tem ensino médio completo e duas não completaram o ensino fundamental. Das mulheres que concluíram o ensino superior, duas trabalham como professora e uma como administradora de um pequeno comércio, ambas atuam em suas áreas de formação. A que ingressou no ensino superior neste ano trabalha como analista de crédito e cursa a faculdade de administração. Das que possuem curso técnico, duas estão na área da saúde e uma na área da educação, já as que concluíram o ensino médio trabalham como camareira, operadora de caixa, recepcionista, promotoras de venda, manicure e garçonzete. As duas mulheres que não concluíram o ensino fundamental trabalham como auxiliar de serviços gerais.

Para visualizarmos melhor as diferentes profissões dos participantes da pesquisa, elaboramos um quadro destacando as diferentes profissões e/ou ocupações destes homens e mulheres, sua escolaridade e se estes possuem carteira assinada.

HOMENS			MULHERES		
Profissão e /ou Ocupação	Escolaridade	Carteira Assinada	Profissão e/ou Ocupação	Escolaridade	Carteira Assinada
Advogado	Superior completo	Sim	Administradora	Superior completo	Autônoma
Comerciante	Superior incompleto	Profissional liberal	Analista de crédito	Cursando administração	Sim
Cozinheiro	Curso Técnico	Autônomo	Auxiliar de sala	Magistério	Sim
Garçom	Ensino médio completo	Não	Comerciante	Superior completo	Autônoma
Gerente	Superior completo	Sim	Camareira	Ensino Médio	Sim
Mecânico	Curso Técnico	Autônomo	Massoterapeuta	Curso técnico	Sim
Motorista	Ensino médio	Sim	Manicure	Ensino fundamental	Não

Pedreiro	Ensino fundamental incompleto	Autônomo	Operadora de caixa	Técnico em enfermagem	Sim
Professor	Ensino Superior	Concursado	Garçonete	Técnico em prótese dentária	Sim
Subgerente	Ensino Médio	Sim	Serviços Gerais	Fundamental incompleto	Sim
Mensageiro e motorista	Ensino médio	Sim	Técnica de enfermagem	Curso técnico em enfermagem	Concursada
Eletricista	Técnico em eletricidade	Autônomo	Zeladora	Ensino fundamental	Sim
Vidraceiro	Ensino médio	Autônomo	Governanta	Superior incompleto	Sim

Quadro 1 - Atividades reprodutivas (esfera pública)

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

O aumento da escolaridade das mulheres no Brasil é algo constante, porém esta realidade não foi contemplada em nossa pesquisa, no entanto percebemos que o seu ingresso no mercado de trabalho na maioria das vezes está atrelado a atividades tipicamente femininas, permanecendo como uma extensão do espaço doméstico.

Nesta perspectiva, Bruschini (2007) discorre que existe uma forte presença das mulheres nos setores tradicionais da indústria (como o da confecção), da estética, da higiene, (serviços de arrumadeira, serviços

domésticos, serviços de limpeza), alimentação (cozinheiras, nutricionistas). E ainda nos empregos tradicionalmente femininos, como nas áreas da saúde, desempenhando funções de auxiliar de enfermagem e enfermeira, na área social, como assistentes sociais, na educação como professoras, e ainda como secretárias, caixas de supermercados, enfim, outros empregos de auxiliares. Para a referida autora ainda persistem os tradicionais guetos femininos.

Esses guetos femininos destacados pela autora explicam um pouco o quadro referente às atividades reprodutivas, nos mostrando o quanto ainda é forte a concentração das mulheres em profissões que se apresentam como uma extensão do espaço doméstico.

3.6 CORRELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO REMUNERADO

Uma constante correlação feita pelos participantes da pesquisa foi entre família e trabalho remunerado, pois ao indagarmos sobre a importância do trabalho remunerado 50% das respostas obtidas o relacionaram com o sustento, com o conforto e o bem-estar de suas famílias. Destes 50%, 27% são homens e 23% são mulheres, seguem algumas das respostas:

A importância de garantir o sustento da minha família mês a mês e de honrar com as dívidas contraídas, a fim de dar maior conforto a todos nós. Além é claro, da educação dos filhos (homem 2).

Através do trabalho remunerado podemos trazer para nosso lar o bem-estar e a instabilidade de manter a união e a saúde (homem 6).

O trabalho é muito importante, garante o sustento da família e nos possibilita adquirirmos bens materiais (homem 9).

Muito importante, sem ele não conseguiria sustentar minha família (mulher 15).

Trabalho é importante por proporcionar o sustento da família, por ser nossa fonte de renda da família, a garantia da sobrevivência no final do mês (mulher 30).

Outras respostas obtidas através da fala de alguns homens referem-se à realização pessoal, definem o trabalho remunerado como uma satisfação. Por outro lado algumas mulheres abordam o trabalho remunerado como sinônimo de independência financeira e autonomia, além disso, declaram se sentirem úteis ao estarem trabalhando fora de casa. Nestes casos a autonomia se refere tanto à questão financeira como à conquista por um emprego, por uma profissão que consequentemente resultaria em um salário, o qual em alguns casos possibilitaria escolhas para essas mulheres no espaço familiar, refletindo assim sua possível autonomia.

Para Picanço (2005, p. 150) a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho podem ter variadas motivações, as quais contemplam dois conjuntos:

[...] o primeiro agrega motivações, como a realização individual, o desejo de autonomia e de independência, que estão ligados aos valores mais modernos resultantes tanto das lutas feministas por direitos iguais, quanto do processo de individualização da sociedade contemporânea apresentado sob a forma de culto a si; o segundo agrega a necessidade econômica, o imperativo econômico, para a complementação da renda familiar, em especial em sociedades tão desiguais quanto a brasileira.

No que se refere às lutas do movimento feminista, a autonomia significa emancipação, independência política, economia e financeira das mulheres, bem como a conquista da cidadania. As conferências mundiais sobre a mulher promovidas pela ONU entre os anos de 1975 e 1995 foram espaços privilegiados para o debate sobre a autonomia feminina, trazendo o conceito de empoderamento, um termo de origem da língua inglesa “empowerment”.

Para Saffioti (2004), o empoderamento significa atribuir poderes às mulheres. Lisboa (2008, p. 02) considera que:

O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres indignar-se com esta situação e querer transformá-la”

Essa autora complementa que, para acontecer o empoderamento, as mulheres devem se conhecer melhor, entender suas vontades, seus desejos, acreditarem em si mesmas, “acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos” (Lisboa, 2008, p. 02).

Entre as mulheres participantes da pesquisa que declararam que o trabalho remunerado lhes dá autonomia e independência financeira, podemos percebermos a existência de um conjunto de motivações. O trabalho remunerado, além de significar uma oportunidade para elas sentirem-se úteis, e independentes financeiramente, também aparece como uma necessidade financeira, para complementarem a renda familiar.

Cabe ressaltar que, em apenas um dos relatos, o trabalho remunerado aparece como uma obrigação, por estar primordialmente vinculado às necessidades financeiras da família em questão, conforme depoimento da entrevistada:

É importante para sustentar a família, mas só trabalho porque preciso, se pudesse receber o salário que recebo todo mês e ficar em casa cuidando dos meus filhos seria uma maravilha (mulher 27).

Tal resposta apresenta-se como um desabafo e reafirma a necessidade que homens e mulheres possuem no atual estágio da sociedade capitalista, na qual o trabalho muitas vezes se apresenta como uma obrigação a ser assumida. Nesta direção, a luta pela sobrevivência nas classes populares muitas vezes empurra a mulher para o mercado de trabalho, mesmo quando ela gostaria de ficar em casa cuidando de seus filhos. Essa obrigação de trabalhar “contrapõe o desejo culturalmente produzido pelo trabalho a um desejo natural, o de ser mãe e esposa” (PICANÇO, 2005, p. 156).

Por outro lado entende-se que o trabalho é fundamental na vida humana. Para Marx (2004), a história da realização da vida humana se concretiza pela produção e reprodução da sua existência e por meio do

trabalho, sendo que suas transformações se refletem em todas as esferas de desenvolvimento da vida.

O trabalho se tornou central para a sobrevivência de muitas famílias, o que pode ser evidenciado no cotidiano familiar. Quando questionamos sobre os rendimentos mensais, constatamos que, em 70% das famílias pesquisadas, o homem possui o maior salário, e em 30% dos casos, homem e mulher (o casal) possuem salário igual ou semelhante, e isso acontece por que são proprietário de estabelecimentos comerciais e a renda obtida mensalmente é de ambos, mas a dupla jornada é da mulher.

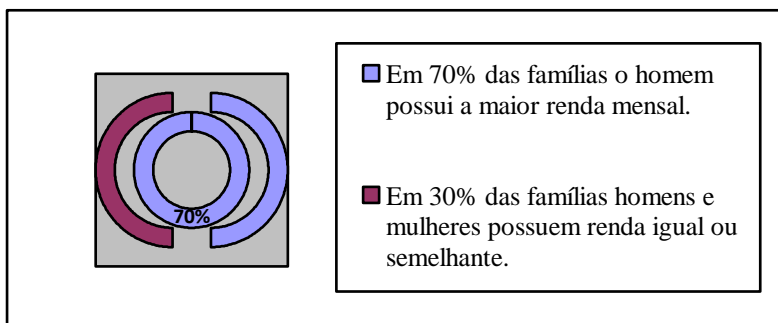


Gráfico 3- Diferença salarial na família
Dados da pesquisa. Fonte:Elaborado pela autora.

Para Oliveira (2005) o papel de provedor da família continua sendo desempenhado pelo homem no contexto urbano do país. Entretanto, foram detectados indícios de mudança que revelaram a importância do papel econômico assumido pelas mulheres cônjuges na família urbana brasileira. Elas vêm se transformando, de modo significativo, em coprovedoras ou mesmo em provedoras principais em famílias que são lideradas pela figura masculina. Porém, em nossa pesquisa, a maioria das mulheres se apresentam como coprovedoras, pois seus salários são menores quando comparados aos salários de seus companheiros.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2010), realizada entre os anos de 2003 a 2009, revelaram que nesse período as mulheres

receberam 72,3% do rendimento médio habitual dos homens. E a ainda que:

Para as mulheres que possuíam nível superior completo o rendimento médio habitual foi de R\$ 2.291,80 em janeiro de 2008; enquanto para os homens esse valor foi de R\$ 3.841,40. Assim, comparando trabalhadores que possuíam o nível superior, observou-se que o rendimento das mulheres é cerca de 60% do rendimento dos homens, indicando que, mesmo com grau de escolaridade mais elevado, as discrepâncias salariais entre homens e mulheres seguem elevadas. (IBGE, 2010)

Constata-se que o trabalho das mulheres é mais precarizado, recebem os menores salários mesmo quando possuem maior escolaridade. Estes dados reforçam as análises sobre as desigualdades de gênero presentes nas esferas pública e privada. Resumidamente, podemos aferir que esse dado se expressa na diferença salarial existente entre homens e mulheres e isso ocorre até mesmo quando estes ocupam cargos iguais.

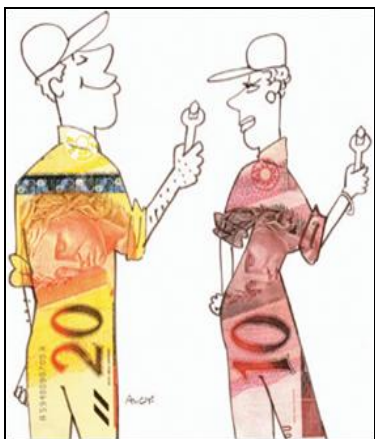
A diferença salarial também foi percebida pelos participantes da pesquisa, durante uma das entrevistas obtivemos o seguinte relato:

Os homens ainda ganham mais que as mulheres, as mulheres sofrem mais, acho que a gente ainda é vista como coitadinha, fraquinha e isso atrapalha e muito a vida profissional da gente. O homem não, ele ainda é visto como forte, como quem sustenta a família, mas se não fosse a gente arrumar a casa e cuidar dos filhos eles não poderiam trabalhar fora. (mulher – entrevista em profundidade 1).

Estas diferenças salariais aliadas ao fato de a mulher ainda ser vista como frágil nos remetem para a divisão sexual do trabalho que, segundo Elisabeth Souza-Lobo (1991), traz embutida as estratégias de utilização do corpo a partir da representação das qualidades naturais

diferenciadas para homens e mulheres, que seria uma forma de justificar as desigualdades entre homens e mulheres socialmente construídas ao longo da história.

Para Nogueira (2004), o ingresso da mulher no espaço produtivo foi um sinal de conquista ao emancipá-la, ainda que parcialmente, da dependência econômica masculina, no entanto permitiu que o modo capitalista de produção aumentasse seu grau de exploração sobre a força de trabalho de homens e mulheres, designando às mulheres os postos mais desqualificados e precarizados depreciando os salários de toda classe trabalhadora. As imagens abaixo ilustram essas ideias.



Imagens disponíveis em: <<http://sociologicamentepensando.blogspot.com.br>>.

Neste sentido assevera Saffioti (1979, p. 28):

[...] que a ideologia patriarcal induz a mulher a aceitar facilmente empregos mal remunerados. O salário feminino não apenas pode ser inferior ao do homem na medida em que é considerado complementar, como deve ser inferior a fim de manter a superioridade masculina no lar [...]

Os papéis atribuídos às mulheres, tanto no espaço privado como no espaço público, mantém fortes ligações com a extensão do espaço doméstico, com a esfera da assistência, do cuidado e da ajuda. Tais papéis, que envolvem habilidades, geralmente não são reconhecidos nem valorizados de forma adequada, havendo assim grandes disparidades salariais entre homens e mulheres.

Ao indagarmos os participantes da pesquisa se homens e mulheres são reconhecidos, possuem prestígio social e valorização econômica no mercado de trabalho de forma igualitária, tivemos como a maioria das repostas:

Não, ainda precisamos evoluir muito nesta questão, os homens ganham mais que as mulheres mesmo quando estudaram menos que elas, e porque ganham mais acham que não precisam assumir as tarefas domésticas (mulher - entrevista em profundidade 1).

Apesar das mudanças que vem ocorrendo em favor das mulheres, ainda há diferença. Recebemos mais pelo mesmo ofício, por exemplo. Acho que isso ainda é reflexo da sociedade machista em que fomos criados e vivemos (homem 2).

Não, pois nos dias de hoje ainda falta muito para as mulheres serem reconhecidas assim como são os homens, ainda existe um abismo entre eles (homem 6).

Eu acho que as mulheres conquistaram muitos direitos no mercado de trabalho que estão assegurados conforme as leis, mas ainda não são reconhecidas e não possuem o prestígio que os homens em seus ambientes de trabalho (mulher 16).

As considerações de Clara Araújo e Celi Scalon (2005) nos mostram que os direitos das mulheres e a sua entrada na esfera pública acabaram com seu confinamento na medida em que houve um trânsito em direção à esfera pública, o que possibilitou uma maior autonomia das mulheres nas relações privadas. No entanto a clássica divisão sexual do trabalho não foi alterada.

É fato que os avanços na área legislativa e as conquistas das mulheres no mundo do trabalho lhes proporcionaram maior liberdade e

autonomia e até mesmo empoderamento frente às decisões familiares, porém isso não tem se apresentado como suficiente a ponto de estabelecer relações equitativas na esfera pública e privada.

3.7 QUANDO O SONHO ACABA E O “TRABALHO DOMÉSTICO” VIRA REALIDADE, QUEM O ASSUME?

A temática do trabalho doméstico está presente há décadas nos debates, nas contestações empreendidas pelo movimento feminista que vem percorrendo sobre as relações sociais, e as hierarquias estabelecidas ao longo dos séculos entre homens e mulheres. Vale citar que para Melo e Castilho (2009, p. 138):

O novo olhar feminista tem como uma das temáticas recorrentes a invisibilidade do trabalho da mulher, que está profundamente ligada à desqualificação do trabalho doméstico e à inferioridade feminina. Esse é um dos temas mais antigos trazidos pelo feminismo para as ciências sociais e tem pautado a tentativa de reinterpretar os conceitos de trabalho doméstico e trabalho produtivo/improdutivo.

Melo e Castilho (2009, p. 139) partem do entendimento que a utilização do conceito de divisão sexual do trabalho possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, pois essas atividades são consideradas como não-trabalho, porque confundem “produção” com “produção de mercadorias” e “trabalho” com “emprego”. Essa percepção faz uma associação entre atividade masculina como produção mercantil e entre atividade feminina como atividade familiar doméstica. O que, segundo as autoras, evidenciaria para as feministas a invisibilidade do trabalho das mulheres.

O trabalho doméstico pode ser considerado como um sinônimo de afazeres domésticos ou de atividades domésticas, as quais são realizadas no âmbito familiar e hegemonicamente estão associadas ao

universo feminino. No entanto as atividades domésticas não são reconhecidas como trabalho por não produzirem um valor social. Mas quando esse mesmo trabalho é realizado por uma empregada (o) doméstica (o) é considerado trabalho.

Bruschini (2006) expõem que o trabalho doméstico não é considerado trabalho, mas sim “inatividade econômica” pelo IBGE. Descreve que é um trabalho predominantemente feminino, evidenciando que a desigualdade de gênero permanece imutável nesse contexto social. Outro aspecto importante defendido por Bruschini (2006) se refere ao elevado número de horas que os indivíduos, em sua maioria mulheres, gastam com a realização desses afazeres, seria legítimo considerar esta categoria um trabalho não-remunerado e não inatividade econômica, como constantemente tem acontecido.

Duran (1983) afirma que o trabalho doméstico é trabalho e devemos reconhecê-lo como tal, pois se negarmos o caráter existente do trabalho presente no trabalho doméstico estaríamos apresentando-o como natural, como se este deixasse de ser trabalho por ser executado na família.

Então questionamos os participantes de nossa pesquisa se o trabalho doméstico é trabalho. Todos afirmaram que sim, que o trabalho doméstico é trabalho, vejamos:

Sim é um trabalho como qualquer outro, exige tempo e dedicação (homem 9).

Sim, é trabalho e contribui para a economia do país (homem 10).

Sim, porque se você não realizar o trabalho doméstico terá que contratar uma empregada doméstica e esta será remunerada (mulher 16).

Sim, é trabalho, mas os homens só o reconhecem como trabalho quando o fazem (mulher 30).

Logo, o trabalho doméstico é trabalho, embora muitas vezes não seja compreendido como trabalho pelo simples fato de por vezes não agregar ou produzir um valor monetário. Mas é um trabalho cotidiano que muitas vezes tem hora, dia e local marcado para ser executado.

Na esteira desse entendimento argumenta Duran (1983, p. 25):

[...] por ser um trabalho de manutenção que se destrói quando se produz, mal permite visualizar sua acumulação e, como tal, perceber sua contribuição para a criação de riqueza e, menos ainda, ser trocado pelo resultado de outros trabalhos em outras unidades econômicas. Não é possível a troca, a objetivação por dinheiro, e nem sequer a permuta.

No entanto é um trabalho de manutenção que propicia desde cuidados básicos até as atividades mais complexas, que exigem maior tempo, esforço e habilidade, as quais propiciam a manutenção do trabalhador (a) assalariado. O trabalho doméstico tem uma dupla contribuição para o sistema capitalista, pois para serem executadas as tarefas do lar ele necessita de instrumentos (vassoura, esfregão, rodo, produtos de limpeza, eletroportáteis, e muito outros) movimentando assim a economia. Além disso, o trabalho doméstico contribui decisivamente para a manutenção do trabalhador assalariado ao prover a ele todo suporte que necessita.

Cresce nos últimos anos o número de mulheres no mercado de trabalho, mas ainda convivemos com a dona de casa em período integral, então fizemos a seguinte indagação: Aquelas mulheres conhecidas como “donas de casa” são trabalhadoras? Deveriam receber uma aposentadoria?

Sim, penso que muitos acham que as donas de casa não fazem nada e por isso não deveriam receber uma aposentadoria. Algumas pessoas (especialmente alguns homens) nunca tocaram a mão para fazer uma tarefa doméstica, não entendem nada sobre o assunto (homem 6).

Sim, pois merecem um descanso e para isso precisam de uma aposentadoria, pois é na velhice que surgem muitas doenças em decorrência do trabalho. (homem 9).

Deveriam sim, elas são muito dedicadas ao trabalho doméstico e como já falei é um trabalho repetitivo, cansativo e exige muito das mulheres (mulher 19).

Sim, porque ficar aguentando casa, filho e marido não é mole. E os homens muitas vezes só estão trabalhando porque tem alguém lavando, cozinhando, passando, cuidando dos filhos pra eles (mulher 30)

Aquela mulher que desempenha cotidianamente as funções domésticas, que vive e sobrevive as limitações do mundo privado, também é definida como dona de casa ou do lar. Porém não pode reclamar por excesso de trabalho, já que ela muitas vezes não é considerada uma trabalhadora, não tem direito a dias de descanso, férias, remuneração ou qualquer outro direito, o trabalho da dona de casa está naturalizado como parte do cotidiano feminino.

Estamos entendendo o trabalho doméstico como aquelas tarefas fundamentais realizadas cotidianamente no interior da família, o que inclui também a questão do cuidado com bebês, crianças, adolescentes, idosos e enfermos. É trabalho que exige tempo e dedicação, para Bilac (1990, p. 151):

[...] é preciso não esquecer que o trabalho doméstico não é realmente um trabalho mas, sobretudo, trabalhos. Com esta afirmação se pretende estabelecer não apenas o fato de que o trabalho doméstico é composto de tarefas variadas, mas sobretudo que se trata de um conjunto de atividades altamente variável.

O trabalho doméstico compreende inúmeras tarefas e, para descrevê-las, Bruschini (1990) adotou uma definição ampla de trabalho doméstico agrupando as múltiplas atividades em cinco blocos: 1) as tarefas relativas aos cuidados com a casa ou moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana. 2) as tarefas de alimentação e higiene pessoal e a aquisição dos bens no mercado e seu consumo pelos membros da família. 3) as atividades de prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros da família, incluindo formas de prevenção e / ou tratamento de doenças. 4) atividades voltadas para a administração da unidade doméstica, como o pagamento de contas, a administração do patrimônio e a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família. 5) a manutenção da rede de parentesco e de amizade, através de visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores.

Tais tarefas delimitadas nos blocos exceto no quinto geralmente são caracterizadas em nossa sociedade como deveres das mulheres e, quando as elas recebem ajuda, auxílio de seus companheiros, estes tendem a realizar as tarefas que lhe conferem maior status na sociedade. Neste sentido, afirma Bruschini (1990, p. 111):

A natureza peculiar de cada item contido no extenso rol dos afazeres domésticos, portanto, determina, em certa medida, a forma assumida pela distribuição de papéis na família e explica porque os homens, quando participam da vida doméstica [...] tendem a fazê-lo, de preferência, nas tarefas mais valorizadas, naquelas que são realizadas fora dos limites da casa ou naquelas já rotuladas de ‘masculinas’ pela sociedade.

Esses blocos caracterizam as diferentes atividades realizadas no cotidiano da esfera doméstica, atividades de reprodução, as quais mantêm não apenas o funcionamento de uma casa, mas contribuem com a manutenção da ordem societária vigente, ou seja, o trabalho doméstico tem uma dupla contribuição, pois ao mesmo tempo em que ajuda na manutenção dos serviços e cuidados que uma família necessita, também auxilia na manutenção do capital. Ao indagarmos sobre a importância do trabalho doméstico percebemos que:

É importante porque proporciona a organização e a limpeza, sem a realização do trabalho doméstico não há como ser feliz (homem 6).

É importante porque está relacionado à saúde e à qualidade de vida, mas não costumo fazê-los. Apenas cuido da área externa da casa, do quintal e do canil (homem 11).

É muito importante, mas se eu não fizer ninguém faz (mulher 22).

É o que mantém uma casa em ordem, é muito importante, mas é um trabalho cansativo, repetitivo e que nunca tem fim, se você fica em casa você sempre está limpando, arrumando e sempre tem mais e mais trabalho pra fazer, nunca acaba (entrevista em profundidade 2).

Homens e mulheres concordam sobre a importância do trabalho doméstico para a manutenção, organização e higiene da casa. Alguns homens, cerca de 26%, ao falarem sobre a importância do o trabalho doméstico aproveitaram a oportunidade para anunciarem que não o fazem. Diferentemente dos homens, algumas mulheres relacionaram o trabalho doméstico como algo a ser executado por elas, naturalizando a questão doméstica como um campo feminino.

O papel feminino estabelecido pela sociedade patriarcal institui as principais obrigações que devem ser assumidas pelas mulheres no decorrer de suas vidas, entre elas estão a maternidade, o cuidado da casa, dos filhos e do marido. Ela deve se sentir plena e realizada desempenhando suas atribuições no espaço doméstico, muitas vezes não aparece como uma escolha até por que muitas vezes a mulher se sente parte deste espaço, como mostra o depoimento:

Apesar de trabalhar fora, me sinto uma dona de casa, o espaço doméstico é o espaço da mulher, adoro fazer os serviços domésticos, e faço tudo muito bem feito. Foi assim que aprendi com a minha mãe e é assim que ensino as minhas filhas. (mulher 23)

Neste e em tantos outros casos realizar os “serviços domésticos” faz parte de uma construção social e histórica, não se apresenta como uma escolha, mas sim dever construído e imposto sobre o corpo feminino, o qual continua sendo reproduzido. Mediante o exposto, Duran (1983, p. 13) descreve que:

Os pais a prepararão para isso com todo seu carinho. Seus primeiros brinquedos serão um ensaio geral, em espelho antecipado no tempo, do que a espera quando for adulta: berço, bonecas, baterias de cozinha, aventais e vestidinhos.

As informações indicam que homens e mulheres conferem importância ao trabalho doméstico, mas quando pensamos na realização das tarefas domésticas e no tempo diário gasto com ele percebemos que: 53% dos homens gastam em média entre 1 e 2 horas, 31% declararam

não realizar tarefas domésticas, 15% gastam 3 horas, 1% gasta 4 horas. Quanto ao tempo gasto pelas mulheres encontramos os seguintes percentuais: 52% gastam entre 4 e 5 horas, 27% gastam 3 horas e 21% gastam entre 5 e 6 horas para a realização dos afazeres domésticos.

A maioria dos homens que declararam não realizar o trabalho doméstico ou as mulheres que gastam em média 3 horas diárias, possuem filhos adolescentes (entre 12 e 16 anos) ou ainda as famílias se configuram como extensa, havendo a presença da(os) avó(ôs) na mesma unidade doméstica, existindo assim a divisão das tarefas entre as gerações, marcadas pela questão de gênero, pois na maioria dos casos percebemos que são as avós que as executam.

Por outro lado, a ausência de filhos mais velhos ou das avós inviabiliza a distribuição das tarefas e as responsabilidades familiares pois, como vimos, os homens despendem pouco ou nenhum tempo para as tarefas domésticas, e as mulheres acabam assumindo essa sobrecarga.

Cabe pontuar que nas famílias em que as mulheres gastam entre 5 e 6 horas diárias no trabalho doméstico são as que possuem filhos pequenos (entre 2 e 7 anos de idade). Desta forma, além dos afazeres domésticos típicos das unidades familiares, estas mulheres com filhos (as) pequenos (as) demandam uma quantidade superior de tarefas, pois as crianças pequenas são mais dependentes dos adultos e, consequentemente, exigem cuidados frequentes e atenção constante.

Conforme assevera Bruschini (2007), de todos os fatores relacionados à esfera reprodutiva, a presença dos filhos pequenos é aquele que mais dificulta a atividade produtiva feminina, na medida em que o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consomem o tempo de trabalho doméstico das mulheres.

Para Melo e Castilho (2009, p. 144):

[...] As mulheres com filhos pequenos acumulam essa atividade com as outras relativas à limpeza, cozinha, lavação. Claro que essas tarefas diminuem quando os(as) filhos(as) crescem e saem de casa, mas permanece a labuta, porque em cada domicílio ou família há um conjunto de tarefas essenciais à vida das pessoas e que devem ser realizadas por qualquer um dos membros da família. Mas, na maioria dos casos, elas são exercidas pelas mulheres.

Os dados mostram que as atividades são realizadas por homens e mulheres, no entanto é possível percebermos que as mulheres gastam muito mais tempo realizando as atividades domésticas. Talvez isso ocorra por existir na sociedade uma forte tendência de considerarmos o trabalho doméstico, o cuidado e a criação dos filhos (as), como parte da vida cotidiana das mulheres.

Conforme Ribeiro (2005, p.176) “[...] a divisão do trabalho doméstico é praticamente inexistente, tendo em vista que mulheres de todas as classes desempenham pelo menos três vezes mais trabalhos domésticos do que seus maridos e companheiros”.

Sorj (2005) aponta que neste campo existem claras diferenças entre as percepções de homens e mulheres, ou seja, os maridos afirmam que fazem mais do que realmente fazem, e as esposas afirmam que os maridos não fazem praticamente nada, mesmo eles fazendo alguma coisa. De forma geral, as pesquisas tem revelado que perdura o padrão tradicional de visão do trabalho doméstico, em que as mulheres dedicam muito mais tempo quando comparadas aos homens. O que reflete em mais um fator de desigualdade de gênero na família.

Perrot (2007) argumenta que as tarefas domésticas marcam todo o trabalho feminino e o trabalho doméstico afronta as evoluções igualitárias, e embora aparentemente o trabalho doméstico continue o mesmo, ele muda em suas práticas e em seus agentes. Picanço (2005) vai chamar atenção para o fato de que o trabalho doméstico apresenta valores tradicionais das sociedades ocidentais, como por exemplo, é a mulher quem executa esse trabalho e, em sua ampla maioria, suas motivações são menos visíveis.

Neste sentido para Sorj et al. (2007, p. 574):

Nas últimas décadas podemos observar, em nível global, uma ampla transformação na composição sexual do mercado de trabalho e nas práticas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares. Em muitos países, o modelo ‘tradicional’ do homem provedor e da mulher dedicada aos cuidados da família foi sendo substituído por um modelo no qual mulheres e homens se inserem no mercado de trabalho, mas os cuidados com a família permanecem, em grande medida, uma tarefa realizada apenas pelas primeiras.

Percebemos que mesmo a mulher tendo uma profissão, ela não consegue se desvincular da esfera doméstica, ainda que não exerça exclusivamente o papel de dona de casa, as mudanças referentes ao trabalho doméstico parecem estagnadas, a ponto de não apresentarem grandes mudanças. Constantemente o trabalho doméstico ainda é visto, reconhecido ou justificado como um trabalho desempenhado pelas mulheres por afetividade, dedicação e amor.

Mesmo com todas as transformações ocorridas nos mais diversos campos sociais, como na educação e no mercado de trabalho, a responsabilidade feminina pelo trabalho doméstico ainda persiste como intocável. Apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas, a mulher continua assumindo predominantemente o trabalho doméstico, o que vem resultando para ela em uma dupla jornada de trabalho.

Concordando com esta ideia, Goldani (1993) retrata que, com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, ela deixa de servir apenas ao ambiente doméstico e às funções familiares para zelar pelo bem-estar da família também pela via do trabalho remunerado, o que leva a uma sobrecarga de funções.

Em nossa pesquisa percebemos que todas as mulheres desempenham a dupla jornada, quanto aos homens percebemos que dos 15 participantes apenas um realmente desempenha uma dupla jornada de trabalho. Neste caso específico o casal trabalha em horários distintos, e quando a mulher não está em casa é o homem quem assume os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças. Isso foi acordado entre um casal para que ambos desempenhassem a paternidade, a maternidade e os afazeres domésticos,

[...] um tem que ajudar o outro, o trabalho doméstico deve ser dividido principalmente se os dois trabalham fora. [...] os dois devem exercer sua tarefa, o pai tem que estar presente tanto quanto a mãe [...]] (entrevista em profundidade 1).

E nesse sentido, assevera Gamba (2007), enquanto a mulher divide seu tempo para trabalhar fora e dentro do espaço familiar, enfrentando assim uma dupla jornada, isso é raro acontecer entre os

homens. o que dificulta a participação da mulher em outras atividades, inclusive aquelas relacionadas com o campo político e sociocultural.

A dupla jornada lhe traz limitações, dificulta e até mesmo impossibilita a realização de outras atividades, além disso, a dupla jornada de trabalho conduz a mulher a um grande desgaste físico e psíquico. Estima-se que a dupla jornada não é algo comum entre os homens, ou seja, ocorre primordialmente entre as mulheres e apresenta-se cada vez mais na vida das famílias. Para Souza-Lobo (1991, p. 130) “há uma ideologia sobre o lugar da mulher na família que não só força a mulher a aceitar certos empregos que a permitam carregar seu duplo fardo, mas também perpetue essa situação”.

Nessa direção, a dupla jornada enfrentada predominantemente pelas mulheres retrata as desigualdades de gênero existentes no cotidiano familiar. Expressa o quanto as raízes do patriarcalismo e do machismo ainda continuam impondo ao corpo feminino o papel de “cuidado”, dos filhos, do marido, do espaço doméstico. Outra questão que reforça o papel da mulher em relação ao cuidado pode ser constatada quando questionamos se os participantes da pesquisa precisaram parar de trabalhar ou diminuir a jornada de trabalho devido ao nascimento de um (a) filho (a) ou por algum outro motivo familiar. Através das respostas percebemos que quando houve esta necessidade, em 40% dos casos quem precisou parar de trabalhar foi a mulher em decorrência da maternidade, em 3 % a mulher não trabalhava fora e em 5% a mulher precisou diminuir sua jornada de trabalho. Quanto ao universo masculino registramos que em apenas 2% dos casos quem precisou abandonar o trabalho foi o homem, mas para cuidar de um familiar doente e mais tarde da esposa grávida, e 1% precisou diminuir sua jornada de trabalho devido à paternidade. Nas demais famílias tal necessidade não foi registrada. Alguns depoimentos ilustram tal realidade

Sim eu parei por doença (infarto do meu pai), e quando minha esposa ficou grávida da nossa segunda filha ela teve complicações então tive que cuidá-la. Depois ficou um ano sem trabalhar, devido às complicações da gestação e por nossa filha ser pequena demais, ela foi prematura (homem 4).

Não, mas quando os nossos filhos eram pequenos minha esposa não trabalhava fora, ficava em casa cuidando das crianças e da casa. Quando a filha completou 19 anos a minha esposa começou a trabalhar fora, mas era perto de casa, assim ela podia dar uma olhadinha neles quando necessário (homem 5).

Sim, parei de trabalhar devido ao nascimento dos meus filhos (mulher 16).

Por causa do nascimento não, porque na época não estava trabalhando, mas como te falei diminuí a minha jornada de trabalho por causa dos meus filhos, é, diminuí durante a baixa temporada, porque no verão trabalho mais (entrevista em profundidade 1).

*Não precisei parar porque planejei a gravidez, as duas foram planejadas, também consegui emendar a licença maternidade com as férias, e quando voltei a trabalhar precisei diminuir a minha jornada de trabalho, se eu trabalhasse o dia inteiro não iria conseguir cuidar delas e me **sentiria culpada** com qualquer coisa que acontecesse (entrevista em profundidade 1, grifos nossos).*

A questão da doença muitas vezes é um determinante na hora de diminuir a carga horária no ambiente de trabalho ou simplesmente cessar as atividades por um determinado tempo, mas percebemos através dos depoimentos que o grande fator que levou, na maioria das vezes, as mulheres a desistirem do seu trabalho foi a maternidade. Historicamente a mulher vem sendo a principal responsável pelos cuidados dos (as) filhos (as), e isto também está atrelado ao fato dela gerar a criança, dar à luz e amamentá-la. A questão do cuidado ocorre a partir do nascimento da criança e se estende durante a infância e adolescência, e na maioria das vezes é destinado ao universo feminino.

A filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985) em seu clássico estudo “Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno” faz uma discussão referente à atividade de “maternar” que, segundo ela, depende

muito mais de fatores sociais e culturais do que propriamente da “capacidade” ou de “habilidades inatas” das mulheres.

Badinter (1985, p. 16) destaca:

[...] não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus ‘deveres maternos’. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito na atribuição das funções da ‘maternagem’ à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza.

O que existe atualmente na sociedade é um grande aumento das responsabilidades que uma mulher deve assumir, principalmente se ela tiver filhos e ainda almejar o título de “boa mãe”, pois independente de ter conquistado um espaço no mercado de trabalho, as mulheres são cobradas socialmente para desempenharem de forma plausível o papel de mãe, um papel pautado no amor materno.

Além disso, as próprias mulheres muitas vezes cobram de si mesmas esta responsabilidade materna, para Badinter (1985) o século XVIII confirmou e acentuou a responsabilidade da mãe, e o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa. As mulheres geralmente tomam para si o sentimento de culpa, pois a família e a sociedade criam expectativas sobre o papel de mãe e frequentemente as culpabilizam quando há o fracasso.

Essas responsabilidades maternas as leva, muitas vezes, a desistirem até mesmo dos empregos, o que pode ser constatado em um dos relatos obtidos:

Estou trabalhando como diarista, minha profissão mesmo é manicure, mas como estava trabalhando em um salão de beleza lá no centro, e era muito longe, tinha que ir todos os dias, menos domingo é claro, acabei desistindo, trabalhei lá 6 meses. Na época meu marido estava desempregado, depois ele começou a trabalhar, não tinha com quem deixar as crianças de manhã, porque de tarde elas iam pra escola, fiquei preocupada com as crianças, tinha medo que acontecesse alguma

coisa com elas, desisti do emprego (entrevista em profundidade 1).

O depoimento reforça o peso das atribuições que as mulheres devem realizar no decorrer de suas vidas, como a maternidade, o cuidado da casa, dos filhos e a responsabilidade do afeto em relação à família, os quais estão evidenciadas no cotidiano familiar e são questões que expressam as obrigações das mulheres. Para Rocha-Coutinho (1994) do mesmo modo que os homens não nascem pais, as mulheres também não nascem mães, no entanto ser mãe é um trabalho que molda a mulher, é, portanto, uma construção ideológica.

Por outro lado, não estamos acostumados a presenciar cobranças referentes à paternidade, apesar disso não podemos negar a aproximação afetiva existente entre pais e filhos, pois se algum tempo atrás a palavra pai significava apenas autoridade e provisão de recursos, hoje já podemos relacioná-la com a questão do afeto¹¹ e do cuidado. São transformações significativas que vão acontecendo aos poucos, porém não perpassam todas as famílias.

Esse envolvimento do homem com a sua prole pode ser explicado pelo que Nolasco (1993) denominou de “crise da masculinidade”, na qual o homem encontra na paternidade o caminho para a construção de um novo homem, expressando assim afeto e ternura através da relação com os filhos, com a casa, revivendo sua experiências familiares de origem. Logo, a paternidade:

[...] mantém a discussão sobre o novo homem a partir de reflexões feitas sobre o novo pai. Este último, por sua vez, está sendo construído sobre a ausência e o silêncio deixados por uma geração de homens que, superficialmente, são identificados como pessoas que não se interessam em, afetivamente, estarem ligados a seus filhos. [...] é perfeitamente possível para um homem envolver-se e vincular-se ao filho a partir de sucessivas experiências cotidianas de intimidade e encontro (NOLASCO, 1993, p. 149 e 153).

¹¹ Não estamos afirmando que no passado o afeto entre pais e filhos não existia, mas sim que as pessoas não tinham tanta liberdade para expressar seus sentimentos.

No entanto, mesmo havendo esse novo homem, ele praticamente não apareceu em nossa pesquisa, pelo menos não o identificamos através dos relatos. E esta construção deste novo homem não é percebida socialmente, pois quase não existem cobranças morais e afetivas quanto a isso, no entanto tais cobranças sempre existiram relacionadas às mulheres, a maternidade.

Segundo Badinter (1993, p. 29):

[...] se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida de que ela pode mudar. No século XVIII, um homem digno desse nome podia chorar em público e ter vertigens; no final do século XIX, não o pode mais, sob pena de comprometer sua dignidade masculina. O que se construiu pode, portanto, ser demolido para ser novamente construído.

Refletindo nessa direção os homens ainda precisam construir sua imagem enquanto pai¹² e, para isso, precisam dividir constantemente as preocupações e as responsabilidades com suas companheiras na criação dos (as) filhos (as) e na manutenção da esfera doméstica, pois como constatamos, a mulher é que vem constantemente assumindo a maternidade, mesmo quando esta impões sobre sua profissão.

Sócrates Nolasco (1993, p. 35) destaca que:

Contrários à adoção de atitudes distantes, padronizadas e inexpressivas afetivamente, os homens hoje procuram um contato diário com seus filhos, e tentam compreender a que se associam as principais ansiedades e angústias que sentem em relação à paternidade.

Se um número expressivo de homens assumisse esta nova postura descrita por Nolasco desenvolvendo a paternidade, o seu papel

¹² Não estamos afirmando que esta imagem não existe, mas sim que existe uma construção social sobre a masculinidade e esta se sobrepõe à paternidade. E muitas atitudes masculinas ainda sustentam esta masculinidade.

de marido, de companheiro, estando presente na criação dos (as) filhos (as) e na divisão das tarefas domésticas, auxiliaria de forma significativa na desconstrução dos estereótipos relacionados à maternidade e paternidade. Contribuiria para a existência da igualdade entre homens e mulheres na esfera familiar, em uma sociedade entrelaçada por mecanismos excludentes e discriminatórios.

Algumas mudanças nas legislações são notórias e contribuem para essa mudança, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) e o Código Civil (2002) se reportam à igualdade entre homens e mulheres e estabelecem o pátrio poder, cedendo lugar ao poder familiar, ou seja, determinando que pai e mãe tenham as mesmas responsabilidades, os mesmos direitos e deveres na criação dos (as) filhos(as).

Ainda que licença paternidade de quinze dias¹³ seja insuficiente, já representa um pequeno avanço, fortalecendo assim o contato direto entre pai e filho a partir do nascimento da criança, um incentivo para homem assumir a paternidade, a questão do cuidado com o bebê e as tarefas domésticas. São avanços que ajudam e podem reafirmar a uma nova imagem do homem na sociedade, desde que ele assuma tais responsabilidades não apenas no momento da licença paternidade. A guarda compartilhada¹⁴ também se configura como um avanço e reforça a importância da paternidade

O modelo tradicional de pai distante, provedor e autoritário, dando lugar a alguém participativo, envolvidos nas questões de sua prole ainda é processo gradativo, porém percebemos que a mudanças no campo da divisão das tarefas domésticas são ainda mais lentas e muitas vezes parece irresolúvel, e a disparidade de papéis ainda é muito forte.

¹³ Projeto de Lei 3935/08, aprovado pelo Senado em 26 de Maio de 2010.

¹⁴ Regulamentada pela Lei 11.698, de 13 de junho de 2008, consiste basicamente na possibilidade dos pais e mães dividirem a responsabilidade legal sobre os filhos, compartilhando assim obrigações e decisões importantes.

3. 8 CONTABILIZANDO AS TAREFAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO

Muitas mulheres se conformam, aceitam e ainda justificam a não divisão das tarefas domésticas. Esse fato ocorre em decorrência de vários fatores, entre eles, a educação que receberam, a forma como a questão do cuidado foi instituída a partir de suas vivências, bem como a forma como este assunto muitas vezes é retratado no senso comum.

Quando perguntamos como foi definido quem ficaria com o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças ou idosos em suas famílias, a maioria das respostas de homens e mulheres afirmam que essa questão não foi definida, a impressão que tivemos foi que ela já está definida na sociedade e cabem às famílias apenas reproduzirem e não questionarem a quem o trabalho doméstico pertence.

Neste sentido relatam:

Não foi por algum tipo de definição, aconteceu naturalmente. Minha mulher é organizada e exigente quanto à arrumação, limpeza da casa, por isso ela mesma prefere fazer. Eu fico com a manutenção (homem 2).

Quem realiza é minha sogra e [...] minha esposa. Eu não faço trabalhos domésticos. Às vezes cuidado da nossa filha, mas geralmente são elas que cuidam, fico mais envolvido com o restaurante(local de trabalho) (homem 8).

Nunca conversamos sobre isso (homem 12).

Não está nada definido, eu fiquei com os trabalhos domésticos e os cuidados com as crianças, pois já estava no ritmo, já sabia fazer isso tudo (mulher 16).

Não foi definido, aprendi que o trabalho doméstico é coisa de mulher, o homem até pode ajudar, mas a responsável pelo trabalho doméstico e por cuidar dos filhos sou eu. Eu gosto disso (mulher 23, grifos nossos).

Observamos que o trabalho doméstico segue a lógica tradicional delimitando as responsabilidades privadas (reprodutivas) para as mulheres e as responsabilidades públicas (produtivas) para os homens. Nessa perspectiva não há porque definir com quem ficará o trabalho doméstico, isso já está consagrado como um campo exclusivamente feminino.

De acordo com Pena (1981) o trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina, o que significa pensarmos nele enquanto uma responsabilidade individual, familiar, que não se pode abstrair, necessária aos seres humanos, aos trabalhadores, uma responsabilidade social oculta, porém que o sistema econômico não pode dispensar e que permanece no nível do privado.

A questão da divisão de espaços e de atividades que homens e mulheres devem assumir é tão forte e evidente que leva a crer na impotência do homem perante o espaço doméstico, pois ambos se encontram na esfera pública, no entanto ele necessita que a mulher assuma primordialmente as tarefas domésticas pois, como evidenciado, ele geralmente não as faz. Isso nos mostra a ambiguidade e o sarcasmo da vida privada, pois a mulher que ao longo do tempo vem sendo considera frágil e indefesa não dependente do homem para servi-la, para realizar as tarefas domésticas.

O trabalho doméstico carrega características peculiares que reforçam a exploração das mulheres, apresenta elementos que dificultam e até mesmo impossibilitam a percepção das mulheres sobre sua servidão na esfera doméstica. A construção social do trabalho doméstico enquanto uma responsabilidade feminina obscurece sua percepção quanto a sua exploração e sua servidão na esfera doméstica.

Parte-se, ainda, do entendimento que diversas mulheres são socializadas na ordem patriarcal, e muitas vezes não conseguem romper com esta ordem e se tornam extremamente machistas. Segundo Saffioti (2004, p. 34), “é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social”. Reproduzindo assim os valores tradicionais herdados.

Por outro lado, existem aquelas mulheres que gostam de realizar os afazeres domésticos, porém isso não as torna machistas, logo está atrelada a questões subjetivas e particulares, e refletem uma construção social a qual nem sempre está baseada no machismo.

Para Picanço (2005) o trabalho doméstico traz a marca dos valores tradicionais das sociedades ocidentais e suas motivações são menos visíveis, já que na sua definição está presente o agente: a mulher.

Mas as mudanças operadas no repertório sociocultural sobre o masculino e o feminino colocaram em evidência outros sentidos para o ato do trabalho doméstico: obrigação da manutenção da vida familiar e do lar, cujas tarefas devem ser divididas ou estruturadas de forma a contemplar os projetos individuais dos membros da família. Esse sentido acompanha o repertório tradicional de que o ato do trabalho doméstico é tarefa das mulheres porque esse é o lugar das mulheres. (PICANÇO, 2005, p.151)

Na esteira deste entendimento, Nobre (2004) reconhece que é fundamental criar as possibilidades para que o trabalho reprodutivo seja uma ação coletiva com divisão igualitária de responsabilidades. Reconhecer o trabalho doméstico não remunerado exercido por mulheres no campo reprodutivo como trabalho, ampliando a concepção para além da visão econômica, e conhecendo-o no campo da reprodução social.

Mas enquanto o reconhecimento do trabalho como uma ação coletiva que pode ser desenvolvida por homens e mulheres de forma igualitária não acontece em sua totalidade, uma saída encontrada por algumas famílias é a contratação de uma empregada doméstica. Então questionamos os participantes se em algum momento eles pensaram em contratar alguém para cuidar dos afazeres domésticos. A maioria, 53%, declarou que não pensou em contratar uma empregada doméstica devido à questão financeira, pois não teriam condições de arcar com as despesas. Outros (as) declaram que:

Uma vez por mês vem uma diarista, e às vezes contratamos um senhor para cortar a grama do quintal da casa (homem 5, grifos nossos).

Na verdade como passamos o dia fora e na alta temporada abrimos o restaurante e só vamos para

casa quando ele fecha é a minha sogra que realiza as tarefas domésticas, então final do mês a gente retribui ela financeiramente (homem 8, grifos nossos).

Quando acumula muita coisa, eu chamo uma faxineira, mas é raro, o que costumo fazer às vezes, mas somente no inverno é levar algumas roupas para a lavanderia, pois quando começa a chover a roupa começa a acumular e não dá tempo de secar, então faço um pacote e mando para a lavanderia. A roupa volta que é uma maravilha (risos) não precisa estender, dobrar ou passar é só colocar no armário e usar novamente. Pena que não dá pra fazer isso sempre. (risos) Não gosto de passar roupa, e isso facilita muito, se não fosse caro mandaria sempre. (entrevista em profundidade 2, grifos nossos).

Não. (Risos) Até falei esses dias pro meu marido que eu iria começar a cobrar a faxina aqui de casa, por que ele anda meio preguiçoso, a gente tem que estar sempre cobrando deles, senão eles não fazem nada em casa. (Risos). (entrevista em profundidade 1)

Percebemos que as famílias quando utilizam o trabalho doméstico remunerado somente o fazem em momentos necessários, o que pode lhes apresentar como uma alternativa, já que muitos homens não assumem tais tarefas e estas acabam intensificando a jornada de trabalho das mulheres, que ao chegarem em casa encontram múltiplas tarefas as serem realizadas.

No sentido de suprirem a sobrecarga do espaço doméstico, uma das saídas encontradas pelas famílias parece ser o trabalho doméstico remunerado realizado por uma faxineira ou diarista. É um trabalho precário, que não tem salário nem local de trabalho fixo, geralmente é realizado por mulheres e estas, na maioria das vezes, não têm um contrato de trabalho, não possuem carteira assinada. Desta forma, para terem acesso aos direitos previdenciários, devem contribuir com a

previdência social, recolhendo por meio da Guia da Previdência Social (GPS)¹⁵ a contribuição de 20% (vinte por cento) incidentes sobre os rendimentos auferidos na prestação de serviços não contínuos a diversas famílias. Para a Previdência Social as trabalhadoras que prestam serviços domésticos de forma eventual não são consideradas empregadas domésticas e sim autônomas.

A Lei 5.859/1972 que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico define como trabalhador/a doméstico/a “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. Desta forma exclui assim chamadas “diaristas”, dado o entendimento de que o serviço por elas prestado é de natureza descontínua, o que contribui para a uma maior precarização da trabalhadora em questão.

Apesar da precariedade, as diaristas cada vez mais ocupam um espaço maior no mercado de trabalho e esta é a conclusão do IPEA que realizou uma pesquisa com base nos dados da Pnad/ IBGE, referentes ao período de 1999 a 2009. Segundo a pesquisa o número de diaristas quase duplicou e, embora continuem minoritárias, elas vêm aumentando regularmente sua participação, passando de 17% para 25% do total de trabalhadores domésticos.

Ainda segundo o estudo do IPEA o grande crescimento das trabalhadoras diaristas evidencia importantes mudanças nas relações de trabalho estabelecidas entre empregadoras e trabalhadoras domésticas, que trazem, simultaneamente, vantagens e desvantagens.

Acreditamos que o simples fato da diarista não possuir um vínculo trabalhista, ela está em desvantagem, pois tal questão nega os seus direitos enquanto trabalhadora. O fato de ser considerada autônoma pela legislação lhe afasta de proteção social, pois sua contribuição enquanto autônoma representa uma carga financeira que muitas vezes se torna inviável cumpri-la.

A diarista é duplamente prejudicada, pois além de não estabelecer vínculo com o empregador, vive em constata instabilidade, realizando um trabalho desvalorizado, insalubre e repetitivo, comprometendo sua saúde, seu bem estar físico e psíquico.

Mas, como percebemos que a maioria dos participantes da pesquisa não pensou em contratar uma empregada doméstica ou não utiliza os serviços ofertados pelas diaristas, elencamos algumas das

¹⁵ Maiores informações em www.previdencia.gov.br.

tarefas cotidianas referente ao trabalho doméstico com o intuito de conhecermos quem as executa nas unidades familiares.

Cabe pontuar que para esta análise não estamos utilizando as duas entrevistas em profundidade, pois preferimos fazer um comparativo. Devido a isso, utilizaremos os dados dos 15 homens e das 15 mulheres participantes da pesquisa. Com o objetivo de visualizarmos melhor os dados, elaboramos um quadro que se refere às tarefas as quais eles costumam realizar cotidianamente e que estão relacionadas à vida familiar.

TIPOS DE ATIVIDADES	HOMENS				MULHERES			
	Sim	Não	Às vezes	De forma Con-junta	Sim	Não	Às vezes	De forma con-junta
Atividades reprodutivas								
Cozinhar, preparar uma refeição, almoço, lanche ou janta	36%	18%	26%	20%	100%	----	----	----
Colocar a mesa (pratos, xícaras, talheres)	26%	6%	42%	40%	33%	----	20%	47%
Ajudar a servir as crianças ou adolescentes	26%	20%	20%	33%	53%	-----	-----	47%

Tirar a mesa	26%	20%	33%	33%	60%	----	-----	40%
Lavar a louça	1%	47%	33%	20%	80%	----	----	20%
Secar a louça	13%	47%	20%	20%	53%	----	----	47%
Fazer compras no supermercado	20%	26%	13%	26%	53%	----	----	47%
Fazer compras na feira/sacolão/ outros	13%	33%	33%	20%	67%	----	----	33%
Lavar roupa	-----	96%	----	4%	100%	----	----	----
Passar roupa	1%	3%	3%	13%	67%	---	20%	13%
Limpar a casa	1%	47%	26%	26%	87%	----	13%	20%
Arrumar as camas	13%	47%	20%	20%	53%	----	13%	27%
Limpar os banheiros	1%	53%	13%	33%	87%	----	----	13%
Brincar com as crianças, distraí-las	20%	20%	13%	33%	73%	----	----	27%
Ir na escola, participar de reuniões	3%	7%	0%	0%	7%	----	3%	20%

Auxiliar os filhos na realização das tarefas escolares	13%	33%	27%	27%	87%	----	----	13%
Ficar com o (a) filho (a) em casa quando ele (a) está doente.	13%	53%	26%	7%	73%	----	13%	20%
Cuidar de alguém doente da família	13%	46%	20%	7%	87%	---	---	13%
Fazer pagamentos, atividades burocráticas.	86%	13%	1%	-----	87%	---	---	13%

Quadro 2: Tipos de atividades desenvolvidas por homens e mulheres no espaço familiar.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

A partir do quadro, podemos observar que muitas das tarefas que são desempenhadas por homens e mulheres de forma conjunta com seus companheiros (as) se referem às tarefas mais leves ou que exigem menos esforço ou tempo disponível como: colocar a mesa (pratos, xícaras, talheres), ajudar a servir as crianças ou adolescentes, tirar a mesa, secar a louça, fazer compras no supermercado e etc. E as atividades domésticas mais pesadas, que exigem mais tempo ou dedicação como: cozinhar, preparar uma refeição, lavar roupa, passar roupa, limpar a casa e limpar os banheiros são atividades predominantemente realizadas quase que somente pelas mulheres.

A questão do cuidado também permanece como algo tipicamente feminino, pois podemos visualizar no quadro que estas atividades apresentam índices baixíssimos quando desenvolvidas pelos homens. O mesmo não ocorre no campo feminino, pois as mulheres assumem prioritariamente as atividades relacionadas ao cuidado e à esfera escolar de seus filhos.

Cabe pontuar que 33% das mulheres ao responderem o referido quadro mostraram que desempenham todas estas atividades sozinhas, sem a participação dos seus companheiros. E 20% dos homens que preencheram o quadro declararam não realizar nenhuma das tarefas citadas.

Evidenciamos que as tarefas domésticas, a questão do cuidado e até mesmo a atividade de brincar com as crianças são desempenhadas prioritariamente pelas mulheres. É importante pontuar que destes 15 homens e destas 15 mulheres participantes da pesquisa, apenas uma das famílias não tem filhos menores de 10 anos. Portanto, na maioria das famílias existe a necessidade das brincadeiras entre pais e filhos (as), porém percebemos que tal atividade é realizada em 73% dos casos pelas mulheres.

As pesquisadoras Araújo e Scalón (2005) realizaram uma ampla pesquisa abarcando 2000 domicílios em 24 estados brasileiros e constataram que a maior parte do trabalho doméstico ainda continua sendo majoritariamente uma atribuição feminina. Para as referidas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos, mas o mesmo não ocorre na realização das tarefas domésticas.

Em nossa pesquisa percebemos que a maioria das atividades domésticas são desempenhadas pelas mulheres. Alguns homens até assumem algumas tarefas, mas as mulheres assumem todas, o que reforça a ideia de dupla jornada enfrentada pelas mulheres.

Na primeira entrevista realizada em profundidade também percebemos que as atividades elencadas no quadro que demandam menos esforço físico são desempenhadas de forma conjunta, sendo elas: Ajudar a servir as crianças ou adolescentes, tirar a mesa, lavar a louça, fazer compras no supermercado, arrumar as camas, brincar com as crianças, distraí-las. As demais atividades reprodutivas são realizadas pela mulher.

Na segunda entrevista em profundidade o mesmo também ocorre, pois as atividades realizadas de forma conjunta pelo casal são: ajudar a servir as crianças ou adolescentes, tirar a mesa, lavar e secar a louça.

Perfil	Entrevista em profundidade 1	Entrevista em profundidade 2
Idade da entrevistada	26 anos	36 anos
Profissão	Manicure, mas trabalha como diarista	Professora
Escolaridade	Ensino fundamental completo	Ensino superior completo
Profissão do cônjuge	Açougueiro	Professor
Escolaridade	Ensino médio completo	Ensino superior completo
Número de filhos (as)	Dois	Dois
Idade dos (as) filhos (as)	8 e 6 anos	9 e 6 anos
Arranjo familiar	Família reconstituída	Família nuclear
Renda familiar	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00
Tempo diário gasto com os afazeres domésticos	Entre 4 e 5 horas.	4 horas

Quadro 3 - Entrevistas em profundidade

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

O quadro apresenta o perfil de duas famílias a partir das falas das esposas, percebemos que mesmo quando o homem e a mulher possuem maior escolaridade e maior renda, as tarefas domésticas ainda são desenvolvidas pelas mulheres. Nestes dois casos em específico as mulheres diminuíram suas jornadas de trabalho remunerado para conseguirem conciliar trabalho doméstico, trabalho remunerado e vida familiar, o que podemos perceber no relato:

Sim, eu trabalho apenas no período da tarde, optei em reduzir a minha carga horária após o nascimento das meninas, assim posso acompanhá-las nas tarefas escolares. Imagina uma professora que não tem tempo para ensinar suas filhas? Não poderia aceitar esta situação, então reduzi a minha carga horária (entrevista em profundidade 2).

O depoimento retrata uma condição de gênero, pois nesta família o casal, homem e mulher, exercem a profissão de professores, então a tarefas de ensinar aos filhos não deveria estar reduzida apenas a mulher, no entanto parece estar, já que ambos teriam condições de acompanhar as crianças nas tarefas escolares. Neste caso a própria mulher reforça a questão do cuidado por não aceitar que ela não tenha tempo para as filhas, mas parece aceitar a falta de tempo de seu cônjuge, pois ao indagá-la sobre a jornada de seu companheiro esta descreve que:

Não, ele não chegou a diminuir, na verdade ele precisou manter sua carga horária, manter seu salário, afinal duas filhas representam gastos redobrados, e como eu havia diminuído a minha carga horária após o nascimento da Julia (primeira filha), eu estava adaptada à rotina de cuidar da casa, das meninas e ainda trabalhar fora (entrevista em profundidade 2).

A jornada de trabalho de seu companheiro permaneceu intocável, e duplamente justificada, ou seja, pela questão econômica, e por ela a

estar “adaptada” ao universo doméstico. Logo a questão do cuidado e da realização das atividades domésticas se define como um campo exclusivo das mulheres, e este campo socialmente construído também se manifestou na infância da entrevistada, que relatou:

A minha mãe também trabalhava fora, também era professora, lembro dela cuidando de tudo, da casa, dos filhos, somos em 4 irmãos, é claro que naquela época os maiores cuidavam dos menores, a minha irmã que é a filha mais velha cuidava dos 3 irmãos menores e ainda limpava a casa e fazia o almoço, enquanto a minha mãe dava aula e o meu pai trabalhava na serrilharia, e o meu pai não costumava fazer nada em casa, a não ser cobrar, perguntar [...]e tínhamos que escutar suas reclamações (entrevista em profundidade 2).

Talvez tal vivência ocorrida na infância torne a dupla jornada aceitável, bem como seu papel de responsável pela esfera produtiva, mesmo quando esta se encontra na esfera reprodutiva. Não que isso seja facilmente aceitável ou que não existam conflitos em torno destas decisões, porém parecem naturalizadas e aceitas. Podemos afirmar que as diferenças de papéis entre homens e mulheres são construídas e reconstruídas cotidianamente, porém suas variadas e distintas habilidades continuam vigentes e são consequências de uma construção social.

3.9 CONCILIANDO TRABALHO E FAMÍLIA E DISCUTINDO POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A conciliação entre a vida laboral, vida familiar e trabalho doméstico se constituem com um dos desafios para muitos homens e mulheres que constituíram família e possuem filhos. Buscar fórmulas mágicas para a conciliação dessas tarefas já se configura como hipótese refutável. Então a ideia é tentar cotidianamente conciliar essas

atividades entre homens e mulheres, Estado e sociedade, porém essa não é uma tarefa simples.

Mas ao questionarmos se a família participa de algum programa ou projeto social a única resposta obtida foi não. E ao perguntarmos aos participantes da pesquisa: a quem cabe a tarefa de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos? E como isso ocorre na prática? A maioria das respostas mostram que:

Deve ser feito pelo casal. Na prática fico devendo quanto à parte do trabalho doméstico, confesso (homem 2).

Deveria ser feita pelos dois, mas a mulher na verdade com seu instinto materno se desdobra e assume a casa e trabalho fora de casa. Na prática quem fica com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é a minha sogra (homem 8).

Deveria se feita pelo casal. Mas a mulher acaba assumindo muito mais as funções, na prática é assim que acontece na minha casa, a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado com a nossa filha é minha. (mulher 19)

Independente de trabalharem fora deveria ser feito pelos dois, afinal os dois sujam a casa, os dois fizeram os filhos, não é justo que apenas um seja responsável por isso. (mulher 30)

Deve ser feita pelos dois, mas alguém sempre vai ficar com mais trabalho, parece impossível dividirmos em parte iguais, até porque tem coisas que os homens não fazem dentro de uma casa, como esfregar o banheiro, lavar e passar roupa, tirar o pó do móveis, meu marido nunca fez isso. [...] E eu faço o que tem pra fazer, faço tudo, se tiver que cortar a grama, eu corto, não espero pra ele, se tiver que trocar lâmpada troco (tenho medo de levar choque, mas troco). (RISOS). Mas como eu te falei, somos uma família, precisamos nos ajudar, cada um tem que fazer um pouco, então chamo ele para fazer a parte dele, ou para

fazer junto comigo, não dô moleza (entrevista em profundidade 1)

Homens e mulheres reconhecem a importância de conciliarem o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, o que na prática poderia resultar na divisão das tarefas. No entanto ambos reconhecem que isto não se efetiva, pois quem vem assumindo hegemonicamente a conciliação dessas tarefas é a mulher, mesmo que para isso ela precise diminuir sua jornada de trabalho remunerado.

Neste sentido Bruschini (2007) e Hirata (2002) concordam que mesmo as mulheres desenvolvendo atividades fora do lar elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades no espaço privado. Uma questão importante trazida por Hirata (2002, p. 150) é que:

[...] o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuou intacta. A relação entre trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência.

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho não alterou sua relação com espaço doméstico, mesmo com o avanço das novas tecnologias as quais se propagaram em grande escala, oportunizando que muitas mulheres encontrassem nos eletrodomésticos a “ajuda” que muitas vezes lhes foi negada pelos seus companheiros, reduzindo assim em alguns casos o tempo gasto para a realização das tarefas domésticas. Essas novas tecnologias aliadas ao forte apelo afetivo designado à mulher não possibilitaram que esta se desvinculasse do espaço doméstico, o qual permaneceu intacto.

Mesmo depois de todas as conquistas dos movimentos feministas, de todas as mudanças na esfera da família e no âmbito jurídico, o trabalho doméstico não remunerado é aquele em que ainda permanece à espera de uma divisão igualitária e de sua devida valorização. Para Peixoto (2005) muitas são as trocas cotidianas para cumprir as tarefas domésticas e, como se sabe, são as mulheres que em geral se organizam em redes de ajuda, são elas que se encarregam mais de cuidar dos membros dependentes, ou seja, das crianças, dos idosos e dos doentes.

Logo, questionamos aos participantes da pesquisa se estes encontram dificuldades para conciliarem a rotina de trabalho com a vida familiar e o trabalho doméstico, e quais são essas dificuldades. As repostas foram variadas e expressam a opinião a partir de suas vivências cotidianas.

Não, porque posso deixar a minha filha na casa da minha sogra quando estamos trabalhando, e isso nos ajuda bastante (homem 6).

No momento não, já me acostumei com a dupla jornada (mulher 21).

Em alguns períodos do ano a minha jornada de trabalho é maior, então nesses períodos encontro dificuldade (homem10).

Sim, encontro dificuldades, falta tempo para o lazer, tempo para ficarmos junto com a nossa família e se o salário que eu recebo mensalmente não fizesse falta optaria por ficar em casa cuidando de tudo, para mim isso seria o ideal, mas infelizmente não é possível (mulher 27).

Dificuldades sempre encontramos, é difícil trabalhar, cuidar da casa, dos filhos e ainda cumprimos as exigências que o mercado de trabalho nos faz, hoje quem está no mercado de trabalho necessita estar sempre estudando, se especializando e isso se torna difícil quando temos filhos, não é impossível, mas é difícil arrumar tempo para fazer tudo (entrevista em profundidade 2).

Alguns não encontram dificuldades por terem formado uma rede de ajuda de apoio, como é o caso do primeiro depoimento. No entanto, no segundo relato podemos perceber certa conformação em relação à dupla jornada, pois quando termina a jornada de trabalho remunerada, ao chegar em casa inicia a jornada doméstica.

No terceiro há o aumento da jornada de trabalho remunerado devido à temporada de veraneio, em contrapartida não há diminuição

das tarefas domésticas, o que resulta em dificuldades neste caso para o homem em questão. Os dois últimos evidenciam a falta de tempo, a sobrecarga, a dupla jornada e a constante necessidade de qualificação para continuarem no mercado de trabalho.

A intensificação do ritmo de trabalho e a dedicação das mulheres no espaço doméstico e sua constante preocupação com a questão do cuidado contribuem para que elas vivenciem diversas dificuldades constantemente e se sintam sobre carregadas.

Recentemente Helena Hirata realizou uma pesquisa¹⁶ sobre o trabalho de cuidado e sobre as cuidadoras no Brasil. No referido estudo a pesquisadora discute as teoria sobre *care* e *care work*, o termo *care*, segundo ela, dificilmente é traduzível, porque é polissêmico, mas se refere ao cuidado, à solicitude, à preocupação com o outro, o estar atento às suas necessidades. Todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*. E explica que:

[...] O *care work* ou trabalho do *care*, embora diga respeito a toda a sociedade, é realizado principalmente pelas mulheres e análise da divisão sexual do trabalho do *care* no interior da família e nas instituições de cuidados ainda está por fazer. A relação entre o *care work* remunerado e o *care* não remunerado (aquele dos membros da família) também deve ser melhor apreendida, pois a fronteira entre ambos é por vezes bastante tênue. [...] (HIRATA, 2010, p.44).

Logo, para Hirata (2010) o *care* faz parte do trabalho doméstico realizado sem remuneração. E neste sentido ela discorre sobre o trabalho doméstico não remunerado como:

[...] aquele trabalho feito gratuitamente e considerado por muitos uma forma das mulheres expressarem amor aos filhos e aos companheiros, uma maneira de exprimir o amor que elas sentem por seus familiares. Em contraponto, podemos dizer que essa não é a forma de expressão que os

¹⁶ Apresenta as teorias sobre *care* e *care work*, e na seqüência debate sobre os principais pontos e controvérsias referente ao tema.

homens usam para demonstrar amor aos filhos e às esposas. (HIRATA, 2010, p. 47)

O trabalho realizado pelas mulheres no interior da família constantemente se justifica pela sua relação social de amor e de cuidado, mesmo implicando em uma parte de trabalhos repetitivos. Os depoimentos reforçam a ideia de que a mulher vem assumindo predominantemente os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos e a vida familiar, fazendo um movimento cíclico na constante tentativa de conciliar tais tarefas.

Algumas mulheres, ao não aceitarem a perpetuação da não divisão das tarefas, buscam estratégias para romper esse ciclo. A utilização da palavra estratégia, segundo Rocha-Coutinho (1994), não nos deve levar a pensar que seu uso seja sempre consciente, pois nem sempre quem faz uso delas tem plena consciência de que está tentando controlar o outro.

Questionamos se homens e mulheres já utilizaram alguma (estratégia, sutileza, ou até mesmo manipulação ou chantagem emocional) para conseguir que seu companheiro ou sua companheira assuma algum tipo de tarefa relacionada ao trabalho doméstico ou o cuidado dos filhos. Apenas um dos depoimentos masculinos afirmou que: *A minha esposa às vezes faz umas chantagens comigo para ajudá-la, mas nada sério (homem 8)*. Mas a maioria dos depoimentos dos homens e das mulheres afirmaram que não, no entanto alguns depoimentos femininos destoam e responderam que:

Sim, mas na verdade se isso acontece por algum motivo ele acaba percebendo e acaba tendo uma discussão ou alguma briga. Então evito, prefiro fazer as coisas do que lançar alguma estratégia para que ele faça, espero que um dia ele percebe que tenha coisas que ele deveria fazer, como lavar a louça, arrumar a casa e buscar a filha na escola (mulher 19).

Sim, várias vezes precisei utilizar chantagem emocional, estratégias até mesmo na cama na hora do sexo, como se fosse uma troca. Me ajuda nos afazeres domésticos e eu te sacio na hora do sexo (mulher 20).

Sim, às vezes é necessário usar algum artifício até mesmo sexual para que eles façam alguma coisa em casa (mulher 22).

Já, às vezes até deixo de lavar algumas roupas pra ver se alguém lava, quando vejo lá esta ele (marido) lavando tudo (mulher 30).

Para Rocha-Coutinho (1994) a sociedade educou as mulheres para usarem o poder de forma manipulativa. A mulher feminina deve ser delicada, caprichosa, passiva, acalentadora, solícita e emocional, reforçando a ideia que para ser feminina é preciso ser fraca. No entanto, segundo a autora, a maioria das mulheres não são fracas, mas devem parecer, uma vez que são punidas com a rejeição caso não se encaixem nesse modelo.

E complementa que é possível assinalarmos vários problemas relacionados ao uso destas estratégias manipulativas de controle. Embora possa ser eficaz, seu uso ao invés de mostrar força, revela fraqueza. As estratégias indiretas e manipulativas não são as únicas formas de controle utilizadas pelas mulheres. Segundo Rocha-Coutinho (1994) elas também utilizam as ordens, que podem significar uma forma de controlar os filhos, no entanto isso se limita ao lar, onde o homem geralmente tem a última palavra e é a autoridade maior.

Esta autoridade maior muitas vezes exercida pelo homem dificulta e impede o diálogo no espaço doméstico, principalmente no que se refere às questões práticas da realização das tarefas domésticas, impedindo assim uma divisão delas, o que faz a mulher buscar nas redes de apoio, sejam estas redes familiares de parentesco ou não, ou ainda buscar nos serviços públicos alternativas para conciliarem a vida doméstica familiar e laboral.

3.10 A CONSTANTE TENTATIVA EM CONCILIAR O PÚBLICO E O PRIVADO

Nas últimas décadas, presenciamos a expansão da mulher no mercado de trabalho, que reflete em avanços e retrocessos. Os avanços se referem às suas conquistas, como regulamentação das leis trabalhistas, proporcionando direitos, mas também deveres tanto para homens como para mulheres. No entanto, alguns retrocessos se mantêm como a não valorização monetária e social da mulher no espaço reprodutivo, bem como a intocável divisão das tarefas domésticas e do cuidado, fazendo com que a família busque nas políticas públicas a conciliação entre trabalho (remunerado), trabalho doméstico e vida familiar.

Logo, é fundamental entender que a política social enquanto uma materialização dos direitos sociais vinculados a um sistema de proteção social se inscreve como estratégias adotadas pelo Estado para regular os conflitos existentes entre capital e trabalho presentes na realidade brasileira. No entanto, é importante entender que quando os sujeitos não têm acesso à política pública, cabe à família e, em geral, as mulheres a tarefa da proteção social.

Segundo Pereira (2009) a política social se afigura como uma política pública, isto é, um tipo, dentre outros, de política pública. Ambas as designações “política social” e “política pública” são políticas de ação, que requerem a participação ativa do Estado sob o controle da sociedade no planejamento e na execução de procedimentos e metas voltados para a satisfação de necessidades sociais.

E estas necessidades sociais podem variar de acordo com a demanda que é atendida pelas políticas públicas, ou seja, uma demanda heterogênea, composta por homens e mulheres, idosos e crianças. No entanto, o nosso foco se refere às políticas de conciliação entre mulheres, as quais continuam vivenciando as mais diversas desigualdades de gênero, principalmente na esfera produtiva e reprodutiva. Desta forma, faz necessário pensarmos em políticas sociais de conciliação entre trabalho (remunerado), trabalho doméstico e vida familiar.

Em recente pesquisa Sorj et al. (2007) tentam situar a problemática da conciliação entre trabalho remunerado e

responsabilidades familiares a partir do recente processo de transformação da estrutura das famílias e do mercado de trabalho no Brasil, mostrando que o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família penalizam inserção no mercado de trabalho, sobretudo das mães, segundo as autoras

[...] as normas sociais que regulam as relações entre trabalho e família são socialmente construídas e as políticas voltadas a esse objetivo sinalizam como a sociedade percebe e valoriza a conciliação dessas duas dimensões. (SORJ et al., 2007, p. 574).

A licença maternidade reflete as normas sociais citadas acima, pois localizam o papel da maternidade, do cuidado e do espaço doméstico para a mulher, sendo que o mesmo não ocorre com a paternidade. Tais normas regulam a família e o trabalho, demarcando a questão de gênero. Por outro lado, tanto a licença maternidade como a creche e a pré-escola são políticas públicas que auxiliam as famílias para uma possível conciliação entre as esferas pública e privada. Mas Sorj et al. (2007, p. 577)

[...] ressaltam que as creches e pré-escolas, bem como as instituições Educacionais dos níveis subseqüentes funcionam predominantemente em tempo parcial. Isso significa que mesmo as famílias que têm acesso a esse serviço continuam a depender de recursos privados para viabilizar a plena participação no mercado de trabalho dos seus membros adultos.

E Sorj (2001 apud Sorj et al., 2007) assevera que nas camadas mais pobres a insuficiência de renda não permite contratar esse serviço, as crianças ao retornarem da escola ficam sob os cuidados de parentes, vizinhos, irmãos mais velhos ou permanecem sozinhas em casa.

Tal realidade também foi constatada em nossa pesquisa, pois perguntamos com quem as crianças ficam enquanto os pais estão trabalhando, e esta questão se refere a dois períodos do ano, ou seja, baixa e alta de temporada de verão, sendo que alta temporada de verão compreende os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, período de férias

escolares e muitas vezes de trabalho redobrado para aqueles que trabalham no Balneário de Ingleses. Alguns depoimentos mostram que:

No verão passado uma prima minha morava aqui em casa, veio para me ajudar, ela cuidava das crianças pra mim durante as férias da escola, depois ela voltou para Campos Novos, não gostou daqui, se tivesse gostado ia ficar morando comigo. Agora na próxima temporada não sei como vai ser, estou conversando com a minha prima de repente ela ainda fica aqui na minha casa. (entrevista em profundidade 1)

Em ambos os períodos, minha sogra é responsável pelo meu filho no período matutino. Na parte da tarde ele vai à escola (homem 2).

Minha filha Fernanda quando não está na escola fica a maior parte do tempo com minha sogra [...], foi o único jeito que arrumamos, já que eu e a minha esposa trabalhamos fora (homem 6).

Na baixa temporada minha filha estuda de manhã e a tarde fica com o pai, na alta temporada passa as férias na casa da vó, pois não temos condições de cuidá-la neste período e a escola encontra-se fechada (mulher 17).

O mais velho cuida dos irmãos menores durante o período em que eles não estão na escola e isso acontece também durante as férias escolares (mulher 23).

É evidente nos relatos que as famílias encontram grandes dificuldades referente à questão do cuidado dos seus filho (as), por outro lado essas dificuldades se agravam porque as famílias não encontraram nas políticas públicas os serviços que necessitam. Para algumas famílias as dificuldades se agravam com período da alta temporada, para outras, as dificuldades permanecem durante o ano todo, e a única saída para elas é criar uma rede de apoio a qual passa pela família e/ou pelos vizinhos mais próximos.

Esta rede de apoio é estabelecida devido à falta de uma política pública que atenda as famílias que possuem filhos, esse problema decorre do fato de que homens e mulheres precisam trabalhar. E a jornada de trabalho muitas vezes faz com homens e mulheres passem a maior parte do dia fora de casa, porém a escola funciona apenas em um período (matutino ou vespertino). O ideal seria que as famílias tivessem a possibilidade de passar um tempo maior em casa provendo o cuidado de seus filhos, mas sabemos que muitas vezes isto não é possível devido às questões financeiras ou até mesmo de sobrevivência.

Então seria importante que houvesse um Centro de Esporte, Cultura e Lazer que atendesse crianças e adolescentes no período oposto ao da escola e este permanece aberto durante todo o ano, inclusive no período das férias escolares, atendendo em diferentes horários, tanto aqueles que precisam ficar um ou dois dias da semana como aqueles que precisam ficar mais tempo. Atendendo assim as diferentes demandas das famílias e consequentemente proporcionando conhecimento, lazer, esporte e cultura para estas crianças e adolescentes através de projetos que estabeleçam uma continuidade.

O Centro de Esporte, Cultura e Lazer ofereceria:

- atividades de acordo com a idade;
- ações voltadas para cidadania;
- programas socioeducativos;
- reforço escolar;
- atividades culturais e artísticas;
- atividades artesanais e práticas esportivas;
- cursos profissionalizantes para jovens e adultos.

Esse Centro de Esporte, Cultura e Lazer estaria localizado próximo à comunidade e a quantidade de projetos, atendimentos, bem como infraestrutura física estariam de acordo com o número de moradores de cada região. Algumas atividades poderiam ser desenvolvidas através de projetos de extensão das universidades públicas e privadas, envolvendo assim os acadêmicos de diversas áreas.

O referido Centro seria construído a partir de uma parceria entre prefeitura, governo estadual e governo federal e contaria com o trabalho de profissionais capacitados de diferentes áreas. Parte dos recursos para a implementação desse centro poderiam ser provenientes do estado de Santa Catarina através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do

Fundo de Incentivo à Cultura (FUNCULTURAL) e do Fundo de Incentivo ao Esporte (FUNDESPORTE).

Seguindo esta perspectiva de políticas sociais, programas e projetos e com o intuito de conhecer melhor as necessidades e demandas destes homens mulheres, os indagamos: se vocês pudessem elaborar uma política pública ou programa social que atendesse casais com filhos que precisam trabalhar, como seria?

Com a finalidade de visualizarmos melhor as repostas, elaboramos um quadro contemplando as diversas opiniões, abarcando as propostas feitas por homens e mulheres e relacionando-as como as políticas públicas e suas respectivas demandas. Para tal, elaboramos uma legenda:

- A cor lilás se refere às propostas apresentadas por homens e mulheres
- A cor azul às propostas apresentadas somente pelos homens
- A cor amarela às propostas elencadas pelas mulheres.

PROPOSTAS	POLÍTICA	DEMANDA
Auxílio financeiro	Redistribuição de renda (assistência)	Garantir a subsistência familiar, através de um auxílio financeiro.
Creche e escolas de qualidade	Educação	Garantir a qualidade de atendimento e ensino oferecido na rede pública para crianças e adolescentes e acesso à cultura, esporte e lazer.

Campanha conscientizando os homens que trabalho doméstico	Educação e cidadania	Divisão do trabalho doméstico no espaço familiar, oportunizando a igualdade entre homens e mulheres.
Casa própria	Habitação	Moradia que atenda as especificidades da família em questão.
Cursos profissionalizantes para adolescentes	Educação e Trabalho	Capacitação profissional e inserção do adolescente no mercado de trabalho.
Infraestrutura para lazer e integração social	Cultura, esporte e lazer	Políticas de cultura, esporte e lazer que propiciem um espaço de uso coletivo, como praças, parques, e quadras esportivas.
Período maior de licença maternidade	Previdência Social	Permitir que a mulher tenha a opção de ficar mais tempo em casa durante o período da maternidade.
Redução da jornada de trabalho para as mulheres sem redução salarial	Previdência Social	Para as mulheres que possuem filhos pequenos (0 a 6 anos), já que estas são as principais provedoras dos cuidados.

Quadro 4 - Políticas públicas, demandas e propostas

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

O quadro apresenta as propostas de políticas públicas ou programas sociais, expressando as necessidades de homens e mulheres que constituíram família, possuem filhos e precisam trabalhar. Tais propostas elencadas pelos sujeitos revelam as necessidades cotidianas e requerem políticas públicas que atendam as famílias e seus membros.

Sabemos que as famílias estão inseridas em contexto social e econômico em que cada vez mais homens e mulheres precisam trabalhar fora de casa, e para conciliarem família, trabalho doméstico e trabalho remunerado muitas vezes necessitam de serviços públicos, dialogaremos então sobre as propostas.

Homens e mulheres defendem um auxílio financeiro para as famílias que tem filhos, para assim garantirem a subsistência familiar. Esse auxílio poderia constituir-se como um suporte financeiro no qual a família poderia ter acesso em momentos de dificuldade financeira. O auxílio estaria vinculado a uma política de atendimento à família, garantindo inicialmente os "mínimos sociais" definidos na Lei Orgânica de Assistência Social.

A necessidade desse auxílio financeiro pode ser decorrente do fato de que algumas famílias não encontram atendimento na esfera pública no Balneário de Ingleses, e precisam recorrer aos serviços privados, um exemplo disso é a caso do período das férias escolares, onde muitas famílias precisam recorrer às escolas particulares para deixarem seus filhos, o que resulta em gastos extras, os quais nem sempre podem ser viabilizados pelas famílias.

Consequentemente, outra necessidade apresentada agora por homens e mulheres se refere às creches e às escolas públicas, principalmente por famílias que possuem crianças pequenas entre 2 e 6 anos. Cabe pontuar que a educação infantil, a partir da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, passou a ser reconhecida como um direito da criança, um dever do Estado e agora deixa de ser uma opção da família para constituir-se numa obrigação, com a aprovação da PEC 96A/03. A oferta da educação infantil, enquanto uma política de Estado, reflete o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos sociais de direitos.

Mas apesar do amparo legal existente referente à educação infantil, percebemos que tal direito muitas vezes é inviabilizado, e devido a isso as famílias acabam estabelecendo uma rede de apoio com seus familiares e vizinhos ou acabam recorrendo ao serviço privado para proverem o cuidado bem como a educação de seus filhos no período em que os adultos (pai e mãe) estão trabalhando fora de casa.

Além de almejarem o acesso às creches e escolas públicas, homens e mulheres também mencionam a questão da qualidade do serviço prestado. O espaço educacional, seja ele a creche, a pré-escola ou a escola, deve se apresentar como um lócus privilegiado onde crianças e adolescentes sejam reconhecidos e tratados com absoluta prioridade, como sujeitos de direitos. Para que isso ocorra a educação deve ser vista e entendida como uma prioridade e um compromisso a ser assumido pelos gestores, e também pelos educadores através de sua prática pedagógica. Mas para que isso se efetive deve haver investimentos financeiros significativos que possibilitem a melhoria da infraestrutura existente, bem como uma possível ampliação do número de vagas, e ainda uma valorização monetária e social dos profissionais que atuam na área da educação, além de incentivos para sua constante qualificação.

Tais investimentos poderiam proporcionar novas vagas, a melhoria do sistema público educacional e a criação do Centro de Esportes Cultura e Lazer, já mencionado neste trabalho. Ou ainda transformar as escolas públicas em espaços de lazer para as comunidades nos dias não letivos, oferecendo atividades recreativas, esportivas e culturais, potencializando assim a convivência social e local, pois o lazer precisa de um espaço para acontecer e a uma escola pode oferecer este espaço, desde que exista investimento e organização.

As famílias com filhos adolescentes necessitam de cursos profissionalizantes para os eles, como foi abordado pelos homens, e as famílias onde os adultos não tiveram a oportunidade de concluir os estudos e hoje tem filhos almejam uma nova profissão, novas oportunidades, para melhorarem seus salários e proverem as necessidades de suas famílias.

As mulheres reivindicam um maior período de Licença maternidade¹⁷, benefício este de caráter previdenciário destinado para as

¹⁷ Mais informações no site: <http://www.previdencia.gov.br>.

seguradas da Previdência Social. Está garantido pelo artigo 7º, inciso XVIII da Constituição Federal, e consiste em conceder à mulher que deu à luz licença remunerada de 120 dias ou quatro meses. Em 10 de setembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.770 que prorrogou a licença-maternidade para 180 dias ou seis meses, mediante a concessão de incentivos fiscais para as empresas, mas a medida só começou a valer efetivamente a partir de janeiro de 2010. Porém esta prorrogação da licença maternidade vem ocorrendo para as funcionárias públicas e nas empresas privadas se apresenta como facultativa, ou seja, a empresa poderá aderir voluntariamente ao programa e, em troca, poderá deduzir integralmente o Imposto de Renda enquanto Pessoa Jurídica.

Como essa prorrogação é facultativa, muitas mulheres ainda almejam esse direito. Concordo que este direito deva ser ampliado, mas sugiro que homens e mulheres (casais) tenham a opção de dividirem a licença maternidade. Por exemplo, se a licença é de seis meses, o casal poderia optar com quem ficaria esta licença, podendo dividi-la em períodos diferentes ou iguais, fortalecendo assim os vínculos familiares da maternidade e também da paternidade.

Essas famílias, ao defenderem a ampliação da licença maternidade, também sugeriram que as mulheres tenham uma jornada de trabalho menor enquanto seus filhos forem pequenos (0 a 6 anos), para conciliarem sua demanda familiar com os afazeres domésticos e continuarem desempenhando sua vida no espaço público, pois, como vimos na pesquisa, às mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado. Por outro lado, se os homens assumissem a divisão de tarefas domésticas com suas companheiras, estas não ficariam sobrecarregas, logo, apenas a diminuição da jornada de trabalho das mulheres não resolveria o problema, esta deveria vir acompanhada da divisão das responsabilidades no espaço doméstico entre o casal.

Talvez para isso seja necessário o que algumas mulheres citaram, ou seja, uma campanha conscientizando os homens que trabalho doméstico pode e deve ser dividido no espaço familiar, oportunizando assim a igualdade entre homens e mulheres a partir do espaço privado.

Homens e mulheres que constituíram famílias e que tem filhos (as) necessitam de um espaço, de uma infraestrutura no Balneário de Ingleses para o lazer e a integração social. As famílias que pagam aluguel necessitam de uma política de habitação, concretizando assim um dos princípios básicos previstos na Constituição Federal (1988).

No entanto, é possível observarmos a ausência do Estado perante essas demandas, pois cada vez mais ele vem transferindo suas responsabilidades para a família e para o mercado. A família, por sua vez, vem sendo sobrecarregada, e geralmente são as mulheres que assumem essa sobrecarga, diante da ausência do Estado na implementação das políticas públicas. Goldani (2001), ao analisar a família como fator de proteção social, mostra que esta vem assumindo as maiores responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, amortizando o impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho.

O Estado através das políticas públicas deveria prover as necessidades destes homens e mulheres, respeitando assim a singularidade das famílias, para isso deveria contemplar a diversidade dos arranjos familiares e considerar os diferentes ciclos de vida da famílias. Neste sentido estabeleceria mecanismos e sistemas de segurança social para que as famílias tivessem acesso à educação, à cultura, ao lazer, à habitação, e tantas outras políticas necessárias para o bem-estar social. Tais políticas garantiriam também o fortalecimento dos vínculos familiares, respeitando suas especificidades e fazendo com que essa se sinta capaz de se reorganizar diante de suas demandas, as quais muitas vezes se expressam como grandes desafios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante mencionar que as mulheres sempre trabalharam no campo, ou nas cidades, cozinhando, lavando, tecendo, bordando, como operárias ou boias-frias, executando diversas funções, as quais nem sempre foram mencionadas ou divulgadas nos livros. O fato de trabalharem fora, de terem uma ocupação remunerada não as libertou dos afazeres domésticos. A paciência, a docilidade e as habilidades manuais foram e continuam sendo frequentemente associadas às mulheres, até mesmo na contemporaneidade.

Foi a partir do processo de industrialização que ocorreu uma maciça entrada das mulheres no mercado trabalho remunerado realizado fora do espaço doméstico, havendo uma forte separação entre público e privado, e a delimitação dos papéis sociais que homens e mulheres deveriam assumir.

As reflexões tecidas através do referencial bibliográfico, bem como a partir da coleta dos dados ao longo desta investigação foram construídas de acordo com o objetivo da nossa pesquisa, ou seja, analisar a visão sobre a divisão do trabalho doméstico de homens e mulheres que constituíram família, que moram no Balneário de Ingleses e que possuem filhos em idade escolar.

Através da participação dos 32 sujeitos (17 mulheres e 15 homens) conseguimos confirmar a nossa hipótese, ou seja, as mulheres participantes da pesquisa moradoras do Balneário de Ingleses (Florianópolis/SC) desempenham atividades remuneradas e, na maioria das vezes, estas se configuram como uma extensão do espaço doméstico. E apesar de estarem na esfera produtiva, ainda continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os (as) filhos (as), enfrentando assim uma dupla jornada de trabalho.

Conseguimos conhecer a concepção de família de homens e mulheres que, segundo a maioria, foi retratada como algo idealizado e harmônico, isento de conflitos e obrigações. Constatamos a presença de diferentes arranjos familiares no Balneário de Ingleses, sendo eles: famílias nucleares, famílias reconstituídas e famílias ampliadas ou extensas. Fato que reafirma a existência de diferentes modelos de família para serem entendidos, estudados e interpretados.

Podemos perceber que, independente do arranjo familiar, a questão do cuidado e do trabalho doméstico vem sendo prioritariamente desenvolvida pelas mulheres.

O trabalho remunerado e a questão do bem-estar familiar foram constantemente associados. Para algumas mulheres o trabalho remunerado aparece como sinônimo de autonomia, independência econômica e realização profissional. No entanto, constatamos que em 70% dos casos elas possuem menores salários quando comparados aos salários de seus companheiros e que, na maioria das vezes, desenvolvem profissões tipicamente femininas, as quais refletem uma extensão do espaço doméstico.

Por outro lado, homens e mulheres percebem que permanecem as desigualdades entre homens e mulheres, já que estes não possuem o mesmo prestígio social e mesma valorização econômica no mercado de trabalho.

Quanto ao trabalho doméstico homens e mulheres reconhecem sua importância para a manutenção da casa e do bem-estar familiar, mas, no entanto, quem assume o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e, conseqüentemente, enfrenta a dupla jornada de trabalho são as mulheres, não havendo assim uma divisão igualitária referente ao trabalho doméstico e ao cuidado dos (as) filhos (as) no espaço privado, permanecendo as desigualdades de gênero.

Alguns homens reconhecem a importância do trabalho doméstico, mas isso não se faz suficiente para que eles assumam as tarefas domésticas e as responsabilidades familiares, pois mesmo considerando o trabalho doméstico importante, cerca de 26% afirmaram não realizarem nenhum tipo de serviço doméstico, reforçando a ideia de que a realização do trabalho doméstico não precisa ser definida, pois ela se inscreve historicamente e socialmente como uma função feminina, justificada pelos laços afetivos presentes na vida familiar e social.

Esses dados reforçam a realidade de que as mulheres continuam sobrecarregadas devido ao fato de serem cuidadoras e assumirem quase que exclusivamente o trabalho doméstico. Por outro lado, o cuidado, a maternidade e o trabalho doméstico muitas vezes podem gerar algum tipo de satisfação para essas mulheres, o que poderia justificar ou apenas explicar o fato de elas assumirem primordialmente a dupla jornada, a qual não é assumida por homens, conforme evidenciado nos dados da pesquisa.

No espaço doméstico as mulheres continuam facilitando as condições e possibilidades para o homem, que é considerado “o indivíduo do espaço público”, exercer a sua liberdade. Ou seja, a permanência do homem no espaço público é facilitada, uma vez que todas as condições necessárias estão garantidas no espaço doméstico pela mulher, mesmo quando esta também trabalha fora de casa.

Tal sobrecarga muitas vezes dificulta uma possível conciliação entre a vida laboral, a vida familiar e o trabalho doméstico, mas percebemos que teoricamente homens e mulheres concordam que ambos devem conciliar essas esferas, no entanto, quando se fala de ações práticas, percebemos que na maioria dos casos quem vem conciliando, apesar das dificuldades, é a mulher.

Outros não encontram tantas dificuldades para conciliarem a rotina de trabalho com a vida familiar e o trabalho doméstico porque contam com uma rede de ajuda ou devido à convivência intergeracional, na qual as avós cuidam dos (as) netos (as).

Seguindo esta lógica, algumas mulheres declararam utilizarem estratégias para conseguirem que seus companheiros realizassem algum tipo de tarefa relacionada ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos, reforçando a ideia da forte presença do machismo e do patriarcado no âmbito familiar, o qual impede que homens assumam as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos.

A constante tentativa de conciliar as tarefas públicas e privadas tem se apresentado como um grande dilema para muitas famílias, expressando assim sua necessidade por políticas públicas que lhes oportunizem uma provável conciliação ou amenização do problema. Além disso, é possível constatar que o problema da exploração e dominação das mulheres se inscreve nos âmbitos público e privado e alterar tal situação requer um investimento em políticas públicas com perspectiva de gênero.

As políticas sociais se fazem necessárias para que famílias possam conciliar trabalho doméstico, trabalho remunerado e vida familiar, pois ao perguntarmos aos participantes da pesquisa como seria se estes pudessem elaborar uma política pública ou programa social que os atendessem, percebemos que a maioria das propostas apresentadas possuem relação com conciliação entre trabalho remunerado, trabalho doméstico e família.

Logo, o profissional de Serviço Social poderia atuar na formulação, execução e gestão de políticas públicas e sociais, programas

e projetos desenvolvendo ações juntamente com outros profissionais em prol da garantia, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados a essas e a outras famílias. Segundo Iamamoto (2003) o profissional de Serviço Social deve ser propositivo e capaz de atuar, criticamente, respondendo as demandas imediatas.

A atuação do profissional de Serviço Social poderia proporcionar o acesso aos serviços e benefícios que foram conquistados socialmente enquanto um direito, previsto na constituinte, como é o caso da educação, da moradia e do lazer. É claro que a atuação desse profissional não está restrita à sua boa vontade, mas sim às responsabilidades que as esferas governamentais devem assumir, criando assim espaços para a atuação desse profissional, para que este possa propor ações com o intuito de responder as expressões da questão social.

Além das propostas de políticas apresentadas no decorrer da pesquisa, acreditamos também que se faz pertinente a adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Tal perspectiva se coloca a partir dos paradigmas histórico-crítico e culturais do feminismo e parte de uma concepção crítica em relação a uma “visão androcêntrica” da humanidade, que acabou por excluir metade das pessoas dos espaços socioeconômicos e políticos. A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes. Centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero que implica na reconstrução de uma humanidade diversa e democrática.

Para Lagarde (1996) a crescente incorporação da perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas, interpretações e diagnósticos tem permitido a visibilização das mulheres e da problemática que as envolve, assim como avanços na emancipação feminina. A adoção dessa perspectiva, porém, requer uma revolução intelectual e cultural e a superação da lógica binária. Sua efetivação contribuirá para a construção de uma nova ordem baseada na perspectiva relacional entre homens e mulheres, de forma equitativa e justa.

Ao longo da existência, homens e mulheres são desafiados a confrontarem “suas necessidades de sobrevivência” com “o sistema de normas e padrões de gênero conformados culturalmente”. Incorporar a perspectiva de gênero possibilita novas visões e compreensões sobre realidades já existentes, proporciona reconhecer valores inéditos e com outro sentido ético, logo, possibilita ressignificar as relações sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ARAÚJO.C; SCALON. C, (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 304 p.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 2, p. 70-77, jun. 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ÁVILA, Maria Bethania. Notas sobre trabalho doméstico. IN: LIMA, Maria Edinalva Bezerra et al (orgs).**Transformando a Relação Trabalho e Cidadania**. São Paulo: CUT Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/debatefem08_mba_p.pdf>. Acesso em: 09.06.2012

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a Identidade Masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

_____. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Neto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edição 70, 1977.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luis Antero NAugusto

Pinheiro. Análise de conteúdo. Lisboa: Edição 70, 1977

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BILAC, Elisabete Dória. **Trabalhos Produtivos, Trabalhos Reprodutivos**: as trajetórias femininas de trabalho e suas representações. São Paulo: Perspectivas, 1990, p.143-161.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 160 p.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição Federal Brasileira de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990/ atualizada com a Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010, de 03.08.2009). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Maria Cristina Aranha. Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** São Paulo: editora?, 2007.

_____. Cristina. Trabalho doméstico: Inatividade econômica ou trabalho não renumerado? **R. brás. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. ; MELLO, J.L; PASINATO, MT.; Famílias: Espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. IN: **Muito além dos anos 60: os novos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 137-168.

_____. KANSO, S.. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados.** 2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CAMPS, Victoria . **O Século das Mulheres.** Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 9-59.

CHÁVEZCARAPIA, Julia del Carmen. Trabajo Doméstico. **Cuadernos de Investigación del Centro de Estudios de la Mujer.** México: ENTS-UNAM. Primera Edición, 2005, 108 p.

DEVICARI, Cristiano. **Blog Imprensa Digital.** Santo Ângelo/RS. Disponível em: <<http://imprensadigital.blogspot.com.br/>>. Acesso em:

DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras.** DIEESE – São Paulo, 2011, 300 p.

DURAN, Maria Angeles. **A dona de casa**: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FARIA, Nalu; NOBRE Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. 52 páginas, Coleção Cadernos Sempre Viva.

GAMBA, Susana Beatriz. **Diccionario de estudios de género y feminismos**, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDANI, A. M. Contratos intergeracionais e reconstrução do Estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In.: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004, 604 p.

_____. **As famílias no Brasil Contemporâneo**. 1993. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/03112009-103208goldani.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Las familias brasilenas y sus desafíos como factor de protección al final del siglo XX. In: GOMES, Cristina (Comp.) **Processos sociais, población y familia**: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica. México: FLACSO, 2001.

_____. A demografia “formal” da família: técnicas e dados censitários. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 4, 1984, Caxambu, MG (Brasil). Belo Horizonte, MG (Brasil), 1984. v. 3, p. 1257-1296. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010, p. 42-46. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2)

_____; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade, trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortes, 2003.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Principais destaques da evolução do mercado de-trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/o/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

IBGE. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. In: **Comunicado IPEA**, p. 2-17, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H et al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo** – desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas e horas, 1996.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LETABLIER, M. T. El Trabajo de "Cuidados" y su Conceptualizacion em Europa. In:

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Rev. Estud. Fem.** [online], 2007, v.15, n.3, p. 805-821.

LISBOA, T. K; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katalysis**, Florianópolis/SC, v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.

_____. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: **FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER**, 2008.

MELO, Hildete Pereira; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Rev. econ. contemp.** [online], 2009, v.13, n.1, p. 135-158. ISSN 1415-9848.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

_____. (org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social – contribuições para o debate. **Revista Social e Sociedade** – Mínimos Sociais e Exclusão Social, n. 55. Editora Cortez, ano XVIII, p. 114-130, nov. 1997.

_____. “Que família é essa”(2004) In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (orgs.). **Trabalho com famílias**: textos de apoio, v.2, São Paulo: IEE-PUC-SP.

_____. O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. **Katalysis**, n.1, Florianópolis: Ed. UFSC, 2002, p. 51-58.

NOBRE, Míriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice et al. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Zuleica L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 123.-148.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 225-240.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: presença Feminina na constituição do Sistema Fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de Conteúdo: um approach do social. **Cadernos de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**. Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas. V. 9, Porto Alegre: PPGS/UFRGS/ISSN, 1998.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007. 191 p.

_____. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PICANÇO, Felícia S. Amélia a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 149-172.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**.

São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos - A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SAFFIOTI, H; BONGIOVANI, I. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. BONGIOVANI, I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SARTI, Cyntia A. Famílias enredadas In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org). **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Cotrez, 2005.

SCOOT, J.W (1994). A mulher trabalhadora. In: Duby, G & Perrot, M. **Histórias das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, v. IV.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99, 1990.

SCHWEBEL, Fougeyrollas Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, H. et al. (orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p 256 - 260.

_____. Forma de Família e Socialização. **Novos desafios. Revistas Estudos Feminista**, 1994, p. 336-346.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **I Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria especial de políticas para as mulheres, 2005.

_____. **II Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria especial de políticas para as mulheres, 2008.

SORJ, B; FONTES, A.; MACHADO, D.C. As políticas e as práticas de conciliação entre trabalho e família no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p.573-594, 2007.

_____. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C.(Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 79 -88.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense,1991.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, n. 71. São Paulo: Cortez, 2002.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. (Série Marxismo e Opressão).

APÊNDICE A - Questionário - LEVANTAMENTO SÓCIOECONÔMICO

**Pesquisa referente à Dissertação de Mestrado de Marisa S. Albrecht
Pós Graduação em Serviço Social – UFSC.**

**Título da dissertação: Decifrando a divisão do trabalho doméstico
nas unidades familiares do Balneário de Ingleses: cotidiano e
relações de gênero.**

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.Nome:_____

2. Sexo: Masculino () Feminino ()

3.Naturalidade:_____ 1.4 Idade:_____

4. Estado Civil: _____

5. Há quantos anos moram juntos? _____

6.Em que bairro residem e há quanto tempo?_____

7. SITUAÇÃO DE MORADIA:

7.1 Própria () Alugada () Cedida () Mora com
parentes ()

8. Qual é a importância da família na sua vida?

9. Quantas pessoas moram com você, quem são elas (idade, sexo e grau de parentesco)?

TRABALHO E RENDA:

10. Qual é a importância do trabalho (remunerado) em sua vida?

11. Qual a sua profissão ? E seu grau de instrução?

12. Qual a profissão do seu companheiro (a)? E seu grau de instrução?

13. Você possui carteira assinada? (Contrato temporário, autônomo, profissional liberal... que benefícios o seu contrato de trabalho prevê para o futuro...)

14. Além do (a) senhor (a) e da sua esposa mais alguém da família trabalha e contribui financeiramente com gastos mensais?

15. Quem possui a maior renda, ou o maior salário na sua casa?

16. Em (média) qual é a renda mensal da família? R\$ _____

17. Você está satisfeito com o seu trabalho? Por quê?

18. Existe alguma diferença em sua jornada de trabalho no período da alta temporada de veraneio? Explique.

19. Durante a baixa temporada enquanto você está trabalhando, quem cuida dos seus filhos? E durante o período da alta temporada com quem eles ficam? (não se aplica para quem não tem filhos pequenos).

20. Em algum momento você ou sua companheira (o) precisou parar de trabalhar, ou diminuir a jornada de trabalho devido ao nascimento de um filho (a) ou por algum outro motivo familiar? Explique.

Qual dessas tarefas você costuma fazer?	Sim	Não	às vezes	De forma conjunta
Cozinhar, preparar uma refeição, lanche, almoço ou janta.				
Colocar a mesa (pratos, xícaras, talheres)				
Ajudar a servir as crianças ou adolescentes				
Tirar a mesa				
Lavar a louça				
Secar a louça				
Fazer compras no supermercado				
Fazer compras na feira/sacolão/ outros				
Lavar roupa				
Passar roupa				
Limpar a casa				
Arrumar as camas				
Limpar os banheiros				
Brincar com as crianças, distraí-las				

Ir na escola, participar de reuniões				
Auxiliar os filhos na realização das tarefas escolares				
Ficar com o filho (a) em casa quando ele está doente				
Cuidar de alguém doente da família				
Fazer pagamentos, cuidar das atividades burocráticas				

21. Qual a importância do trabalho doméstico na sua vida ?

22. Em média quantas horas você gasta com os afazeres domésticos?

23. Já pensaram em contratar alguém para cuidar dos afazeres domésticos enquanto vocês estão trabalhando fora de casa? Por quê?

24. Como foi definido quem ficaria com o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças ou idosos em sua família?

25. Você acha necessário dividir o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos com seu companheiro (a)? Por quê?

26. Em algum momento você já utilizou alguma (estratégia, sutileza, ou até mesmo manipulação ou chantagem emocional) para conseguir que **ele e ou ela** assuma alguma tarefa relacionada ao trabalho doméstico ou o cuidado dos filhos?

27. Para você o trabalho doméstico é trabalho?

28. Aquelas mulheres conhecidas como “donas de casa” são trabalhadoras? Deveriam receber uma aposentadoria?

29. Vocês acham que homens e mulheres são reconhecidos, possuem prestígio social e valorização econômica no mercado de trabalho de forma igualitária? Por quê?

30. A tarefa de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos deve ser feita por quem? Na prática isso acontece em sua casa?

PROGRAMAS ASSISTENCIAIS:

31. Vocês ou os seus filhos participam de algum projeto ou recebem algum benefício da Prefeitura Municipal ou de alguma instituição social?

Sim () Não ()

Qual o projeto ou serviço?

Quais os membros da família que participam?

Em que período do ano?

32. Você encontra dificuldades para conciliar sua rotina de trabalho, com a vida familiar e o trabalho doméstico? Quais são as dificuldades?

33. Quais os serviços (creche, escola, auxílio financeiro, etc) que seriam necessários para vocês conseguirem conciliarem a vida laboral, a vida familiar e o trabalho doméstico?

34. Se você pudesse elaborar uma política pública, ou programa social como seria?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Florianópolis, de de 2012.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar da entrevista que faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada “Decifrando a divisão sexual do trabalho nas unidades familiares do Balneário de Ingleses: cotidiano e relações de gênero”, desenvolvida pela mestrandia Marisa Albrecht, integrante do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Esta Dissertação de Mestrado objetiva analisar a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres casados ou em regime de união estável, em que ambos exercem uma ocupação remunerada, que tenham filhos e residam no Balneário de Ingleses. A dissertação visa distinguir os tipos de trabalho remunerado realizados pelos homens e mulheres entrevistados; identificar os tipos de estratégias utilizadas pelas famílias para conseguirem conciliar de trabalho doméstico, trabalho remunerado e vida familiar. Sua participação é de fundamental importância para esta Dissertação de Mestrado, e as informações obtidas através deste estudo serão confidenciais, pois a divulgação dos dados não possibilitarão a sua identificação.

Sua participação contribuirá para sensibilizar a academia bem como a categoria profissional dos Assistentes Sociais para a temática da

equidade de gênero e contribuir na construção de conhecimento sobre essa temática.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da Pesquisa

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Teresa Kleba Lisboa
Departamento de Serviço Social da UFSC
Tel: (48) 3721 6513
E-mail: tkleba@cse.ufsc.br ou tkleba@gmail.com.br
Florianópolis - Santa Catarina/SC

Orientanda: Mestranda Marisa S. Albrecht
Tels: (48) 3269 0108 ou (48) 8442 5041
Rua: Pedro Manoel dos Santos, 389
88058-479 - Ingleses
Florianópolis – Santa Catarina/SC
E-mail: marisa510@hotmail.com